

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 2025

NÚMERO 22.910 • 38 PÁGINAS • R\$ 5,00



Clayton Carvalh/Estádio conteúdo

Corinthians sai na frente

Dorival Júnior se impõe taticamente, Timão derrota o Cruzeiro por 1 x 0 no Mineirão e leva a vantagem do empate para o duelo de domingo, em São Paulo. Memphis Depay garante o triunfo paulista em BH. A outra semifinal começa hoje entre Vasco e Fluminense, às 21h30, no Maracanã.



Adriano Fontes/Flamengo

Arrascaeta carrega Fla nas costas

Em mais uma exibição de gala do uruguaio, time rubro-negro derrota o Cruz Azul por 2 x 1 e enfrentará o Pyramids do Egito neste sábado, às 14h.

PÁGINAS 22 A 24

Senado vai acirrar discussão sobre a redução de penas

Aprovado ontem na Câmara dos Deputados, o chamado Projeto de Lei da Dosimetria, que prevê redução do tempo de prisão para condenados por tentativa de golpe — entre eles o ex-presidente Bolsonaro —, chegou ao Senado. Relator escalado para a proposta, o senador Espiridião Amin (PP-SC) garantiu que a

Casa não vai apenas “carimbar” o texto. Ele quer ouvir especialistas e lideranças, e não descarta abrir a discussão sobre a anistia. “Defendo a anistia e há um sentimento generalizado de que as penas foram exorbitantes”, diz Amin. Esse tema, no entanto, tem forte resistência. Presidente do Congresso, Davi Alcolumbre

(União-AP) diz que a anistia “não é de interesse da sociedade”. Há também previsão de pedidos de vista (mais tempo para análise), como o antecipado por Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB). Líder do governo, Randolfe Rodrigues (PT-AP) acredita num possível veto de Lula ao PL da Dosimetria. PÁGINA 6 E VISÃO DO CORREIO, 12

Direito&Justiça

Um código em debate

Promessa de Edson Fachin antes de assumir a chefia do STF, a criação de regras de conduta para ministros dos tribunais superiores deve mobilizar o Judiciário.

Entrevista

Advogado Thúlio Nogueira avalia o PL da Dosimetria, aprovado pela Câmara.



O cinema mostra o mundo

Festival Internacional de Curta-Metragem exhibe 120 filmes de diversos países, de graça, no Cine Brasília. **Correio** vai premiar melhor obra sobre Brasília.

PÁGINA 26

Divulgação



Resgate de uma história feliz

No livro *Aventuras de Carranquinha*, a agora escritora Dri Moraes relembra o tempo em que animava a TV vivendo a famosa personagem.

PÁGINA 25

Um debate essencial para o Brasil avançar

Fotos: Minervino Júnior/CB/D.A Press



Com mediação dos jornalistas Denise Rothenburg e Carlos Alexandre, o *CB Debate* foi realizado no auditório do Correio

Reunidos no evento Desafios 2026: Democracia, Desenvolvimento e Justiça Social no Brasil Contemporâneo, autoridades e especialistas avançaram em propostas para o país vencer a desigualdade social e o baixo crescimento econômico. A modernização do Estado é ponto primordial para uma “virada”. Convidados para a abertura, o presidente da Caixa, Carlos Vieira, lembrou que é preciso superar questões históricas para um real avanço, e a reitora da UnB, Rozana Naves, ressaltou a importância das universidades na superação desses problemas.



Carlos Antônio Vieira Fernandes



Rozana Reigota Naves



Autoridades e especialistas discutiram problemas e soluções para diversos gargalos do país em dois painéis

PÁGINAS 2 A 4

Poderes vão rediscutir o impeachment

Ministro Gilmar Mendes suspendeu parte da liminar que concedia à PGR exclusividade nos pedidos de impedimento de magistrados do STF. A decisão inicial de Gilmar provocou críticas do Senado, que acelera a discussão de uma nova lei. O juiz do Supremo, no entanto, insiste em regras que mantenham quórum elevado de senadores para este tipo de processo.

PÁGINA 8. BRASÍLIA-DF, 7, E NAS ENTRELINHAS, 8

Punição mais dura para crime organizado

O Senado aprovou, por unanimidade, o PL Antifacção, que torna hediondo o crime organizado e estabelece aumento de punição às lideranças de facções criminosas, com penas que podem chegar a até 120 anos. PÁGINA 9

Caso de agressão

Glauber Braga escapa da cassação, mas é suspenso

PÁGINA 6

Juros

Copom mantém Selic em 15% e não prevê mudança

PÁGINA 10

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Urbanismo — Diretor técnico da Terracap, Hamilton Lourenço detalhou no *CB* os projetos da expansão do Jardim Botânico e do novo Setor Jockey Clube. PÁGINA 18





DESAFIOS 2026
democracia, desenvolvimento e
justiça social no Brasil contemporâneo

Ações urgentes para problemas históricos

Na última edição do ano do *CB.Debate*, participantes veem a redução da desigualdade social e a manutenção de políticas públicas como etapas essenciais para o país avançar. Mas consideram os ataques à democracia um obstáculo real

» VICTOR CORREIA

Em 2026, o Brasil precisará enfrentar problemas históricos importantes, como desigualdade social e baixo crescimento econômico, se quiser se tornar um país mais justo e inclusivo. Precisa, ainda, modernizar a estrutura do Estado para torná-lo mais eficaz e menos perdulário. Para todos esses objetivos, no entanto, é preciso preservar um princípio basilar: a democracia, que ainda sofre ameaças após a trama golpista de 2022 e 2023.

Esses foram os principais pontos discutidos no evento *CB Debate Desafios 2026: Democracia, Desenvolvimento e Justiça Social no Brasil Contemporâneo*, realizado pelo **Correio Braziliense**. O encontro reuniu autoridades, parlamentares e especialistas na sede do jornal.

Ao abrir o *CB Debate*, o presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira, assinalou três “marcas profundas” que precisam ser enfrentadas para garantir o desenvolvimento do país: desigualdade, dependência econômica de nações estrangeiras e descontinuidade das políticas públicas. O presidente da Caixa explicou que, embora a desigualdade seja muito comentada do ponto de vista social, revela outros aspectos relevantes. “Ela é territorial: basta olhar a extensão deste país. Quando você confronta as realidades regionais, existe essa marca clara”, enumerou. “A questão racial, evidentemente, debate-se e tenta-se avançar. Mas é uma grande realidade do país. E a desigualdade educacional é outro aspecto muito presente. Por fim, a questão tecnológica, mais do que nunca, é imperiosa no momento presente”, citou Vieira.

DEPENDÊNCIA EXTERNA

Ao citar autores como Celso Furtado e outros, o presidente da Caixa fez uma leitura histórica da dependência do Brasil em relação às grandes economias: segundo ele, o país passou de uma fase comercial no século XVIII para uma dependência industrial e financeira no século XX, até chegar ao aspecto tecnológico e algorítmico no século XXI.

Ecoando uma preocupação do governo federal, Vieira também defendeu que o país precisa ter controle de seus próprios dados, um dos ativos mais importantes atualmente. Desde 2023, por exemplo, as estatais de tecnologia Serpro e Dataprev trabalham para desenvolver a Nuvem de Governo. “Não podemos perder a autonomia da gestão dos nossos dados, para que isso não interfira no desenho das políticas públicas da Caixa”, comentou.

Dentre as iniciativas da Caixa, Vieira destacou a oferta de microcrédito para periferias a juros mais baixos, com empréstimos médios de R\$ 10 a R\$ 11 mil, somando um total de R\$ 350 milhões, e o pagamento do Pé-de-Meia, criado para incentivar a permanência de alunos do Ensino Médio e reduzir a evasão escolar.

Porém, criticou a falta de continuidade e de projetos de longo prazo no país — desafio crônico para o Estado brasileiro. Ele mencionou, como exemplo, a extinção do Ministério das Cidades no governo passado. “É um grande vetor de dificuldade para um projeto de Estado brasileiro. Mudar de governo, mudar de direção, e mudar de

prioridade têm sido uma constante ao longo do tempo nesse país, e faz com que os programas estratégicos fiquem pela metade”, lamentou.

Vieira apontou que o Brasil é um país “extraordinário”, apesar de conviver “de forma inexplicável” com dificuldades que barram seu desenvolvimento. “É tempo de decidir, de transformar o país estruturalmente. Eu digo que o Brasil só avança quando rompe seus padrões históricos, dependência e de descontinuidade”, argumentou o presidente da Caixa. “O futuro, ele não é dado. O futuro de qualquer país, de qualquer sociedade, é construído. Eu acredito piamente que a gente só vai avançar quando a gente romper essas barreiras”, pontuou.

DEMOCRACIA EM RISCO

Segunda oradora na abertura do *CB Debate*, a reitora da Universidade de Brasília, Rozana Naves destacou a crise vivida pela democracia no mundo. Argumentou que a comunidade acadêmica é essencial para fortalecer as instituições democráticas. “Trata-se de um fenômeno mundial, que passa pelos ataques às soberanias nacionais para fins da sobrevivência de um imperialismo, e que só pode ser enfrentado coletivamente. Nesse contexto, a ciência, as universidades, têm papel fundamental”, defendeu Rozana Naves. “Assim como é preciso avançar cada vez mais na regulamentação e no controle social das plataformas digitais, e ampliar os mecanismos de participação social e uma aproximação deliberada com a democracia direta, como mecanismo de dar voz aos diversos atores sociais”, emendou.

A reitora citou o histórico da UnB na resistência à ditadura militar. Afirmou que, atualmente, a universidade também implementa ações para estudar o impacto da Inteligência Artificial e outras tecnologias no sistema democrático. Criticou ainda o PL da Dosimetria, aprovado na madrugada de ontem pela Câmara dos Deputados.

“Sabemos que, embora tenhamos avançado no julgamento da tentativa de golpe no âmbito do Executivo, tivemos cenas deploráveis na nossa Casa Legislativa. Essa discussão de uma anistia disfarçada de dosimetria, e para além disso a remoção forçada e violenta de parlamentares e da própria imprensa daquele Plenário”, criticou a reitora.

Também na abertura do *CB Debate*, o presidente do **Correio Braziliense**, Guilherme Machado, destacou que o jornal manteve a tradição de encerrar o ano com uma reflexão sobre os desafios nacionais mais urgentes. “Este é o último debate do **Correio Braziliense** em 2025. O *CB Debate* é uma ferramenta que nós utilizamos para trazer os temas relevantes do nosso país para serem discutidos por especialistas, para melhor informar nosso leitor, nosso internauta e nosso telespectador”, comentou.

Os dois painéis seguintes abordaram temas como caminhos para um desenvolvimento econômico com justiça social e a busca do equilíbrio entre progresso e preservação ambiental. Em meio a debates sobre questões específicas, formou-se um consenso de que a superação de problemas históricos depende de uma democracia respeitada e de um melhor funcionamento das instituições republicanas.

Fotos: Minervino Júnior/CB/D.A Press



Caixa reforça papel social

» DANANDRA ROCHA

Convidado para a abertura do debate *Desafios 2026*, o presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Antônio Vieira Fernandes, destacou a missão do banco no momento em que o Brasil busca conciliar crescimento econômico, sustentabilidade e fortalecimento democrático: ampliar a inclusão e transformar a vida das pessoas.

Uma das frentes mencionadas pelo executivo são as políticas voltadas para a habitação. “Com a política da nova moradia, já ultrapassamos mais de R\$ 500 milhões em pouco mais de um mês. Na nossa visão, como um banco inclusivo, essa é uma das políticas mais importantes para 2026 e para os anos seguintes”, afirmou.

A agenda de inclusão, segundo ele, faz parte da história da Caixa. Vieira lembrou que o banco, ao longo de seus 165 anos, protagonizou momentos decisivos

na expansão de direitos. “A Caixa trouxe uma política de inclusão desde os seus primórdios: foi o banco que permitiu que escravizados comprassem sua carta de alforria. Foi o banco que trouxe a percepção da inclusão feminina. Nós fomos o primeiro banco a admitir mulher para trabalhar; o primeiro a dar um cartão de crédito à mulher, na década de 1970”, exemplificou.

FUNDAÇÃO CAIXA

Vieira reforçou, ainda, que a instituição prepara novos programas voltados especialmente às periferias. Essas iniciativas, no entanto, precisam da criação da Fundação Caixa, em análise no Senado Federal. “A Fundação Caixa só depende do Senado. Passou rapidamente pela Câmara, mas está há uns três, quatro meses aguardando. Essa fundação vai permitir trazer educação para as pessoas, discutir pautas

periféricas.[...] O Brasil é um país que tem uma periferia enorme, e a Caixa pode continuar tendo esse papel”, observou Carlos Vieira.

O presidente da Caixa citou como exemplo a inauguração, no Rio de Janeiro, de um espaço voltado à inclusão econômica em comunidades, com foco na economia criativa. A iniciativa reúne parcerias com Sebrae, Senac e Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Carlos Vieira também destacou projetos de reordenamento urbano em áreas históricas da capital fluminense. “O Rio de Janeiro está sendo transformado com a ocupação territorial na região da Pequena África, junto ao Porto Maravilha. Hoje temos 14 mil unidades produzidas, com mais de 90% comercializadas. São formas de fazer o papel de banco social acontecer”, detalhou.

Ele reforçou que o crédito tem papel indutor do crescimento, especialmente quando direcionado



O Brasil só avança quando rompe seus padrões históricos de dependência e de descontinuidade. O futuro de qualquer país, de qualquer sociedade, é construído. Acredito piamente que a gente só vai avançar quando a gente romper essas barreiras”

Carlos Vieira, presidente da Caixa Econômica Federal



(A crise nas democracias) Trata-se de um fenômeno mundial, que passa pelos ataques às soberanias nacionais para fins da sobrevivência de um imperialismo, e que só pode ser enfrentado coletivamente. Nesse contexto, a ciência e as universidades têm papel fundamental”

Rozana Naves, reitora da UnB



Desenvolvimento e inclusão

Na avaliação do deputado Júlio Lopes, aumento das despesas com Previdência Social é entrave para o crescimento do país. Economista José Luiz Oreiro defende projeto de reindustrialização capaz de gerar empregos de qualidade e elevar salários

» RAPHAEL PATI
» RAFAELA BOMFIM*

O desenvolvimento econômico pode estar diretamente alinhado com a justiça social e a redução das desigualdades. O caminho para isso, no entanto, envolve uma série de desafios, como destacaram os participantes do 1º painel do debate Desafios 2026: democracia, desenvolvimento e justiça social no Brasil contemporâneo, promovido ontem pelo **Correio Braziliense**.

Representantes da área acadêmica, de pesquisa e também da ala política apresentaram opiniões divergentes em torno do mesmo tema, apesar de defenderem a complementaridade de ações para fortalecer a economia brasileira.

Um dos principais entraves para o crescimento do país, na visão do deputado federal Júlio Lopes (PP-RJ), é o aumento das despesas com a Previdência Social. Titular da Comissão Especial sobre Inteligência Artificial, ele acredita que os custos maiores em torno desse tema, nos últimos anos, atrapalham o avanço estrutural do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Na visão do parlamentar, há uma distorção entre os recursos empenhados pelo Estado para cobrir as aposentadorias e o crescimento econômico.

“A Previdência Social é a nossa âncora de desempenho econômico, porque nós somos um país que envelhecemos muito rapidamente. Nosso crescimento na Previdência Social é de 6% ao ano, ou seja, 6% de novos entrantes todo ano, e isso se acresce o aumento real do salário mínimo de 2,5%”, disse o deputado. Ele reconheceu a importância de se pensar na defesa e na proteção social, mas reforçou que há distorções, inclusive em benefícios sociais. “O Bolsa Família, que era em 2008 0,6% do PIB, hoje é 1,3% do PIB. E com 1,3% do PIB, a economia não avança, porque ela está com 150kg nas costas e diz: ‘Agora, corre aí’. Não dá para correr com 150kg nas costas”, acrescentou.

Fotos: Minervino Júnior/CB/D.A Press



O país está pronto para, efetivamente, ser protagonista do mundo, se equacionar suas contas. E é perfeitamente factível equacionar a conta”

Júlio Lopes (PP-RJ), deputado federal

O deputado comemorou a aprovação do Projeto de Lei (PL) do Devedor Contumaz, pela Câmara dos Deputados, na noite de terça-feira. Além disso, defendeu a discussão sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Responsabilidade Fiscal, apresentada por ele mesmo em 2024 e que visa o controle das despesas obrigatórias, sem proporcionar cortes repentinos.

“O país está pronto para, efetivamente, ser protagonista do mundo, se equacionar suas contas. E é perfeitamente factível equacionar a conta. Eu, inclusive, tenho a PEC da Responsabilidade Fiscal, que modificará o país, se a gente racionalizar a Previdência, se a gente racionalizar a defesa social em termos da pura e simples correção da inflação”, defendeu.

Sobre os desafios para 2026, Lopes defendeu a aprovação do projeto que institui o Operador Nacional do Sistema de Combustíveis (ONSC), aos moldes do mesmo órgão que gerencia o sistema de energia elétrica. Ele lembrou as operações recentes da Receita Federal — como Carbono Oculto e Poço de Lobato —, que desvendaram fraudes no setor que envolviam, inclusive, a atuação de grupos criminosos. “Agora, posto de gasolina no Brasil virou caixa automático do crime organizado. Está tudo na mão da criminalidade. R\$ 62,5 bilhões de evasão só no crime do posto de gasolina. Ontem (terça), aprovamos (a lei) do devedor contumaz e vamos aprovar uma lei minha que é a pura e simples digitalização do controle de combustível no Brasil”, destacou.



O Brasil perdeu o bonde da história; não apenas nós, mas vários países do Ocidente, e nossa economia política não consegue formar uma coalizão de classes desenvolvimentista com projeto de país”

José Luiz Oreiro, economista

DIVERGÊNCIA

Já o economista José Luiz Oreiro — professor da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) — divergiu do deputado. Ele afirmou que o debate sobre desenvolvimento econômico e inclusão social exige, primeiro, a compreensão clara do conceito de desenvolvimento.

Segundo Oreiro, “desenvolvimento econômico é um processo de mudança estrutural no qual um país passa de ativos baseados em produtos primários exportados por mão de obra não especializada para ativos baseados no conhecimento explorados por trabalhadores especializados”.

O especialista frisou que essa transformação requer deslocamento

de capital físico, capital humano e mão de obra de setores extrativos, comércio e agricultura para a indústria de transformação e serviços modernos, incluindo atividades do sistema financeiro, que ele mencionou como exemplo de setores estratégicos para o crescimento.

Na avaliação de Oreiro, a mudança estrutural nunca é resultado automático do mercado e depende de políticas estatais direcionadas. Ele ressaltou que “não é e nunca foi resultado das forças impessoais do mercado, mas, sim, de políticas econômicas adotadas por um Estado desenvolvimentista, que aloca subsídios para transferir recursos de ativos primários para ativos baseados no conhecimento”.

Oreiro analisou o histórico brasileiro no século 20, utilizando o

conceito de “longo século XX” de Bradford Delong, e observou que o modelo brasileiro de industrialização por substituição de importações, implementado entre 1930 e 1980, gerou crescimento significativo, mas perdeu força nos últimos anos, com impacto na capacidade de crescimento e na estrutura do emprego.

Ao comentar perspectivas recentes, o economista destacou que o crescimento em 2026 pode ser impulsionado pelos efeitos redistributivos da reforma do Imposto de Renda. Explicou que “essa mudança transfere renda de quem tem menor propensão a consumir, que são os mais ricos, para quem tem maior propensão a consumir, que são os mais pobres, impactando o consumo e a economia”.

No entanto, alertou que a coalizão política necessária para apoiar o desenvolvimento econômico está ausente. Ele afirmou que “o Brasil perdeu o bonde da história; não apenas nós, mas vários países do Ocidente, e nossa economia política não consegue formar uma coalizão de classes desenvolvimentista com projeto de país”. Destacou, ainda, a dificuldade de estruturar uma agenda de crescimento coerente.

Ao concluir, Oreiro afirmou que a precarização do emprego permanece um desafio estrutural, intensificado por políticas anteriores e reformas trabalhistas. Ele explicou que políticas de assistência social são necessárias, mas apenas paliativas diante da falta de mudança na estrutura produtiva.

Conforme o economista, “fora da indústria não há salvação”. “O Brasil precisa de um projeto de reindustrialização ou neoindustrialização capaz de gerar empregos de qualidade e elevar salários; caso contrário, permanecerá na armadilha da renda média”.

Para Oreiro, sem essa transformação, o país continuará enfrentando envelhecimento populacional, baixo crescimento e desigualdade persistente. Ele reforçou que a solução está em um conjunto articulado de políticas industriais, tributárias e de qualificação profissional.

Os contrastes e a persistente desigualdade

O diretor do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Vinícius Carvalho Pinheiro, avaliou que 2024 e 2025 registraram indicadores relevantes no mercado de trabalho, mesmo com juros elevados. Ele ressaltou que a taxa de ocupação aumentou para cerca de 59% e que a informalidade, embora ainda alta, recuou para 37,8%, o menor nível desde 2012.

Para Pinheiro, esse comportamento demonstra que “o mercado de trabalho se mantém em patamar elevado de rendimento, o que estimula consumo, produção e novas contratações, apesar da política monetária restritiva”.

Pinheiro afirmou que a combinação entre atividade aquecida e juros altos cria um cenário que “se assemelha ao cachorro correndo atrás do rabo”, pois a demanda por crédito subsidiado cresce para compensar o custo financeiro elevado. Ele citou que instrumentos operados por Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) sustentam parte desse movimento, mas avaliou que a situação é macroeconomicamente ineficiente. O diretor lembrou, ainda, que médias nacionais escondem desigualdades significativas, como o contraste entre o desemprego de 2% em Santa Catarina e 10% em Pernambuco, além de diferenças salariais persistentes entre mulheres e homens e entre trabalhadores brancos e negros.

Em relação a 2026, Pinheiro listou três temas institucionais que considera centrais: a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a pejoização; o projeto de lei que regula o trabalho por aplicativos e o debate sobre a escala de trabalho. Ele observou que a decisão da Corte poderá alterar



O mercado de trabalho se mantém em patamar elevado de rendimento, o que estimula consumo, produção e novas contratações, apesar da política monetária restritiva”

Vinícius Carvalho Pinheiro, diretor da OIT no Brasil

regras fiscais e de proteção laboral, com efeitos sobre fundos, como o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

A respeito do PL dos Aplicativos, afirmou que a proposta busca estabelecer “autonomia com direitos” para motoristas, criando uma categoria intermediária com garantias básicas. Já a discussão sobre o tema da jornada envolve divergências entre setores que temem impacto sobre custos e grupos que defendem avanços em condições de trabalho.

Pinheiro acrescentou que a transformação tecnológica, especialmente com inteligência artificial, tende a modificar mais tarefas do que eliminar postos. Segundo ele, profissões diversas passarão por reconfigurações, reduzindo etapas repetitivas e ampliando tempo para atividades complexas.

O diretor observou que o impacto estimado de eliminação de empregos é inferior a 1% em economias como a brasileira, mas que a



Prometeu (o capitalismo) incluir, e tem uma desigualdade brutal. Um por cento da população detém mais de 50% da renda do mundo. É um tremendo fracasso”

José Geraldo da Silva Júnior, ex-reitor da UnB

transição exige treinamento contínuo. Ele apontou ainda o envelhecimento populacional como outro fator estruturante, com efeitos sobre saúde, Previdência e mercado de trabalho. Na avaliação dele, políticas nacionais de cuidado precisam avançar, porque “cuidadores são mal-remunerados”. “Quem cuida não consegue participar plenamente do mercado, e a pessoa que necessita de cuidado também exige atenção do Estado”, ressaltou.

Conforme Pinheiro, essas dimensões mostram que 2026 será um ano marcado por transformações institucionais e estruturais que demandam acompanhamento permanente.

PROBLEMA ESTRUTURAL

Na visão do professor emérito e ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) José Geraldo da Silva Júnior, a história de mais de 300 anos do capitalismo mundial tem fracassado no

objetivo de reduzir as desigualdades sociais e econômicas.

Segundo ele, a própria fórmula desse modelo provoca o que chamou de “tremenda desigualdade”, além de reforçar diversas formas de exploração. “Como é que a gente pode se conformar mesmo com a retórica das nossas argumentações. É um discurso que se conforma com essa exploração, que leva em conta que há uma desigualdade brutal que não foi resolvida do ponto de vista de todas essas promessas”, disse.

O ex-reitor destacou haver dados do Banco Mundial e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que reforçam a tese de que a redução das desigualdades com o capitalismo foi um “rotundo fracasso”. “Prometeu (o capitalismo) incluir, e tem uma desigualdade brutal. Um por cento da população detém mais de 50% da renda do mundo. É um tremendo fracasso”, enfatizou.

José Geraldo disse que o problema estrutural da economia não é o déficit, e, sim, o subsídio. Nesse contexto, defendeu a proposta de adequação do regime de trabalho da atual escala 6 x 1 ao que ele chama de um regime que garanta os “fundamentos de uma vida decente”.

“No mundo todo, a gente está assistindo a propostas de países — que não são socialistas — de voltar a escalas de trabalho com a dignidade dos tempos de humanidade, por exemplo, jornadas que possam garantir aqueles fundamentos de uma vida decente”, afirmou. “Quem quer pedir austeridade, um nome muito conveniente para ele justificar reprimir qualquer forma de reivindicação social, é o que implica fazer escolhas. A proposta de justiça.” (RP e RB*)

***Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa**



DESAFIOS 2026

democracia, desenvolvimento e
justiça social no Brasil contemporâneo

Fotos: Minervino Júnior/CB/D.A Press



“**O Congresso passou a invadir competências do Executivo, capturando boa parte do Orçamento para emendas parlamentares. Houve um enfraquecimento do poder do presidente**”

Marcos Mendes, pesquisador associado do Insuper



“**Vivemos recentemente inúmeros desafios à democracia, e, quando há essa turbulência, assistimos também a ataques muito diretos à ciência e às instituições**”

Marivaldo Pereira, secretário de Assuntos Legislativos do MJSP



“**Não é coincidência que, no mesmo mês, avançaram a PEC da Blindagem, pressões sobre a Polícia Federal e tentativas de alterar a diretoria do Banco Central**”

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), deputado federal

A ameaça da crise dos Poderes

Especialistas apontam que a instabilidade institucional, com confrontos entre Executivo, Legislativo e Judiciário, bloqueia o crescimento do país, fragiliza a democracia e impede a construção de políticas de longo prazo no Brasil

» RAFAELA GONÇALVES
» PEDRO JOSÉ*

A intensificação dos conflitos entre Executivo, Legislativo e Judiciário freia o crescimento, desgasta a confiança pública e acende o alerta sobre os riscos à democracia. Em meio a disputas por orçamento, invasões de competência e propostas que enfraquecem a responsabilização criminal, especialistas afirmam que a instabilidade institucional impede políticas de longo prazo e bloqueia a construção de um projeto sólido de desenvolvimento para o país.

No segundo painel do debate *Desafios 2026: democracia, desenvolvimento e justiça social no Brasil contemporâneo*, dedicado ao tema “Entre a preservação e a corrida pelo progresso”, o pesquisador associado do Insuper, Marcos Mendes, afirmou que a reforma das instituições e a recomposição do equilíbrio entre os Poderes são medidas urgentes para destruir o crescimento do país.

“O conflito entre os Três Poderes está se agravando. Precisamos

restabelecer o equilíbrio e a capacidade de negociação entre Executivo, Legislativo e Judiciário”, destacou.

Mendes fez uma análise histórica das raízes do atual esgotamento do modelo brasileiro, destacando o peso da desigualdade na formulação das políticas públicas. “O Brasil sempre foi um país muito desigual, e essa desigualdade jogou um papel importante na nossa transição.”

O pesquisador também descreveu o avanço de tensões institucionais. “O Congresso passou a invadir competências do Executivo, capturando boa parte do Orçamento para emendas parlamentares”, disse. Ao mesmo tempo, “houve um enfraquecimento do poder do presidente, com restrições às medidas provisórias e aumento da derrubada de vetos”.

O resultado, segundo Mendes, é um país marcado por baixa coesão social e alta polarização. “O tecido social se esgarçou. O Brasil virou um ambiente em que vence quem tem mais força, quem faz mais lobby, quem consegue extrair mais recursos da sociedade”, afirmou. Para ele, ciência, tecnologia

e inovação precisam retornar ao centro da estratégia nacional.

No mesmo painel, o secretário Nacional de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Marivaldo Pereira, ressaltou que propostas recentes no Congresso ampliam riscos à estabilidade democrática. Ele criticou o projeto de dosimetria, que reduz punições para crimes de tentativa de golpe de Estado. O texto foi aprovado na madrugada de ontem, na Câmara dos Deputados.

“Essa proposta prevê redução de um terço a dois terços para crimes como tentativa de golpe de Estado ou abolição do Estado Democrático de Direito, quando praticados em contexto de multidão. Isso não beneficia apenas o passado, sinaliza uma redução futura e coloca em risco a nossa democracia”, frisou.

Marivaldo destacou que, em períodos de turbulência institucional, também se intensificam ataques à ciência e à razão. “Vivemos recentemente inúmeros desafios à democracia, e, quando há essa turbulência, assistimos

também a ataques muito diretos à ciência e às instituições.”

Ele citou a perseguição a servidores de Ibama, ICMBio e Funai e remoções de delegados da Polícia Federal que combatiam crimes ambientais. Apesar das tensões, vê uma recuperação parcial. “Não é plena harmonia, porque a turbulência ainda é presente, mas há um mínimo de diálogo que permite que a democracia seja mantida”, afirmou.

O secretário ressaltou a retomada de órgãos ambientais e alertou para a presença de organizações criminosas na Amazônia. A situação dos Yanomamis — conforme disse — é um dos símbolos do desmonte das proteções. “Exigiu ampla mobilização do governo federal para restabelecer o domínio daquela terra e retirar garimpeiros ilegais e o crime organizado.”

Ele apontou, ainda, que leis ambientais mais rígidas enviadas pelo Executivo não avançaram. “É muito difícil encontrar alguém cumprindo a pena hoje por crime ambiental. As penas são baixíssimas”, criticou. Para Marivaldo, a defesa da democracia é essencial. “A vantagem da

democracia é que todos podem falar. No passado recente, quem defendia o meio ambiente, os povos indígenas ou a igualdade racial não podia falar.”

FRAGILIDADE

Já o deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou que a fragilidade institucional atinge o próprio Legislativo. “A gente entra no plenário sem saber o que vai votar. Pautas complexas, questões tributárias, processo penal — um conjunto de matérias sobre as quais não temos como nos debruçar com profundidade e debater”, argumentou.

O parlamentar alertou para a infiltração de grupos criminosos na política. “É muito difícil coletar assinaturas para a CPI do Banco Master. A cada dia, surgem novas revelações de uma teia de relacionamentos que permitiu ao banco chegar aonde chegou”, disse.

Rollemberg relacionou esse cenário às recentes pressões sobre instituições de controle: “Não é coincidência que, no mesmo mês, avançaram a PEC da Blindagem,

pressões sobre a Polícia Federal e tentativas de alterar a diretoria do Banco Central”, listou.

Na agenda ambiental, o deputado pregou uma estratégia de longo prazo e criticou tentativas de flexibilizar o licenciamento. “É preciso agilizar e modernizar o Ibama, até porque os grandes prejudicados, a médio e longo prazos, serão os próprios agricultores. A ciência já demonstrou que o regime de chuvas do Centro-Oeste e do Pantanal depende da floresta amazônica e dos rios voadores.”

O deputado defendeu o uso da exploração da Margem Equatorial para financiar a transição energética. “O planeta é um só. Se deixarmos de vender petróleo, outros venderão. Vamos aproveitar essa riqueza para trazer benefícios para a floresta amazônica”, justificou.

Ele propôs direcionar 20% dos royalties da Margem Equatorial para o Fundo Amazônia, o Fundo Clima e o Fundo de Desenvolvimento Industrial, como forma de acelerar a descarbonização. “É buscar recursos para avançar na transição e trazer benefícios à população”, afirmou.

União de saberes: do laboratório à floresta

O futuro brasileiro dependerá da capacidade de articular ciência, inovação, saberes tradicionais e instituições democráticas sólidas. Em meio à pressão climática, à desigualdade persistente e à disputa global por recursos, especialistas afirmam que somente políticas públicas ancoradas em conhecimento, ética e diversidade cultural poderão sustentar desenvolvimento, inclusão e preservação no longo prazo.

Ao discutir os caminhos para um modelo de desenvolvimento capaz de responder aos desafios ambientais e sociais, o reitor da Universidade Federal do Pará (UFPA), Gilmar Pereira, ressaltou que não há futuro sustentável sem a valorização de quem historicamente protege os territórios. “Se a gente quiser avançar, inclusive no desenvolvimento e na justiça social, temos que aprender muito com os povos tradicionais”, afirmou.

Ele alertou para o avanço do ceticismo e do negacionismo, destacando que, em um ambiente em que “há coisas sobre as quais eu não consigo convencer as pessoas”, a ciência assume papel ainda mais decisivo na mediação pública e na construção de consensos mínimos.

Na avaliação de Pereira, universidades mais inclusivas — hoje com “pelo menos 50%” de estudantes pretos, pardos, indígenas e oriundos da escola pública — ampliam a responsabilidade das instituições na formulação de modelos



“**Se a gente quiser avançar, inclusive no desenvolvimento e na justiça social, temos que aprender muito com os povos tradicionais**”

Gilmar Pereira, reitor da UFPA

que integrem rigor acadêmico, tecnologia, ética e sabedoria ancestral.

“Nós, acadêmicos, precisamos aprender com os ribeirinhos”, disse, defendendo a “horizontalização dos saberes” como caminho para romper com práticas predatórias e

orientar políticas que respeitem limites ambientais e humanos.

O deputado federal Zé Silva (Solidariedade-MG) reforçou que os impactos das mudanças climáticas já transformam padrões de produção, expectativas sociais e relações



“**Os efeitos das mudanças climáticas alteraram todos os pilares da ciência, da inovação e das relações entre as nações**”

Zé Silva (Solidariedade-MG), deputado federal

comerciais entre países. “Os efeitos das mudanças climáticas alteraram todos os pilares da ciência, da inovação e das relações entre as nações”, afirmou. O parlamentar destacou que o consumidor contemporâneo exige responsabilidade

socioambiental e que a tecnologia deve servir para proteger trabalhadores e promover cidadania.

Ao relembrar sua atuação como presidente da comissão que investigou a tragédia de Brumadinho, Zé Silva afirmou que crises ambientais

aceleraram a discussão sobre boas práticas. “A natureza reage de forma mais forte e inesperada quando é enfrentada”, contou.

ECONOMIA VERDE

O deputado afirmou, ainda, que o futuro da economia tende a ser “verde e digital” e citou projetos em tramitação relacionados à taxonomia sustentável, à rastreabilidade do ouro e à política nacional de minerais críticos e estratégicos. Segundo disse, esses instrumentos são fundamentais para assegurar competitividade e permitir uma transição energética capaz de gerar inclusão e apoiar políticas de enfrentamento à fome.

Zé Silva apontou que decisões internacionais também interferem no Brasil. Citou a política dos Estados Unidos para minerais críticos e estratégicos e afirmou que disputas comerciais têm alterado a organização global do setor. “Hoje, os Estados Unidos, vendo a fragilidade que construíram internamente pela busca dos minerais críticos, estratégicos e terras raras, lideram uma desorganização das relações comerciais no mundo.”

Para Zé Silva, o Estado precisa assumir um papel ativo. “Não é o Estado gigantesco, nem o Estado mínimo e ausente. É um Estado que precisa provocar o desenvolvimento”, enfatizou. **(RG e PJ*)**

* Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa

NA HORA DE DAR O PRÓXIMO PASSO NO SEU PEQUENO NEGÓCIO,



Se você quer ampliar seu negócio, pagar dívidas, organizar as finanças e não sabe qual o melhor caminho, o Sebrae orienta você a encontrar as melhores ofertas em crédito.

CONTE COM A ORIENTAÇÃO DO SEBRAE.

Saiba mais:



sebrae.com.br/acredita 🔍

0800 570 0800

@sebrae

acredita

SEBRAE

PODER

Anistia na bagagem da dosimetria

Para relator Espiridião Amin, Senado não “carimbará” texto da Câmara. E considera “possível” reabrir debate para favorecer condenados

» ALÍCIA BERNARDES
» WAL LIMA

Ao receber das mãos do deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP) o texto do Projeto de Lei 2.162/2023, aprovado na madrugada de ontem, na Câmara, o relator da matéria no Senado, Espiridião Amin (PP-SC), admitiu que pode ressuscitar o debate sobre a anistia aos condenados pela tentativa de golpe de Estado, depois da derrota de Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2022. Segundo o senador, o tema é “politicamente possível”. Ele lembrou que a Constituinte de 1988 chegou a discutir a proibição de anistia para crimes contra a ordem democrática, mas que a iniciativa foi derrotada.

“A anistia não é inconstitucional. Politicamente, ela pode ser votada”, argumentou.

Apesar de declarar apoio pessoal à anistia, Amin — indicado para relatar o projeto pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Otto Alencar (PSD-BA) — garantiu que atuará ouvindo especialistas, bancadas e líderes partidários. Ele frisou que a Casa não deve apenas “carimbar” o texto enviado pela Câmara.

“O Senado não é cartório. Emendas e divergências são bem-vindas. Apresentar uma emenda não é hostilidade, é democracia. Defendo a anistia e há um sentimento generalizado de que as penas estabelecidas foram exorbitantes”, afirmou. Ele também avaliou como “muito provável” que parlamentares da oposição apresentem sugestões que possam reabrir a discussão.

A anistia, porém, segundo o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), não é de interesse da sociedade, o que deve fazer com que não avance. Além disso, para o substitutivo de Paulinho ir à votação na Câmara, foi fechado um acordo com

Wal Lima/CB/D.A Press



Paulinho da Força entrega a Amin o PL aprovado na Câmara. Discussão sobre Livrar golpistas das penas impostas pelo STF pode ser retomado

o PL que concordou em não apresentar emendas ao texto propondo a anistia aos golpistas. O projeto passou por 291 x 148.

Mal Amin falou em anistia e as reações contrárias surgiram. O senador Omar Aziz (PSD-AM) ponderou que a Casa precisa evitar legislar para “uma pessoa específica”. Também aliado do governo, o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) já avisou que pedirá vista (mais tempo de análise). Caberá a Otto Alencar resolver se adia ou não a votação.

Já a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) afirmou ao **Correio** que há votos suficientes para aprovar o texto na CCJ: “O Centrão vai apoiar

e vai passar, sim. Talvez o presidente (Luiz Inácio Lula da Silva) vete, mas ele pode pensar nos idosos que estão presos”, avaliou.

Líder do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) disse confiar na possibilidade de veto presidencial caso o projeto da dosimetria avance. Marcos Rogério (PL-RO), por sua vez, destacou que um eventual veto seria analisado “como sempre fazemos”, entre fevereiro e março.

Redação

Pelo projeto aprovado na Câmara, fica impedida a soma entre os

crimes de golpe de Estado e de abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Além disso, restabelece a progressão de regime depois de um sexto da pena cumprida e deixa claro que remição também vale para quem cumpre prisão domiciliar ou usa tornozeleira eletrônica. Essas mudanças, porém, exigirão nova interpretação da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre penas já impostas aos golpistas condenados e sobre o abatimento que pode ser aplicado às medidas cautelares cumpridas por Bolsonaro — que seria um dos beneficiados pela redação do PL da Dosimetria. Alcolumbre, por sua vez, afirmou

ter compromisso com os líderes partidários — e com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) — para votar a matéria ainda este ano. No entanto, PSD e MDB demonstram resistência à tramitação acelerada, o que pode adiar para 2026 a decisão sobre o tema.

Nos bastidores do Palácio do Planalto, o veto ao PL é dado como certo, sobretudo porque Lula foi informado de que o Senado não apenas manterá a diminuição das penas como ainda podem encaixar a anistia no texto. Se isso ocorrer, o projeto voltará para análise da Câmara e não haverá tempo hábil para nova votação neste ano, uma vez

que o recesso parlamentar começa no fim da próxima semana.

Em conversa com ministros, ontem, Lula avaliou essa decisão como “absurda”. A titular da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, chegou a dizer que o PL da Dosimetria representa uma “afronta” ao STF. “O chamado projeto da dosimetria fragiliza a legislação de defesa da democracia e desafia as decisões do STF no julgamento dos golpistas, que ainda nem foi concluído. Este é o resultado de interesses políticos entre a família Bolsonaro e os caciques da oposição ao governo”, atacou Gleisi nas redes sociais. **(Com Agência Estado)**

Menos tempo no fechado

» IAGO MAC CORD
» RAFAELA GONÇALVES

O ponto crucial do PL da Dosimetria, aprovado na madrugada de ontem, na Câmara dos Deputados, é a possibilidade de o ex-presidente Jair Bolsonaro não apenas ter a pena reduzida, mas, por conta disso, passar um tempo menor em regime fechado. Pela regra atual, o tempo que ele deve cumprir para passar ao semiaberto é estimado entre seis anos e 10 meses a pouco mais de oito anos. Isso quer dizer que ele poderá cumprir o restante da pena em casa depois da eleição de 2030, um a vez que a data para que possa solicitar a progressão de regime semiaberto é estimada para 23 de abril de 2033.

Pela redação do PL, todos esses cálculos podem mudar em benefício do ex-presidente. Um dos itens do substitutivo prevê que os crimes de tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito, quando praticados no mesmo contexto, não sejam somados (concurso material). Seriam tratados sob o concurso formal próprio — quando

um mesmo criminoso comete dois ou mais crimes, iguais ou diferentes, sem que houvesse a intenção inicial de cometer todos eles. Segundo o projeto de lei, passaria a prevalecer apenas a pena mais grave, que é a tentativa de golpe (de quatro a 12 anos de reclusão).

Para o ex-presidente, essa alteração poderia resultar em uma pena total projetada de 22 anos e um mês de prisão — o Supremo Tribunal Federal (STF) a definiu em 27 anos e três meses. O tempo que ele precisaria cumprir em regime fechado para progredir a pena cairia para até dois anos e quatro meses, caso ele trabalhe e estude na prisão, segundo estimativas do relator da proposta na Câmara, o deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP). O PL da Dosimetria opera através de duas mudanças legais principais que, por se tratarem de lei penal mais benéfica, retroagem para ajudar os condenados.

A advogada Letícia Lacerda, membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), explica que essa consolidação do concurso formal — e não material

— entre os delitos altera a forma significativa das penas anteriormente fixadas e tem impacto direto sobre o conjunto das dosimetrias aplicadas. O projeto também ameniza as regras de progressão do regime fechado para o semiaberto. Atualmente, a lei exige que condenados por crimes contra o Estado Democrático de Direito cumpram 25% da pena para progredir, ou até um quarto.

Porém, o PL altera a Lei de Execução Penal para fazer valer a progressão após o cumprimento de apenas 16% da pena em regime fechado para réus primários em crimes que não sejam contra a vida ou o patrimônio com violência ou grave ameaça. Isso permitiria que a saída da reclusão ocorresse após o cumprimento de um sexto da pena — para reincidentes, o índice cai de 30% para 20%. O texto também estabelece que o trabalho ou estudo do detento em prisão domiciliar pode ser contabilizado para redução da pena.

Somado a isso, a proposta prevê uma redução de pena de um terço para crimes praticados em contexto de multidão. Contudo, essa diminuição só é aplicável se o agente não

Sérgio Lima/AFP



tiver praticado ato de financiamento ou exercido papel de liderança, o que pesa contra Bolsonaro e os outros réus do chamado Núcleo Crucial — eles foram condenados justamente por liderar uma organização criminosa e considerados pelo STF líderes da trama golpista.

De volta ao STF

Para os condenados com execução penal já iniciada, como o núcleo

composto por Bolsonaro e outros sete réus, o dever da aplicação e recálculo da pena será do juízo da exceção. Letícia Lacerda explica que, em tese, isso não deveria levar a uma reavaliação qualitativa das circunstâncias judiciais, mas sim a uma “revisão aritmética”.

“O PL da Dosimetria introduz elementos que podem gerar dúvidas interpretativas, como a consideração sobre eventual ‘liderança’ para fins de redução de pena em

Caso passe realmente a vigorar, efeitos do PL da Dosimetria teriam de ser analisados pelo Supremo Tribunal Federal

situações envolvendo ‘multidão’, ou as exceções à fração de 1/6 para progressão de regime. Esses pontos certamente chegarão ao STF, que terá de definir como enquadrar decisões já transitadas em julgado aos contornos normativos da nova lei, de modo a permitir a chamada ‘revisão aritmética’”, explicou Letícia.

O secretário Nacional de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Marivaldo Pereira, criticou essa cláusula, durante o debate *Desafios 2026: democracia, desenvolvimento e justiça social no Brasil contemporâneo*, realizado pelo **Correio Braziliense**. Afirmou que a redução de punição nesses casos ameaça a democracia e “contrata um novo 8 de janeiro”.

“Essa proposta prevê redução de um terço a dois terços para crimes como tentativa de golpe de Estado ou abolição do Estado Democrático de Direito, quando praticados em contexto de multidão. Isso não beneficia apenas o passado. Sinaliza uma redução futura e coloca em risco nossa democracia”, advertiu.

CONGRESSO

Glauber pega suspensão de seis meses

» WAL LIMA
» LUANA PATROLINO
» LETÍCIA CORRÊA*

Depois de ocupar a cadeira do presidente da Câmara — e ser removido violentamente na noite de terça-feira — em protesto contra o PL da Dosimetria e o tratamento que considerou desigual pelos pares, o deputado federal Glauber Braga (PSol-RJ) escapou da cassação. Em votação no Plenário, ontem, a Casa decidiu por 318 x 141 que ele ficará seis meses afastado das funções.

O destino de Glauber parecia selado na noite de terça-feira, quando ocupou a cadeira de Hugo Motta (Republicanos-PB) e fez uma série de críticas ao atual presidente da

Câmara e a seu antecessor, Arthur Lira (PP-AL), de quem é desafeto pessoal. O parlamentar do PSol foi arrancado à força da Mesa Diretora, o plenário foi fechado e a transmissão da TV Câmara tirada do ar. Ao ser conduzido pelos seguranças da Casa, ainda houve agressões a jornalistas e deputados que acompanhavam Glauber.

O deputado teve a cassação aprovada pelo Conselho de Ética da Casa em 9 de abril por 13 x 5. Pelo relatório de Paulo Magalhães (PSD-BA), Glauber quebrou o decoro parlamentar ao agredir Gabriel Costenaro, integrante do Movimento Brasil Livre (MBL) dentro da Câmara.

O deputado Kim Kataguirí (União-SP), integrante do MBL,

pediu a cassação de Glauber e disse que livrá-lo da cassação significava legalizar a possibilidade de amanhã ele atacar qualquer um. “Se a gente vai normalizar um parlamentar poder dar um chute, dentro desta Casa, numa outra pessoa, expulsar desta Casa um cidadão a pontapé, então, tudo bem. Se essa será a nova regra, e ele será salvo em razão de ter feito isso, amanhã, quando eu o fizer com alguém, não vou querer que nenhuma reclamação seja feita”, disse o deputado.

Segundo Glauber, “para defender minha família sou capaz de muito mais do que um chute na bunda. Todas as vezes que eu lembro da minha mãe, me emociono (o militante do MBL teria feito um comentário grosseiro sobre a mãe

do deputado). Minha mãe é uma mulher honrada que cavou o chão com as unhas. Aquele pobre diabo, que por sete vezes me atacou em espaços públicos e na quinta vez falou o que falou da minha mãe, não sabia o que estava dizendo”, salientou Glauber.

Por conta das agressões do dia anterior, a deputada Sâmia Bommfim (PSol-SP) anunciou que acionará a Procuradoria-Geral da República (PGR) contra Hugo Motta em função das agressões que ela, Glauber — com quem é casada — e a deputada Célia Xakriabá (PSol-MG) sofreram de policiais legislativos.

*** Estagiária sob supervisão de Fábio Grecchi**

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



No dia anterior, Glauber foi retirado à força da Mesa Diretora da Câmara

PODER

Acordo leva Gilmar a rever impeachment

Ministro suspende trecho da liminar que concedia à PGR a exclusividade de apresentar pedidos de impedimento de integrantes do Supremo Tribunal Federal

Ed Alves/CB/D.A Press



No que diz respeito aos demais tópicos da medida cautelar, entendendo ser imprescindível a sua manutenção, não apenas em razão de seus fundamentos específicos, mas, sobretudo, como instrumento de proteção à independência do Poder Judiciário"

Trecho da decisão do ministro Gilmar Mendes, salientando que o STF vem sendo atacado por parlamentares

» VINICIUS DORIA
» FABIO GRECCHI

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, recuou parcialmente, ontem, da liminar que impôs barreiras ao trâmite de pedidos de impeachment de magistrados da Corte. Se, por um lado, suspendeu o trecho no qual delegava exclusivamente à Procuradoria-Geral da República (PGR) a iniciativa da apresentação de denúncia de crime de responsabilidade contra magistrados da Corte, por outro, manteve o quórum mais elevado para que senadores abram processos que possam cassar o mandato de integrantes do STF.

Ao recuar da decisão que tomara no último dia 3, Gilmar atende em parte à solicitação da Mesa do Senado para que a Corte suspendesse os efeitos da decisão monocrática do ministro até que o Congresso aprove uma nova lei de impeachment. O magistrado assinara a liminar suspendendo pontos da Lei 1.079/50, que vinha sendo usada desde o processo de afastamento do então presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, por falta de regulamentação à luz da

Constituição de 1988. Pelo dispositivo legal vigente, qualquer pessoa pode apresentar denúncia de crime de responsabilidade e não mais somente o procurador-geral da República. O decano também retirou da pauta do STF o julgamento do referendo à liminar, previsto para começar amanhã, no plenário virtual.

Em contrapartida, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado retirou, também ontem, o projeto da nova Lei do Impeachment de pauta. A decisão foi tomada em conjunto pelo presidente do colegiado, Otto Alencar (PSD-BA), o relator da proposta, Weverton Rocha (PDT-MA), e o autor do PL, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A votação da matéria fica para o ano que vem.

Porém, permanece o novo quórum mínimo de dois terços (2/3) dos membros do Senado, estabelecido pelo ministro na liminar relacionada às arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 1.259 e 1.260, para a admissibilidade e abertura do processo de impeachment contra membros do STF. Ou seja, é necessário o voto favorável de 54 dos 81 senadores, e não mais a maioria simples (42), como previa a Lei do

Impeachment. “No que diz respeito aos demais tópicos da medida cautelar, entendendo ser imprescindível a sua manutenção, não apenas em razão de seus fundamentos específicos, mas, sobretudo, como instrumento de proteção à independência do Poder Judiciário”, justificou o magistrado na nova decisão.

Negociações

O recuo parcial de Gilmar se deu depois do avanço, no Senado, das negociações do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), para aprovar, com celeridade, uma nova lei para processos de impeachment conforme os preceitos da Constituição de 1988. Na decisão de ontem, o magistrado assina a que enxerga, no comando do Senado, ao longo das últimas legislaturas, presidentes preocupados com a “preservação da integridade do Poder Judiciário e à proteção da harmonia entre os Poderes”.

“A mim me parece, nesse contexto, que o Senado Federal, em especial os senadores que passam pela cadeira presidencial, tem demonstrado adequada percepção dos potenciais traumáticos, sob o ponto de vista institucional, que

decorrem da instauração de processos de impeachment contra ministros do Supremo Tribunal Federal, sendo certo que, por isso mesmo, vem adotando postura prudente e equilibrada, em consonância com os postulados da separação dos Poderes e da independência judicial”, registrou Gilmar.

A reação do ministro é por conta das constantes ameaças dos bolsonaristas contra a Corte, que se potencializaram depois da condenação de integrantes da trama golpista e da prisão de Jair Bolsonaro. Apoia-dores do ex-presidente, como o líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), não escondem que pretendem eleger uma grande bancada de senadores, nas eleições de 2026, com o intuito de aprovar o impeachment de ministros do STF.

Levantamento do próprio Senado, de julho passado, mostra que pelo menos 70 pedidos estavam protocolados na Casa contra integrantes da Corte, considerandas as solicitações apresentadas a partir de janeiro de 2021. Por ser o relator do processo relacionado aos bolsonaristas que tentaram um golpe de Estado, o ministro Alexandre de Moraes é o principal alvo, respondendo por cerca de 50 pedidos de impedimento.

JUDICIÁRIO

CNJ afasta desembargadores do TRT-1

Rômulo Serpa/Agência CNJ



Mônica é relatora dos PADs que levaram ao afastamento dos magistrados

Uma investigação do Conselho Nacional de Justiça apontou a existência de uma suposta organização criminosa no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1), no Rio de Janeiro, “criada para vender decisões judiciais e gerar prejuízos milionários ao erário”. Relatório subscrito pela conselheira Mônica Nobre, do CNJ, aponta que o grupo reunia desembargadores, juízes, advogados e empresários, que “atuavam de forma hierarquizada e direcionada à concessão ilícita de facilidades processuais, com pagamentos mascarados de honorários advocatícios”.

Os desembargadores José da Fonseca Martins Júnior, Fernando Antonio Zorzenon da Silva e Marcos Pinto da Cruz são apontados como supostos líderes do grupo. O relatório da conselheira foi acolhido por unanimidade por seus pares no CNJ. Na terça-feira, o colegiado decidiu aplicar a sanção de aposentadoria compulsória aos três desembargadores — na prática, eles serão afastados definitivamente da carreira, mas com vencimentos proporcionais ao tempo de

serviço, como prevê a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman). Mônica é relatora de três Processos Administrativos Disciplinares (PADs) que culminaram na medida — apontada como a “punição” mais grave imposta a magistrados — atribui aos desembargadores do TRT-1 um “amplo esquema de recebimen-to de propina, peculato, lavagem de

dinheiro e associação criminosa dentro da Corte trabalhista”. Segundo Mônica, o esquema funcionava, sobretudo, por meio da inclusão fraudulenta de empresas e organizações sociais endividadas nos Planos Especiais de Pagamentos Trabalhistas (PEPTs). Esse mecanismo centraliza execuções e concede diversos benefícios, como

suspensão de penhoras, bloqueios, leilões e cobranças, além de redução de juros e encargos. Em contrapartida, quantias eram repassadas a escritórios de advocacia ligados a parentes dos magistrados, “servindo como canal para o pagamento das vantagens indevidas”.

Nos três processos, o CNJ identificou a participação de desembargadores do TRT-1 “em um esquema estruturado de propinas”. O desembargador José da Fonseca Martins Júnior foi apontado por “integrar o grupo que atuava em conluio com outros magistrados, autoridades estaduais e advogados ligados por vínculos familiares”.

O desembargador Fernando Antonio Zorzenon também foi reconhecido como integrante do esquema ilícito. Ao desembargador Marcos Pinto da Cruz a investigação atribui o papel de “principal articulador da organização criminosa”, exercendo posição de comando e influência, mesmo sem ser o responsável formal pela aprovação dos PEPTs.

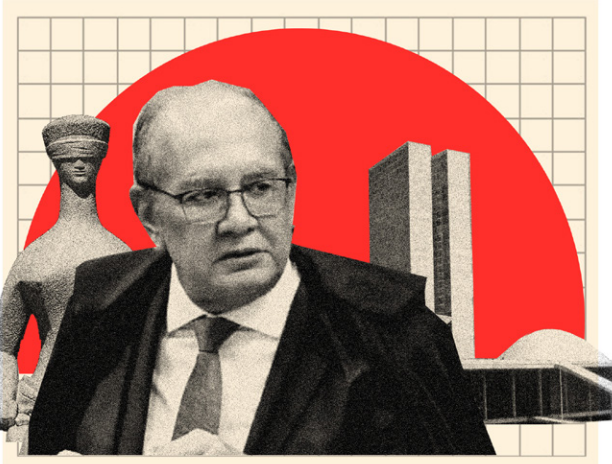
Até o fechamento desta edição, o TRT-1 e os desembargadores citados não se manifestaram.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Pressão obriga Gilmar a mudar liminar da blindagem do STF

O conflito entre o Senado e Supremo Tribunal Federal (STF) por causa da blindagem dos ministros da Corte em relação à Lei do Impeachment, de 1950, caminha para virar uma Batalha de Itararé. Sob pressão, o ministro Gilmar Mendes, autor de liminar que restringia os pedidos de impeachment ao Ministério Público Federal (MPF), revogou a decisão para distensionar a relação com o Congresso. O magistrado estava em rota de colisão com o presidente da Casa, senador Davi Alcolumbre (União-AP).

Parece até que acordou ao som de um velho samba de quadra de Olivério Ferreira, mais conhecido como Xangô da Mangueira, por décadas o diretor de Harmonia da tradicional Estação Primeira. Intitulado *A gente com briga não chega lá*, diz a canção: “A gente com briga não chega lá/ Afrouxe um pouquinho daí/ Que eu afrouxe um pouquinho de cá/ Vamos afrouxar a corda/ Pra esse nó se soltar/ Quanto mais a gente estica/ Mais o nó vai apertar/ E depois a gente fica/ Com vontade de chorar/ E depois a gente fica/ Com vontade de chorar”.

Gilmar suspendeu um trecho de sua própria decisão que restringia à Procuradoria-Geral da República (PGR) a possibilidade de apresentação de pedidos de impeachment contra integrantes da Suprema Corte. Agora, fica valendo a regra atualmente prevista em lei, de que qualquer cidadão pode apresentar pedidos de impeachment de ministros do STF, analisados pelo Senado.

No mesmo despacho, Gilmar retirou da pauta do STF a análise da sua decisão anterior sobre o tema. O caso estava previsto para ser analisado no plenário virtual do Supremo a partir de amanhã. Assim, a questão será levada ao plenário presencial, mas deve ficar para 2026. Dessa maneira, o ministro atendeu parcialmente a um pedido feito, mais cedo, também ontem, pelo Senado. A Casa queria, em primeiro lugar, a revogação total da decisão.

Dosimetria

O Senado solicitava, alternativamente, a suspensão dos efeitos da primeira decisão de Gilmar e do julgamento da liminar do ministro pelo STF até que o Congresso aprovasse projeto que atualiza a Lei do Impeachment. A primeira decisão do ministro gerou críticas de Alcolumbre, porque a medida usurpava competências do Legislativo.

O decano manteve trecho da sua decisão que trata da mudança do quórum para abertura de processo de impedimento de ministros pelo Senado. Assim, para isso ocorrer, são necessários 54 senadores. Para Gilmar, o quórum de dois terços é o mais adequado, por proteger a imparcialidade e a independência do Judiciário.

Ocorre que a corda pode esticar novamente. O Projeto de Lei (PL) da Dosimetria, aprovado na terça-feira pela Câmara dos Deputados, para tornar mais rápida a progressão de regime para crimes não relacionados à tentativa de golpe de Estado, frustra os esforços da Primeira Turma do Supremo, particularmente do ministro Alexandre de Moraes, de punir duramente os mandantes da tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, entre os quais Jair Bolsonaro, que cumpre pena em regime fechado.

Para alcançar o ex-presidente, o projeto altera o artigo 112 do Código de Processo Penal, no item que trata sobre os crimes cometidos com violência e grave ameaça. Nesses casos, no qual Bolsonaro foi enquadrado pelo STF, a progressão só se dá após o cumprimento de 25% da pena. No relatório do deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), ele determina que esse agravante só seja aplicado nos crimes previstos nos títulos I e II do Código Penal, quais sejam, os que tratam dos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio.

Os crimes de tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito estão no Título XII, que trata dos crimes contra o Estado Democrático. Com isso, outros crimes que tenham violência e que não sejam hediondos ou estejam nesses dois títulos, ficam passíveis de uma progressão mais branda. Serão enquadrados na regra geral de 1/6 da pena cumprida para haver progressão com essa mudança.

Crime ambiental, corrupção ativa, crimes contra a administração pública, incêndio doloso e coação no curso do processo seriam alguns exemplos. Paulinho da Força nega que o seu texto beneficie outros criminosos. “O projeto especifica que a progressão só será aplicada por determinação do juiz. É só o juiz não aplicar”. E foi categórico. “É impossível beneficiar criminosos”.

O líder do PSB, Pedro Campos (PE), afirma que o projeto acaba por favorecer os criminosos do colarinho branco. “Isso diminui quase que pela metade o tempo que esses criminosos vão ter que passar na cadeia, inclusive gente que tá presa hoje ou gente que pode ser condenada amanhã”. O texto foi encaminhado ao Senado, onde já se instalou uma polêmica.

O relator do PL da Dosimetria, senador Espiridião Amin (PP-SC), não descartou a possibilidade de inserir no projeto um parágrafo sobre anistia aos envolvidos no 8 de Janeiro, no texto votado pela Câmara dos Deputados. “O que que impede?”, disse Amin, ao ser questionado pela imprensa, após encontro entre ele e Paulinho da Força para entrega da versão do projeto aprovado pela Câmara.

MINISTRO ESTAVA EM ROTA DE COLISÃO COM O SENADOR DAVI ALCOLUMBRE



SEGURANÇA

Penas duras para facções

Aprovado no Senado Projeto de Lei que torna o crime organizado hediondo e aumenta a punição para suas lideranças

» ALÍCIA BERNARDES
» LUANA PATRIOLINO

O Senado aprovou,ontem, o projeto que institui o Marco Legal de Combate ao Crime Organizado, o chamado PL Antifacção. Foram 64 votos a favor e nenhum contra. A proposta, relatada pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE), prevê penas de até 30 anos de prisão para quem integrar facções criminosas, podendo chegar a 60 anos caso haja exercício de liderança nos grupos. O texto retornará para apreciação da Câmara dos Deputados antes de ser enviado para sanção ou veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Apresentado pelo governo, o texto introduz uma série de mudanças na Lei de Execução Penal para endurecer medidas contra os envolvidos, além de melhorar o combate ao crime organizado e investigações sobre lavagem de dinheiro.

As regras aprovadas também se estendem às milícias, e criam mecanismos de integração entre polícias e órgãos de investigação e estabelecem novas regras para o sistema prisional. O relator optou por atualizar a Lei de Organizações Criminosas, em vez de criar um novo marco legal, como previa a versão aprovada pelos deputados. A mudança foi defendida pelo Ministério da Justiça e pela Polícia Federal,

que temiam brechas que poderiam favorecer criminosos.

Vieira restabeleceu a diferenciação entre organização criminosa, facção e milícia, ponto solicitado pelo governo, e estabeleceu faixas distintas de penas. Pela proposta, integrar ou financiar facção criminosa ou milícia poderá levar a penas de 15 a 30 anos de reclusão, que podem dobrar caso o condenado exerça liderança permitindo, na prática, punições de até 60 anos.

Em hipóteses agravadas, como uso de explosivos, infiltração no serviço público ou obstrução de forças policiais, as penas poderão chegar a 120 anos. Chefes desses grupos deverão cumprir pena obrigatoriamente em presídios federais de segurança máxima.

“Considerando que as discussões sobre o projeto na Câmara dos Deputados trouxeram à tona a zona confusa e cinzenta dos diversos fundos destinados à segurança pública, estamos prevendo dispositivo que concede prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que o Executivo estude e proponha a reestruturação dos fundos existentes, a exemplo do Funad, Funapol, FNSP e Funpen”, disse Alessandro Vieira, em relatório do PL.

A matéria também endurece a progressão de regime. Condenados por crimes hediondos só poderão deixar o regime fechado após cumprir ao menos 70% da

pena. Para membros de facções, milícias ou organizações criminosas, o percentual sobe para 75%, e poderá chegar a 85% em casos de reincidência. O texto veta visitas íntimas para presos condenados pela Lei de Organizações Criminosas e permite o monitoramento de conversas e visitas, exceto em diálogo entre advogados e réus, salvo decisão judicial.

Alessandro Vieira propôs a criação de uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-Bets), com alíquota de 15% sobre depósitos realizados por pessoas físicas em casas de apostas. A arrecadação será destinada ao Fundo Nacional de Segurança Pública e, segundo estimativas do relator, pode chegar a R\$ 30 bilhões por ano. O projeto também estabelece uma declaração de regularização para apostas que atuam sem autorização, com potencial de arrecadar outros R\$ 7 bilhões.

Outro ponto sensível é o combate ao recrutamento de crianças e adolescentes. A pedido do senador Fabiano Contarato (PT-ES), o texto tipifica o crime, com penas de cinco a dez anos, podendo chegar a 30 anos em caso de morte da vítima. O congressista incluiu medidas para coibir a infiltração do crime organizado no setor de combustíveis, obrigando postos a registrarem e enviarem à ANP dados detalhados das vendas.

Patrimônio Cultural

Divulgação/O Imparcial



O Jornal *O Imparcial* foi declarado Patrimônio de Natureza Cultural Imaterial do Estado do Maranhão, conforme consta da Lei 12.727, de 1º de dezembro de 2025, sancionada pelo Governador do Estado, Carlos Brandão, e também assinada pelo Secretário-Chefe da Casa Civil, Sebastião Madeira. A lei é originária do Projeto de Lei 443/2025, de autoria da Deputada Estadual e Presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Iracema Vale.

Em 1º de maio de 2026 a publicação maranhense

completará 100 anos. “*O Imparcial* atravessou diferentes tempos, transformou-se com a chegada dos meios digitais e manteve sua credibilidade. É um jornal que acompanhou a vida do nosso povo, registrou marcos importantes e segue cumprindo um papel essencial”, enfatizou o governador Carlos Brandão. Para o Diretor Executivo de *O Imparcial*, Célio Sérgio Ferreira **(foto)**, o título vem oportunamente às vésperas do mesmo completar um século de atividades ininterruptas.



ONDE TEM NEGÓCIO ACONTECENDO, TEM A CNC.

A CNC trabalha para garantir que o empresário tenha voz e força nas decisões que movimentam o **COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO**. Onde tem negócio acontecendo, tem representação e apoio. A CNC está em todo lugar, está com você.





Bolsas
Na quarta-feira

0,69%

São Paulo

1,05%

Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias

157.369

159.074

5/12

8/12

9/12

10/12

Dólar
Na quarta-feira

R\$ 5,468

(+ 0,6%)

Últimos

4/dezembro

5,310

5/dezembro

5,432

8/dezembro

5,420

9/dezembro

5,436

Salário mínimo

R\$ 1.518

Euro
Comercial, venda na quarta-feira

R\$ 6,385

CDI
Ao ano

14,90%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)

14,91%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Julho/2025

0,26

Agosto/2025

-0,11

Setembro/2025

0,48

Outubro/2025

0,09

Novembro/2025

0,18

JUROS

Copom e Fomc têm decisões contrárias

Banco Central (BC) do Brasil eleva e Federal Reserve (Fed), dos EUA, reduz a taxa básica. Em mais uma superquarta, a postura já era esperada aqui e lá

» ROSANA HESSEL

Em plena Superquarta do mercado financeiro, quando as reuniões dos comitês de política monetária dos bancos centrais do Brasil (Copom) e dos Estados Unidos (Fomc) coincidem, as decisões foram em sinais contrários, mas sem surpresas entre os analistas para a última reunião do ano dos colegiados.

Enquanto o Federal Reserve (Fed), reduziu os juros básicos em 0,25 ponto percentual, como esperado pelo mercado em uma decisão dividida, com três dirigentes divergentes, no Brasil, o Copom manteve a taxa básica da economia (Selic) em 15% ao ano, e, em decisão novamente unânime, pela quarta vez consecutiva.

No comunicado, o Fomc sinalizou mais um corte de juros no ano que vem. Já o Copom, não sinalizou quando pretende iniciar a redução da taxa Selic que está no maior patamar desde julho de 2006, há seis meses, e ainda manteve a porta aberta para aumento de juros.

No documento, o BC afirmou que as incertezas continuam elevadas e, por conta disso, manteve os termos que eram mais duros contra a inflação, como a afirmação de que o cenário exige que os juros continuem em patamar elevado por um período “bastante prolongado”. Além disso, reforçou que “seguirá vigilante, que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e que, como usual, não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso julgue apropriado”.

A falta de mudanças na nota do Copom em relação ao comunicado da reunião de novembro deixou analistas e entidades do setor produtivo apostarem em queda da Selic a partir da segunda reunião do Copom do próximo ano, em março. A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) lamentou a decisão, mas destacou que a manutenção da taxa Selic em 15% “é consequência direta de uma política fiscal considerada desequilibrada, marcada por sucessivas expansões de gastos públicos”.

Analistas também reconheceram que os dados recentes da desaceleração da economia e da inflação mais controlada não foram suficientes para o BC mudar o rumo da política monetária. Ontem, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de novembro avançou 0,18%. No acumulado em 12 meses, o indicador teve alta de 4,46%, e, pela primeira vez desde setembro de 2024, ficou abaixo do teto da meta, de 4,50%. Contudo, pelas novas projeções do BC, a inflação ainda seguirá acima da meta até o segundo trimestre de 2027 — horizonte relevante monitorado pelo Copom.

Risco inflacionário

Para o economista-chefe do Banco BV, Roberto Padovani, o fato de a comunicação do Copom não ter sofrido mudanças em relação à reunião anterior, sugere que o BC ainda está muito preocupado com o ritmo de convergência

BC ortodoxo

O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, segue cada vez mais conservador e, na última reunião do ano, não sinaliza quando pretende começar a reduzir a taxa básica da economia (Selic), de 15% ao ano – o maior patamar desde julho de 2006

ACIMA DA META

Projeções de inflação no cenário de referência indicam que o indicador oficial do custo de vida segue acima da meta, de 3%, no horizonte relevante monitorado pelo BC

Dados acumulados em 12 meses - Em %

Reunião do Copom	2025	2026	2º tri 2027
Novembro	4,6	3,6	3,3
Dezembro	4,4	3,5	3,2

RANKING GLOBAL

Brasil continua em segundo lugar em ranking global de juros reais (descontada a inflação) elaborado pela MoneYou e Lev Intelligence

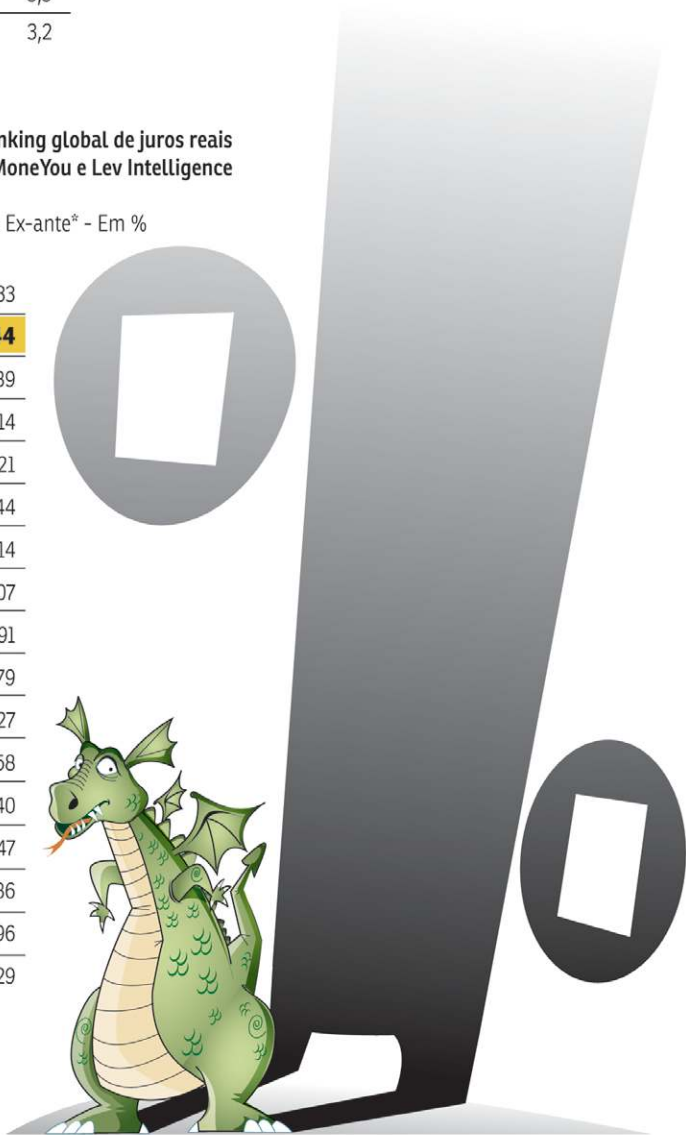
Taxa de juro real acumulada em 12 meses Ex-ante* - Em %

1	Turquia	10,33
2	Brasil	9,44
3	Rússia	7,89
4	Argentina	7,14
5	México	4,21
6	Indonésia	2,44
7	Hungria	2,14
8	África do Sul	2,07
9	Israel	1,91
10	Filipinas	1,79
12	Índia	1,27
15	Chile	0,58
19	Estados Unidos	0,40
31	China	-0,47
34	Colômbia	-0,86
39	Holanda	-1,96
40	Dinamarca	-2,29

Média Geral 1,14

*Considerando a inflação projetada para os próximos 12 meses

Fontes: Banco Central e MoneYou/Lev Intelligence



da inflação para a meta, de 3%. “A leitura nossa é que o comunicado mostra um Banco Central muito preocupado com risco inflacionário ainda”, explicou. “Do ponto de vista prático, isso reduz muito a probabilidade de que haja corte na reunião de janeiro”, acrescentou. Padovani prevê o início de corte dos juros a partir de março e juros terminando o ano em 12%.

O economista da XP Investimentos, Rodolfo Margato, também prevê que a Selic só deverá começar a cair em março e reforçou que o mercado esperava uma sinalização de que o Copom poderia antecipar o corte dos juros para janeiro. Ele contou que a expectativa para essa sinalização seria a retirada do trecho “bastante prolongado”.

De acordo com a economista Zeina Latif, entretanto, o fato de o BC manter o tom duro do comunicado e não sinalizar o início de corte de juros não significa que a possibilidade de corte em janeiro está totalmente descartada, uma vez que a taxa de juros real (descontada a inflação) ainda é muito elevada, em torno de 10,50%, atualmente, para um juro neutro de 5%. “O aperto monetário é grande para uma economia que não está superaquecida” Para ela, existem condições para o BC, em breve, começar a reduzir os juros, nem que seja lentamente. “A questão é se esse é o melhor remédio”, acrescentou.

Com os juros nominais de 15% ao ano, o Brasil continua com uma das taxas de juros real mais altas do mundo, atrás apenas da Turquia, conforme ranking elaborado pela MoneYou, em parceria com a Lev Intelligence. De acordo com o levantamento, o Brasil segue na 2ª colocação no ranking mundial de juros reais, com taxa de 9,44% ao ano, percentual bem acima da média registrada entre 40 economias listadas, de 1,14% ao ano. **(Veja quadro)**

MERCADO DE TRABALHO

CCJ aprova fim da jornada 6x1

» ALÍCIA BERNARDES
» DANANDRA ROCHA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, ontem, a proposta de emenda à Constituição que reduz a carga máxima de trabalho de 44 para 36 horas semanais e põe fim à tradicional escala 6x1. A mudança, discutida há mais de uma década no Congresso, ganhou ritmo após a mobilização de trabalhadores e sindicatos, que reuniu mais de 1,5 milhão de assinaturas em apoio à pauta. O texto segue agora para o plenário do Senado e, depois, para a Câmara dos Deputados.

Incluída de última hora na pauta de votações da CCJ, a proposta fixa limite diário de até 8 horas, distribuídas em, no máximo, cinco dias por semana, sem possibilidade de redução salarial. Também assegurou ao trabalhador ao menos dois dias consecutivos de descanso remunerado, preferencialmente aos sábados e domingos.

A votação foi simbólica. Segundo o relator, senador Rogério Carvalho (PT-SE), a transição será gradual para garantir segurança jurídica às

empresas. No primeiro ano após a promulgação, a jornada máxima cai para 40 horas. Depois, passa a ser reduzida em uma hora por ano até atingir o limite de 36 horas. A implantação progressiva permite planejamento para “ajustes escalas e, quando necessário, contratar novos empregados”, afirmou. Carvalho acrescentou que o modelo facilita o monitoramento dos impactos econômicos e a realização de ajustes ao longo do processo.

A escala 6x1 determina seis dias consecutivos de trabalho para um único dia de descanso.

Resistências

Enquanto o Senado avançava com a PEC, a Câmara dos Deputados discutia o mesmo tema em audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação. O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, afirmou que o fim da escala 6x1 é prioridade do governo Lula e que o debate tem sido conduzido “com responsabilidade com a economia”. Ele apresentou estudos que, segundo disse, mostram que a redução pode ser implementada “sem

prejuízo significativo para a economia e a produtividade”.

Representantes do setor empresarial contestaram essa visão. O presidente da Federação do Comércio de São Paulo, Ivo Dall’Acqua Júnior, afirmou que a redução para 36 horas elevaria a folha salarial em pelo menos 18%. Ele alertou para risco de um “efeito bumerangue”, com demissões e maior informalidade, e defendeu que eventuais mudanças sejam negociadas.

Boulos ressaltou que o Planalto apoiará qualquer via legislativa que permita a mudança “com mais rapidez e efetividade”, seja a PEC recém-avancada no Senado, seja as propostas que tramitam na Câmara. “Aprovar aquele que for o caminho mais rápido. Se o mais rápido for agora, e me parece que, com a aprovação da CCJ do Senado, avança-se no plenário e a PEC vai, nós vamos com ela. Se o mais rápido for a PEC da Érica ou um dos PLs apresentados, vamos com eles”, disse o ministro, destacando estar autorizado pelo presidente Lula a vocalizar a posição oficial do Executivo.

Segundo Boulos, a diretriz do governo é clara: redução da

Adriano Sarmiento/SGPR



Boulos defendeu a celeridade na tramitação da proposta no Congresso

jornada para 40 horas semanais, adoção do regime máximo de 5x2 e garantia de que não haja redução salarial. O ministro criticou o relatório da subcomissão da Comissão de Trabalho apresentado na semana passada, que, segundo ele, “mantinha a escala 6x1 em plena discussão sobre acabar com a escala 6x1”.

Aplicativo

Na mesma audiência, Boulos ampliou o foco para os trabalhadores por aplicativo, que, segundo ele, vivem em situação mais grave que o regime 6x1. “Tem gente que não é nem 6 por 1, é 7x0. O trabalhador está todos os dias na rua, sem descanso”, afirmou. Ele defendeu urgência na

» Congresso votará LOA no dia 18

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União - AP), agendou a próxima sessão do Congresso para quinta-feira da próxima semana, às 9h. Na pauta, está a votação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026 (PLN 15/2025). Questionado sobre os vetos presidenciais pendentes de deliberação, Davi explicou que não houve entendimento das lideranças partidárias para a votação. “Há muitas demandas de vetos represados, mas os líderes do Congresso com as bancadas de oposição e situação não chegaram a um acordo”, justificou.

aprovação do projeto que regula o setor e criticou duramente o modelo atual de operação das plataformas. Para o ministro, empresas como Uber, 99 e apps de entrega transferem todos os custos e riscos ao trabalhador, ao mesmo tempo em que retêm percentuais de 30% a 40% por viagem. “Isso é extorsão, é agiotagem. Não pode continuar dessa forma.”



TENSÃO NAS AMÉRICAS

Pam Bondi/X/AFP



Pam Bondi/X/AFP



Pam Bondi/X/AFP



Soldados americanos fortemente armados desembarcam a bordo do petroleiro, perto da costa venezuelana, no Mar do Sul do Caribe: navio teria bandeira falsa e operaria para burlar sanções internacionais

EUA confiscam petroleiro às portas da Venezuela

Donald Trump anuncia apreensão de navio, mas se recusa a fornecer detalhes. Republicano avisa que “outras coisas estão acontecendo” na região e ameaça o presidente da Colômbia. “Ele será o próximo”, avisou o titular da Casa Branca

» RODRIGO CRAVEIRO

Em uma escalada sem precedentes da crise no Mar do Sul do Caribe, a Guarda Costeira dos Estados Unidos confiscou um petroleiro em frente à costa da Venezuela. A informação foi confirmada pelo próprio presidente americano, Donald Trump, que desceu ao ser questionado sobre detalhes do incidente e ameaçou a Colômbia. “Como vocês provavelmente sabem, nós acabamos de capturar um petroleiro na costa da Venezuela. Um grande petroleiro, enorme, o maior apreendido, atualmente”, declarou o republicano. Trump acrescentou que “outras coisas estão acontecendo”. “Vocês verão adiante”, avisou. “Foi apreendido por boas razões. (...) Assumo que ficaremos com o petróleo”, complementou.

O titular da Casa Branca disse que o líder colombiano, Gustavo Petro, “será o próximo”. “Ele tem sido bastante hostil aos EUA e vai ter grandes problemas se não se conscientizar. A Colômbia produz muitas drogas... É melhor ele se conscientizar, ou será o próximo. A Colômbia é grande produtora de drogas, principalmente de cocaína.”

O jornal *The New York Times* divulgou que o petroleiro Skipper navegava “sob uma bandeira de um país da América do Sul onde não estaria registrado”. Uma fonte do governo dos EUA disse ao *NY Times* que a apreensão do navio ocorreu por conta de laços com o contrabando ilícito de petróleo iraniano

no passado, e não pela relação com Nicolás Maduro. A procuradora-geral dos Estados Unidos, Pam Bondi, divulgou imagens de vídeo do que seria a operação de captura do petroleiro. As fotos mostram um grupo de militares embarcando no navio a partir de helicópteros. Segundo Bondi, o petroleiro era utilizado com frequência pela Venezuela e pelo Irã para transporte de óleo bruto, apesar das sanções impostas pela comunidade internacional. “Durante anos, o petroleiro tem sido alvo de sanções pelos Estados Unidos devido à sua participação em uma rede ilícita de envio de petróleo que apoia organizações terroristas estrangeiras”, explicou.

“Quebrar os dentes”

Durante evento alusivo ao aniversário da Batalha de Santa Inês, em Caracas, Maduro subiu o tom e garantiu que a Venezuela está “preparada para quebrar os dentes do império norte-americano”. O venezuelano exigiu que Trump cesse seu “intervencionismo” em território venezuelano. “Da Venezuela, pedimos e exigimos o fim do intervencionismo ilegal e brutal do governo dos Estados Unidos na Venezuela e na América Latina”, disse Maduro diante de uma multidão de apoiadores reunida em Caracas. “Dizemos não ao intervencionismo, não aos planos de desestabilização de mudança de regime. Ao governo dos Estados Unidos, que se dediquem a governar o seu país.”

Cientista político da Universidad Simón Bolívar (em Caracas),

Andrew Caballero-Reynolds/AFP



Trump responde a jornalistas no Salão Roosevelt da Casa Branca: “Nós o apreendemos por uma boa razão”

Jose Vicente Carrasquero Aumaire disse que a apreensão de petroleiros pode acelerar a queda de Maduro. “Sanções impostas pelos EUA impedem o comércio do petróleo venezuelano. O regime possui um grupo de navios que transportam o petróleo sem identificação, algo considerado ilegal por

Washington”, lembrou ao **Correio**. “A consequência disso será a diminuição de receita do regime. Será menos dinheiro para manejar o programa de distribuição de benefícios do regime.”

O regime de Maduro está sob pressão desde que Washington lançou uma série de bombardeios

a lanchas suspeitas de pertencerem ao narcotráfico venezuelano, no Mar do Sul do Caribe. Os ataques aéreos deixaram 87 mortos e destruíram 23 embarcações. Em uma dessas ofensivas, dois sobreviventes foram mortos depois de um segundo bombardeio, enquanto se agarravam à lancha.

Timothy A. Clary/AFP



Ex-líder da Bolívia é preso por suposto desvio de dinheiro

O ex-presidente da Bolívia Luis Arce foi detido por agentes policiais em La Paz, depois que o Ministério Público iniciou investigações por um caso de suposta corrupção quando era ministro do ex-mandatário Evo Morales (2006-2019), informou o governo. O esquerdista Arce, de 62 anos, deixou o poder em 8 de novembro. Sua saída marcou o fim de 20 anos de governos socialistas iniciados por Morales. Fontes do Ministério Público disseram à agência France-Presse que Arce deverá responder pelos supostos crimes de “descumprimento de deveres” e “conduta antieconômica”. Quando era ministro da Economia de Morales, Arce autorizou transferências do tesouro público para contas pessoais de líderes camponeses, segundo a denúncia que motivou sua detenção. Uma das beneficiadas foi a ex-deputada de esquerda Lidia Patty. Ela revelou que a transferência foi avalizada por Arce.

Ausente de cerimônia do Nobel, María Corina viaja em segredo à Noruega

No centro do palco instalado na sede da Prefeitura de Oslo, à direita do púlpito, uma imensa foto de María Corina Machado, a principal homenageada — e a maior ausência — da América do Sul onde não estaria registrado”. Uma fonte do governo dos EUA disse ao *NY Times* que a apreensão do navio ocorreu por conta de laços com o contrabando ilícito de petróleo iraniano

uma advertência a o ditador da Venezuela, Nicolás Maduro. “Você deveria aceitar o resultado das eleições e renunciar. Estabeleça as bases para uma transição pacífica rumo à democracia, pois essa é a vontade do povo venezuelano”, declarou, em seu pronunciamento durante a entrega do Nobel da Paz. Na plateia, estavam Corina Parisca de Machado, mãe de María Corina; os presidentes Javier Milei (Argentina), Jose Raul Mulino (Panamá) e Santiago Pena (Paraguai); além do rei norueguês, Carl Gustaf.

“Voltará a respirar”

No discurso lido pela filha, María Corina Machado avisou que a Venezuela voltará a respirar. “Ao longo dessa marcha à liberdade, conquistamos profundas certezas da alma — verdades que deram um significado mais profundo às nossas vidas e nos prepararam para construir um futuro grandioso em paz. Portanto, a paz é, em última análise, um ato de amor. Esse amor colocou nosso futuro em movimento. A Venezuela voltará

Ole Berg-Rusten/NTB/AFP



Ana Corina Sosa (D), filha de María Corina Machado, exhibe a medalha e o diploma do Nobel da Paz, em solenidade na capital da Noruega



Você deveria aceitar o resultado das eleições e renunciar”

Jorgen Watne Frydnes, diretor do Comitê Nobel Norueguês, em recado para Nicolás Maduro

a respirar”, prometeu. A vice-presidente venezuelana, Delcy Rodríguez, ironizou a solenidade de entrega do Nobel. “Aquilo parecia um velório, era um velório, um fracasso, fracasso total. O show fracassou, e a senhora não apareceu.”

Integrante da equipe de María Corina, a consultora política e

advogada Xiomara Sierra — hoje exilada na Espanha — considera “indescritível” a sensação de testemunhar a entrega do Nobel da Paz para a líder opositora. “Durante mais de duas décadas, temos lutado contra os regimes de Hugo Chávez e de Maduro. Tenho a companhia por mais de dez anos.

Estamos muito orgulhosos. Aqui, em Oslo, venezuelanos exilados em várias partes do mundo vieram nos abraçar”, contou ao **Correio**, por telefone. “Em poucas horas, veremos María Corina aqui, em Oslo. Ela receberá o carinho das pessoas, para retornar à Venezuela recarregada de esperança e de força para a libertação.”

Sob condição de anonimato, uma venezuelana que trabalhou por três anos com María Corina, depois da graduação em sociologia pela Universidad Católica Andrés Bello, comparou o Nobel da Paz a “uma jornada muito emocionante”. “É o sentimento generalizado dos venezuelanos que estão dentro do país e os do exílio. Muitas pessoas ficaram comovidas e choraram, ante as palavras do diretor do Comitê Nobel Norueguês e de Ana Corina”, disse ao **Correio**. De acordo com a ex-funcionária, seria ingenuidade pensar que o Nobel da Paz representará uma mudança imediata. “No entanto, vejo uma reorganização do tabuleiro político na Venezuela. O Nobel move três peças que podem produzir transformações reais: o apoio moral, o apoio narrativo e o apoio diplomático.”

Ela explicou que os venezuelanos foram despojados de direitos. “Não se trata de um conflito interno, mas da violação dos direitos humanos, que afeta a América Latina. Isso deveria obrigar os atores internacionais a se posicionarem”, advertiu a ex-funcionária. (RC)

VISÃO DO CORREIO

Redução de penas, uma virada duvidosa

A redução de penas dos condenados pela tentativa de golpe ao Estado Democrático de Direito em 8 de de janeiro de 2023 foi definida pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, como uma “virada de página”. Mas a decisão dos 291 deputados por amenizar a punição dos envolvidos poderá abrir uma gigantesca fissura na Constituição Cidadã de 1988. Ela ignora e deprecia a luta de centenas de brasileiros que foram massacrados durante 21 anos de ditadura militar (1964-1985).

A decisão dos deputados, ainda que não explicitamente, abre espaço para o entendimento de que a democracia brasileira é frágil e pode vir a ser massacrada por grupos políticos engajados e defensores de um regime de exceção. A “virada de página” sinaliza que castas privilegiadas têm poder de eliminar da Carta Magna o artigo 5º e quaisquer outros que sustentam que todos são iguais perante as leis.

A aprovação do Projeto de Lei nº 2162/23, segundo o relator, Paulinho da Força Sindical, aplica-se exclusivamente aos líderes da tentativa de golpe de Estado e aos predadores das instalações da sede dos Três Poderes. A explicação do relator é insuficiente para garantir que outras tentativas de golpe não contarão com a mesma benesse, em país dividido e violento, contaminado pelas organizações criminosas, com vários integrantes infiltrados nas instituições do Estado.

A “virada de página” poderá empurrar o Brasil ao passado e reavivar valores incompatíveis com os avanços civilizatórios do século 21. Há muitas décadas, a sociedade reconhece que a trulência dos regimes autocráticos ou

ditatoriais é a negação cruel dos direitos humanos. Não se trata de uma suspeita leviana, quando há inúmeros exemplos na história. Tanto o Brasil quanto outras nações democráticas rejeitam modelos que oprimem os cidadãos.

O Congresso Nacional, por meio do Senado Federal, poderá dissipar da sociedade uma preocupação legítima de que a quase anistia geral e irrestrita aos participantes do vandalismo do 8 de Janeiro será prática corriqueira no país. A revisão das penas previstas para os autores dos crimes praticados em janeiro de 2023 chegou à margem da banalização dos atos de vandalismo contra os Três Poderes. Os líderes são os mais beneficiados pelo projeto. Entre eles, o então presidente Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos de prisão em regime fechado, que poderá ter a pena reduzida a 12 anos.

A suposta derrota do Executivo e do Judiciário, por meio da redução das penas aos condenados, fere, na realidade, toda a nação e a coloca em um patamar de instabilidade. A decisão da Câmara dos Deputados, durante a madrugada de terça-feira, poderá significar a largada para a derrocada da democracia e o início de um retrocesso extremamente danoso aos brasileiros, excluídas as castas antidemocráticas, como as que apoiaram o vandalismo de 8 de janeiro de 2023.

Diante das muitas adversidades enfrentadas pela população brasileira, Legislativo e Executivo deveriam dialogar mais e criar barreiras a iniciativas que tentam abolir o Estado Democrático de Direito. Ambos os poderes deveriam unir forças para que o Brasil possa abolir definitivamente as desigualdades socioeconômicas e alcançar o patamar de nação desenvolvida.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Crepúsculo pós-moderno

A pós-modernidade deu o que tinha de dar. Contradições lógicas e narrativas descoladas da realidade não se sustentam mais. Não se pode desprezar a família que nos deu a vida, recepcionou-nos, cuidou de nós e sem a qual não teríamos sobrevivido, só porque família atrapalha planos de mentes ideológicas enrustidas. Não podemos ser inimigos da mulher que amamos e que nos complementa. Chega! Queremos uma nova era, pós-ideológica, de homens racionais e centrados na realização das potencialidades contidas nas suas almas. Homens com domínio pleno e metódico da razão, empenhados em capitalizar o poder criativo da mente humana. Queremos uma civilização voltada à formação e à promoção da maturidade mental de seus cidadãos.

» **Rubi Rodrigues**
Octogonal

Clamor natalino

“Tem uma moeda aí, tio?” É o clamor sofrido das ruas. Vin-do de crianças, adultos e adolescentes. Mãos estendidas. Caixinhas de papelão, caixas de sapatos e latas de leite compõem o cenário frio, humilhante, melancólico. Vozes trêmulas. Pés descalços. A fome anunciada pelos olhos tristes. É o Natal chegando. Significa esperança de ganhar algum trocado para comer. Quem sabe, um Natal menos amargo e dolorido. As caixinhas também são vistas em balcões de lojas, padarias, bares, lanchonetes, lavanderias, papelerias, barbearias, flanelinhas e bancas de jornais. Embora empregados, ninguém se acanha. O dinheiro é curto. Caixas e latas marcam a linha da fome e da miséria. Chegam juntas. A fome

é diária. Não avisa. Semáforos, estacionamentos, fazem das caixinhas e latas o porto da esperança. Sonhando com a caridade de corações bondosos.

» **Vicente Limongi Netto**
Asa Sul

Concurso

Em 2009, foi anunciado concurso para o Dnit. Inscrições abertas, recolhidas as taxas de inscrição. Só que, meses depois, esse concurso foi cancelado. Seria um fato normal se as taxas de inscrições pagas ao Cespe tivessem sido devolvidas. Mas não foram até hoje. Não adianta reclamar no Dnit, no Cespr, na própria CGU, pois ninguém responde ou toma qualquer atitude para devolver as taxas. Isso, no mínimo, é apropriação indevida de recursos de terceiros. É crime ao qual a administração pública, em especial esses dois órgãos, deveria responder. Quem sabe acabe a omissão da AGU, do Ministério Público e até dos órgãos de defesa da concorrência, pois é caso de cobrança, e não oferecimento do serviço prometido. É caso de polícia. Isso, inclusive, já foi denunciado pela imprensa. Mas nada e ninguém repara esse crime.

» **Elvio Dias Gomes**
Asa Norte

Altas habilidades

A Câmara Legislativa do Distrito Federal aprova projeto com as diretrizes para a inclusão e o incentivo de estudantes de altas habilidades na rede pública e privada de ensino. Mas, qual inclusão? Colocar educação infantil em anexos nas escolas classe? Sem nenhuma adaptação para a faixa etária de 4 e 5 anos? Sem sala de recursos? E a sala de recursos de altas habilidades que têm uma fila enorme de espera enquanto nossos filhos perdem habilidades?

» **Juliane Pimentel**
Brasília

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

PL da Dosimetria: enquanto o governo Lula consegue aprovar benefícios sociais, a direita tem apresentado apenas pauta monotemática. A saber, anistia a golpistas.

Marcos Paulino —Vicente Pires

Ministros dizem que o Brasil vai pagar a conta da aprovação da dosimetria. Mas, o preço com a dosimetria é bem menor. É com a diminuição da pena que, talvez, seja feita a justiça!

Alcides Costa — Santa Catarina

Dinheiro, fama, poder e votos são vetores mais poderosos do que ideologias e programas de governo.

Marcos Figueira — Sudoeste

TV Câmara tem sinal cortado. Sugiro que a emissora tenha classificação indicativa de 18 anos. Era para ser terror, mas é uma comédia.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Fim da jornada 6X1: as empresas vão querer diminuir os salários e as pessoas vão ter que arrumar outro emprego para suprir as necessidades.

David Pereira — Brasília

PF faz operação contra tráfegos de mulheres. Quanto mais a PF prende os aliados de políticos, mais eles atentam contra democracia.

Simone de Moraes — Brasília

Gerazão Z prefere trabalho formal e ensino presencial, diz pesquisa. É o pessoal apegado às relações mais tradicionais. O duro para a gente é conviver com uma juventude que parece não ter compromisso com as coisas. Haja modernidade!

Paulo Fonseca — Asa Norte



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Uma busca incansável

Imagens em uma caixa de leite — dessas que a gente compra em supermercado — deixaram-me comovida nesta semana. Eram de João Rafael Kovalski, o menino desaparecido há 12 anos no Paraná. A embalagem do produto traz informações sobre o local e a data em que ele foi visto pela última vez, a idade que tinha na ocasião e a atual. Há também uma foto da época e uma projeção da aparência que teria agora — feita por inteligência artificial. Um QR code é disponibilizado para quem tiver informações que possam colaborar para encontrá-lo. “Nos ajude na busca”, diz a mensagem.

A foto de João Rafael e de muitos outros desaparecidos estão sendo divulgadas dessa forma (e existem outras, como em faturas de luz e energia elétrica) para dar visibilidade ao grave problema e, claro, aumentar as chances de localização — campanha que conta com o apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Todos os anos, são registrados milhares de desaparecimentos. Segundo o governo federal, somente em 2024, foram feitas 81 mil notificações pelo país. Dessas, 55 mil foram solucionadas.

João Rafael desapareceu em 24 de agosto de 2013, cinco dias antes de com-

pletar 2 anos. Da última vez que foi visto, estava brincando no quintal de casa, em Adrianópolis (PR). A hipótese inicial era de que ele teria caído no rio que passa praticamente nos fundos da residência. As buscas, porém, não deram em nada.

A família sustenta que foi sequestro, mas, mesmo com a repercussão nacional do caso e a mobilização nas redes sociais, nenhum avanço houve. A luta de parentes e amigos à procura dele, porém, segue incansável. Eles cobram seguidamente as autoridades e mantêm uma página no Facebook — Todos juntos por João Rafael Kovalski —, na esperança de receberem informações sobre o paradeiro dele. No perfil, a mãe, Lorena Cristina, fala da dor da irmã gêmea de João Rafael, relembra momentos do menino com a família e do vazio que ele deixou e faz apelos comoventes.

Uma ferida dolorosa como essa, permanentemente aberta, atormenta lares pelo país. Sofrimento que aumenta a cada aniversário, a cada data especial, a cada Natal. São muitas as pessoas em agonia pela ausência, por não saberem o que aconteceu com seus entes queridos, mas que têm em comum, também, a convicção de que jamais deixarão de lutar por eles.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	R\$ 1.187,88
			360 EDIÇÕES (promocional)
Assine			
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie			
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp			
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias: SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF; de segunda a sexta, das 9h às 18h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/sábados, das 14h às 21h/domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

A indústria do pânico deve explicações ao Brasil



» BENITO SALOMÃO
Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE-UFU)

N a última semana, ficou conhecido o Produto Interno Bruto (PIB) relativo ao terceiro trimestre de 2025. No acumulado do ano — do 1º ao 3º trimestre —, o crescimento econômico performa 2,4%. Já no acumulado de quatro trimestres – do 4º trimestre de 2024 ao 3º deste ano —, o crescimento é de 2,7%. Esse resultado aponta para um crescimento próximo a 2,5% neste ano e, embora seja menor do que os 3,4% do ano passado, está longe de ser ruim.

Sob uma perspectiva mais longa, desde a saída da pandemia em 2021, já se passaram 19 trimestres e o país apresenta crescimento do PIB há 18 trimestres consecutivos. A taxa média de crescimento econômico nesse período foi de 3% ao trimestre. Portanto, um crescimento do PIB de 2,5% para 2025 não será um resultado tão distante da média dos últimos anos.

No dia da divulgação dos dados do PIB, eu ministrei duas aulas de macroeconomia II. Apresentei os dados para os alunos e pedi para que consultassem no Google a cobertura na imprensa. Salvo algumas poucas exceções, os cabeçalhos eram predominantemente compostos por palavras como desaceleração, abaixo do esperado, perda de fôlego, entre outras com sentido semelhante. A ênfase dada nos cabeçalhos das manchetes era no desempenho trimestral de 0,1% do PIB trimestral, uma das três modas estatísticas na série do PIB de 2021 para cá. Isso mostra que a cobertura esteve

focada em algo corriqueiro na série dos dados, em que pese dados subjacentes sinalizassem um crescimento melhor.

A supracitada dinâmica recente do PIB tem contribuído para a manutenção da taxa de desemprego em níveis bastante baixos para os padrões históricos, atualmente a taxa de desemprego apurada pela Pnad-IBGE é de 5,6%, indicando que a economia brasileira esteja próxima do pleno emprego. Em detrimento disso, a massa salarial está em plena expansão e indicadores sociais têm apresentado considerável melhora.

Diante de tais indicadores, como produto em alta e desemprego em baixa, alguns economistas tendem apontar preocupações com o equilíbrio macroeconômico do país. Por exemplo, desempregos demasiadamente baixos podem pressionar o custo das empresas e desencadear um processo inflacionário.

No entanto, a curto prazo, não é isso o que se vê. Pelo contrário, após anos de descumprimentos sistemáticos da meta de inflação, o que se viu em 2025 foi uma contínua e rápida convergência do IPCA para a meta. Hoje, o IPCA acumulado é 4,68% e performa abaixo do limite superior da meta, que é 4,75%. As expectativas para esse indicador estão se reancorando, e a inflação prevista no Focus para o ano é de 4,4%. Apesar disso, é importante destacar que o reancoramento foi bastante tardio e que a supracitada convergência para a meta surpreendeu grande parte dos economistas (vide as previsões do Focus de cinco meses atrás, que eram de 5,2% para o IPCA em 2025).

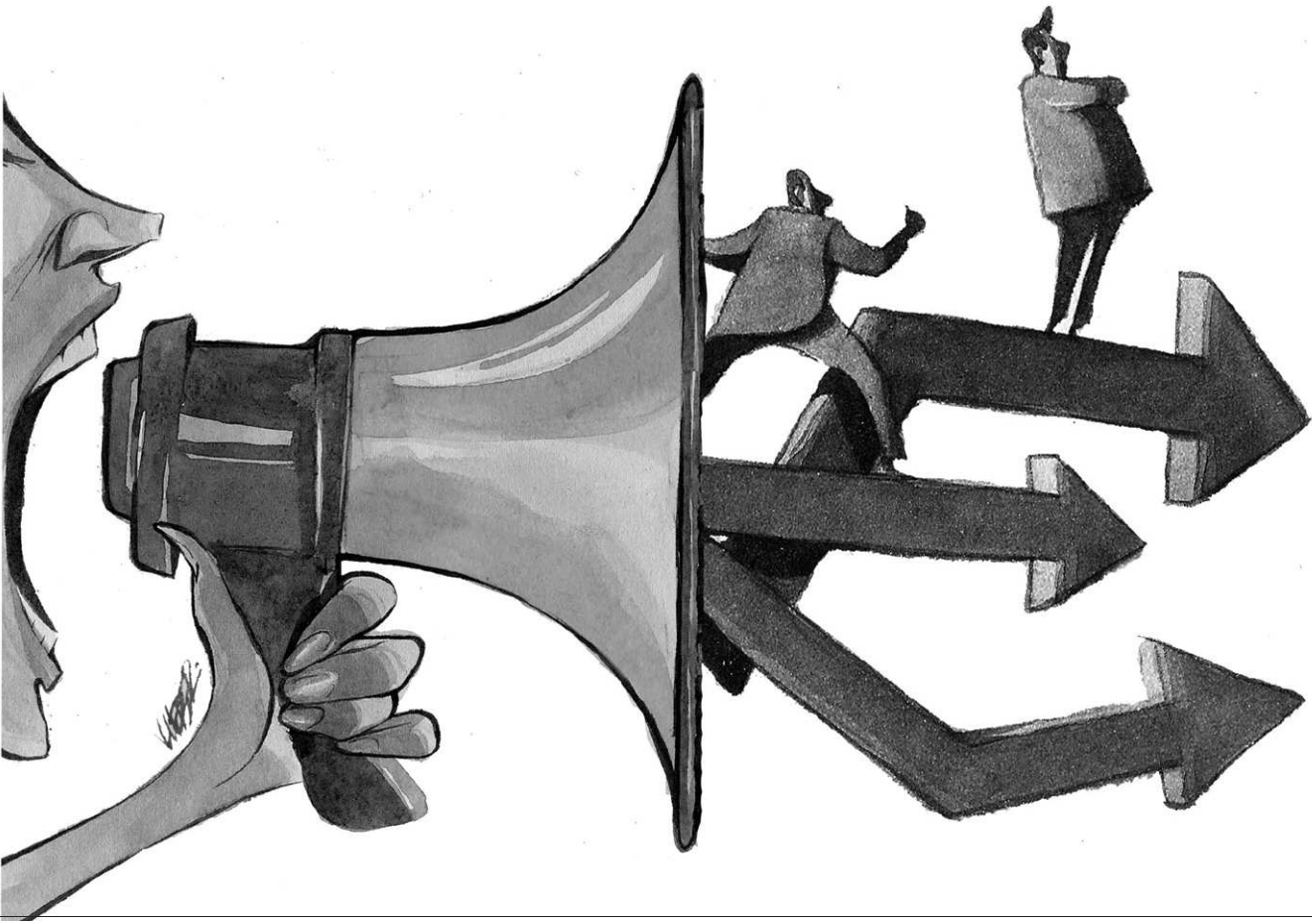
Depois de anos, o Banco Central (BCB) tem sido capaz de perseguir a meta de inflação, preservando postos de trabalho. Contribuem com o trabalho do BCB a baixa incidência de choques climáticos neste ano e a dinâmica da taxa de câmbio. E, por falar em câmbio, se atribui a Alan

Greenspan a célebre frase “o câmbio foi uma ferramenta criada por Deus para humilhar os economistas”. Os economistas deveriam se atentar ao conselho de Greenspan, sendo humildes e parcimoniosos no tocante às previsões cambiais.

Sobretudo após o final de 2024, quando as previsões catastróficas para o câmbio fracassaram. Em 28 de outubro de 2024, o dólar passava pela primeira vez da casa dos R\$ 6. A causa daquela desvalorização cambial foi a reação do mercado ao anúncio da isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) para trabalhadores cuja renda é superior a R\$ 5 mil mensais. Não faltaram comentários em toda imprensa naquelas semanas prevendo dólar acima de certos valores, inflação fora de controle e dívida pública acima de limites muito altos. Há algumas semanas, a isenção foi promulgada e nenhuma daquelas previsões catastróficas aconteceram: o dólar ronda próximo de R\$ 5,4; a inflação voltou para a meta; e a dívida pública cresce, mas não saiu de controle.

O endividamento público evoluiu de 71,6% do PIB em 2023 para 78,6% hoje. A expansão de 7 pontos percentuais do PIB em três anos é preocupante, mas não explosiva! Sobre esse último tópico, é importante destacar que essa trajetória do endividamento público é incompatível com uma economia cujo governo vem se aproximando do déficit zero. Pouquíssimos (ou talvez nenhum) países do mundo com déficits próximos a zero rolam suas dívidas a custos implícitos nominais superiores a 12% ao ano.

O Brasil que avançou muito na agenda tributária deve pensar reformas capazes de diminuir o custo de rolagem da sua dívida nos próximos anos. Já que não há esforço fiscal que estabilize uma dívida pública cujo custo implícito de rolagem é de 12% ao ano.



A noite em que a democracia foi testada novamente



» FLÁVIA PELLEGRINO
Cientista política e diretora executiva do Pacto pela Democracia

O s recentes acontecimentos na Câmara dos Deputados ultrapassam qualquer limite aceitável em uma democracia que se pretende madura. Em poucas horas, assistimos a uma sucessão de atropelos regimentais, tentativas explícitas de restrição à imprensa e uma deliberação acelerada sobre um dos temas mais sensíveis do país: a anistia aos envolvidos na tentativa de golpe de Estado que culminou nos ataques antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. Foi um conjunto de gestos que não apenas desonra o parlamento, mas fragiliza instituições que precisam de transparência, responsabilidade e debate público para atuarem com a devida legitimidade.

O projeto conhecido como PL da Anistia (PL 2162/2023), apresentado sob o disfarce de “dosimetria”, entrou em votação sem que os parlamentares tivessem tempo mínimo para leitura adequada de seu relatório e das suas alterações profundas no Código Penal e na Lei de Execução Penal. Além disso, a proposta causa impactos profundos sobre a capacidade do país de responsabilizar crimes contra a ordem democrática.

A sessão avançou madrugada adentro após requerimentos de adiamento serem sumariamente rejeitados. Uma pauta que poderia — e deveria — ser debatida de forma ampla, transparente e responsável foi transformada em uma corrida para aprovar, às cegas, um texto que interessa, sobretudo, aos que tentam negociar o abrandamento e alcance da punição de seus aliados políticos.

O rito atropelado já seria grave o suficiente, mas o que antecedeu a sessão tornou a situação ainda mais alarmante. O processo foi marcado por um episódio sem precedentes e que nenhum país comprometido com liberdades fundamentais poderia naturalizar: a expulsão abrupta e violenta de jornalistas do plenário e a interrupção da TV Câmara. Tal ataque à imprensa e à transparência não pode ser tratado como um detalhe operacional, mas compreendido como um gesto que fere o coração do ambiente democrático brasileiro.

Ignorando o simbolismo e o impacto desse ato, porém, a Câmara seguiu para a votação de um projeto que toca diretamente a integridade do Estado Democrático de Direito. A mensagem transmitida ao país é perigosa: mesmo sob um ambiente de tensão institucional e sem condições mínimas de transparência, a agenda da anistia seguiria adiante a qualquer custo.

A retórica de “pacificação” usada por defensores do PL distorce o verdadeiro sentido do que significa pacificar um país após uma tentativa de ruptura democrática. Não se pacifica apagando responsabilidades, negociando penas ou tratando

crimes contra a Constituição como ruídos supe-ráveis em nome de conveniências políticas. A história brasileira mostra com clareza o preço da impunidade: ela não fecha ciclos, ela os repete. Alimenta novas crises, encoraja novas aventuras autoritárias e sinaliza que, no Brasil, ameaçar a democracia continua compensando.

Pela primeira vez desde a redemocratização, o país iniciou um processo consistente de responsabilização não apenas dos executores, mas também dos mentores intelectuais de ataques golpistas. Recuar agora significa desperdiçar um marco histórico, nacional e internacional, e, sobretudo, a chance de romper um ciclo de tolerância institucional que compromete o futuro democrático do Brasil.

O projeto segue para o Senado. É fundamental que esta Casa reafirme o compromisso do parlamento com a Constituição, com a transparência e com a proteção das instituições. A democracia não pode ser chantageada. Exige coragem, debate público, responsabilidade e a recusa firme a qualquer tentativa de reescrever a resposta da Justiça a um ataque que buscou silenciar as urnas e o Estado de Direito.

O Senado tem agora a oportunidade — e a obrigação — de reconstruir a confiança abalada, rejeitar a capitulação e reafirmar que, no Brasil, a democracia não se curva ao interesse dos que atentaram contra ela. A democracia não é negociável. E, quando começa a ser tratada como tal, é sinal de que sua defesa se torna ainda mais premente e necessária.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Quando as máquinas tocam a alma do Ocidente

É possível que, num futuro não tão distante, a inteligência artificial não apenas transforme a economia, o trabalho e a comunicação, mas também provoque um abalo tão profundo nos fundamentos filosóficos do Ocidente que suas colunas históricas — o humanismo, a ética, a dignidade da pessoa humana e a noção de responsabilidade mora — deixem de sustentar a vida coletiva da mesma maneira que o fizeram por milênios. A hipótese, que até pouco tempo parecia restrita à ficção científica, volta agora a frequentar o debate público com crescente inquietação, sobretudo porque a velocidade das inovações supera largamente a capacidade das instituições, das leis e até mesmo da consciência social de acompanhar o impacto desse novo ator que emerge silenciosamente nas engrenagens digitais do mundo contemporâneo.

Desde seus primórdios, o Ocidente construiu-se sobre bases que não eram meramente técnicas ou utilitárias. A invenção da filosofia na Grécia, a codificação do direito em Roma, a moralidade hebraico-cristã, a redescoberta da razão no Iluminismo e a consagração do indivíduo na modernidade compõem o alicerce cultural que fez da liberdade, do debate racional e da responsabilidade pessoal valores inegociáveis. Esse edifício, embora frequentemente contestado, mostrou extraordinária capacidade de resistência diante das guerras, das revoluções, do totalitarismo e até das mudanças tecnológicas que marcaram os últimos séculos. Mas, agora, ele se depara com um desafio inédito: a presença de máquinas capazes não apenas de executar comandos, mas de simular processos de pensamento, orientar decisões e apresentar interpretações do mundo que competem com aquelas tradicionalmente elaboradas pelos seres humanos.

Se a técnica sempre foi um instrumento subordinado ao discernimento moral, a IA inaugura uma zona cinzenta em que a fronteira entre instrumentalidade e autonomia se torna difusa. Nunca foi tão fácil delegar à máquina tarefas que vão muito além da eficiência operacional e penetram no território sensível das escolhas humanas, da formação de opinião, da organização social e até das narrativas culturais pelas quais compreendemos a nós mesmos. O risco não está apenas no mau uso ou na manipulação, mas na possibilidade de que sistemas algorítmicos opacos, impessoais e programados para otimizar resultados tornem-se lentamente árbitros silenciosos das decisões que, por tradição, exigiam prudência, intencionalidade e consciência ética.

Enquanto o humanismo pressupõe limites que impedem que qualquer mecanismo reduza o homem a um dado estatístico, a IA tende a enxergar o humano não como fim, mas como variável. E essa mudança sutil pode ter consequências profundas: ao transferirmos às máquinas o trabalho de julgar, decidir e até interpretar comportamentos, corremos o risco de atrofiar as virtudes que sustentaram a civilização ocidental, como a responsabilidade, o discernimento, a intuição moral e a capacidade de dizer “não” às imposições externas. O verdadeiro perigo não está no momento em que a IA se torna mais inteligente que o homem em termos computacionais, mas naquele instante silencioso em que começamos a aceitar que seus critérios substituam os nossos, que suas inferências se tornem mais confiáveis do que nossa consciência, que sua lógica interna construída nos meandros de linhas de código passe a orientar a vida pública com a autoridade de um novo oráculo digital.

Civilizações não colapsam apenas por violência ou catástrofes repentinas; muitas sucumbem pela erosão lenta de suas referências simbólicas, pela perda de confiança no próprio legado, pela substituição de seus valores por sistemas abstratos que prometem eficiência, mas cobram o preço da alma coletiva, é o que nos mostra a história.

Hoje, o Ocidente vive uma tensão que ainda não foi compreendida em toda a sua gravidade. Enquanto governos e corporações aceleram a integração da IA, parecem cada vez mais pressionados a adaptar-se à ela, como se princípios milenares pudessem ser reescritos de acordo com a conveniência de sistemas digitais. Esse cenário não exige medo irracional, mas vigilância lúcida. O perigo maior não é que as máquinas nos oprimam deliberadamente, mas que nós, fascinados por sua precisão e comodidade, abramos mão de exercer aquilo que sempre definiu a condição humana: a capacidade de escolher, de ponderar, de errar, de refletir, de assumir a autoria de nossas ações e de sustentar uma ética que transcende qualquer cálculo.

Nem condenado, nem garantido está o nosso futuro. Se quisermos preservar o legado grego da razão, o romano do direito e o judaico-cristão da dignidade humana, será necessário reafirmar, com rigor e coragem, que nenhuma tecnologia, por mais avançada que seja, pode ocupar o lugar da consciência moral. A civilização sobreviverá se recordar que os algoritmos não têm alma, não sofrem, não erram por compaixão, não assumem culpa, não pedem perdão e não amam. É é precisamente nessas imperfeições humanas que residem a força, a beleza e a responsabilidade que moldaram o Ocidente ao longo de dois milênios. Cabe a nós decidir se a herança recebida será preservada, transformada ou simplesmente substituída por uma racionalidade do tipo “maquinicista” que, por mais eficiente que seja, jamais compreenderá o que significa ser humano e sua história até o presente.

A frase que foi pronunciada:

“Um país onde tudo é dirigido pela vilania.”

D. Leopoldina, no livro de Rodrigo Trespach, *Histórias não contadas*

História de Brasília

Estado de emergência para o Nordeste. Esta, a decisão do Conselho de Ministros, determinando providências à Sudene para abastecer as cidades e aumentar as obras assistenciais aos flagelados. (Publicada em 13/5/1962)

Craig Williams/Divulgação



A mais antiga evidência de produção intencional e manutenção do fogo por humanos é de 400 mil anos atrás e ocorreu em uma região da Inglaterra, diz estudo publicado na revista *Nature*

Neandertais primitivos "fizeram a luz"

» PALOMA OLIVETO

Marco da evolução humana, a produção intencional do fogo — evento fundamental para o desenvolvimento do cérebro, o avanço tecnológico e a origem das civilizações — já ocorria há 400 mil anos, segundo um estudo publicado na revista *Nature*. Os pesquisadores afirmam que o sítio arqueológico de Barnham, no leste da Inglaterra, tem “sinais claros e inequívocos” da manipulação desse recurso natural, antecipando em 350 mil anos o surgimento de uma das mais importantes habilidades dos hominídeos.

Para chegar a essa conclusão, os cientistas avaliaram uma vasta quantidade de artefatos que, segundo eles, evidenciam o aquecimento repetido de sedimentos, objetos de sílex alterados pelo calor e fragmentos do mineral pirita, usado historicamente para produzir faíscas. O conjunto sugere que os hominídeos do período não apenas utilizavam fogo natural, mas eram capazes de fabricá-lo sempre que precisavam.

Os autores da façanha não foram ancestrais do homem moderno, que não sairia da África até 100 mil anos atrás. Provavelmente, eram “parentes” diretos dos neandertais, espécie que viveu e desapareceu na Europa. “As pessoas que fizeram fogo em Barnham há 400 mil anos provavelmente eram neandertais primitivos, com base na morfologia de fósseis da mesma idade encontrados em Swanscombe, Kent e Atapuerca, na Espanha, que inclusive preservam DNA neandertal primitivo”, esclareceu Chris Stringer, pesquisador do Museu de História Natural de Londres e principal pesquisador, em uma coletiva de imprensa on-line.

Dieta

O uso do fogo é considerado um divisor de águas na evolução humana, associado a mudanças na dieta, proteção contra predadores, convivência social, aquecimento e até transformações fisiológicas relacionadas ao crescimento do cérebro. Mas determinar quando a habilidade emergiu sempre foi um desafio para a arqueologia. Embora existam diversas demonstrações de que, há centenas de milhares de anos, o homem se valia das fogueiras para diversos fins, até agora só se tinha certeza de que ele era capaz de “fazer a luz” quando queria, e não apenas quando aproveitava os incêndios naturais, 50 mil anos atrás.

O novo estudo combina análises arqueológicas, geoquímicas e ambientais para sustentar a interpretação de que os materiais encontrados em Barnham foram aquecidos localmente por combustão controlada e repetida, indicando não apenas uso, mas manutenção de fogueiras e eventual produção intencional de chamas. “As implicações são enormes. A habilidade de criar e controlar o fogo é um dos principais pontos de virada na história humana, com muitos benefícios sociais e práticos que mudaram a evolução do homem”, comentou Rob Davis, arqueólogo do Museu Britânico e coautor do estudo.

O sítio de Barnham foi escavado entre 1989 e 1994 e os artefatos descobertos no local seguem sendo estudados. Em camadas atribuídas ao intervalo interglacial MIS 11, quando a Terra estava mais quente e em processo de degelo, os pesquisadores identificaram manchas de sedimento avermelhado, resultado da transformação mineral causada por fogo intenso, e objetos líticos com claras evidências de aquecimento. Também foram encontrados fragmentos de pirita associados a áreas com acúmulo de materiais queimados.



Machado de mão forjado pelo calor, achado perto de fogueira de 400 mil anos

Palavra de especialista

Evidências sólidas

Esse é um estudo relevante porque fornece evidências sólidas de um aspecto crucial da evolução humana, a saber, o controle do fogo. Para a arqueologia paleolítica, propõe um conjunto sólido de análises a serem reproduzidas em outros contextos onde foram detectadas evidências da presença de fogo. O estudo apresenta várias linhas desta evidência, juntamente com análises multidisciplinares e complementares. Em primeiro lugar, a pesquisa se encaixa bem com as informações que já tínhamos em relação à Europa Ocidental. Existem outros locais com cronologias semelhantes (como Menez-Dregan ou Terra Amata na França, a caverna de Aroeira em Portugal ou Cansaladeta em Tarragona) onde temos evidências do uso de fogo há cerca de 400 mil anos. No entanto, isso contrasta com a falta de evidências em outros locais bem documentados de cronologia semelhante, como Atapuerca. A principal novidade do artigo é a proposta de que os fragmentos de pirita encontrados em Barnham, na Inglaterra, estão relacionados à produção intencional de fogo. Isso não foi observado nos outros locais. Portanto, com base nessa descoberta, a ideia de



IPHES / Divulgação

que por volta dessa data já tínhamos um uso estrutural do fogo é reforçada. É muito provável, como o artigo sugere, que a descoberta de Barnham nos mostre o início da domesticação do fogo, seu uso controlado e generalizado. Em um nível pessoal, com base no que aprendi com arqueologia experimental e observações etnográficas, acredito que produzir fogo por atrito com materiais vegetais é mais fácil do que envolver interação com óxido de ferro, mas as evidências apresentadas no artigo são sólidas e devem ser levadas em consideração.

Andreu Ollé Cañellas, pesquisador do Instituto Catalão de Paleoecologia Humana e Evolução Social (Iphes-Cerca), na Espanha

Local

A análise microscópica dos artefatos mostrou que o aquecimento ocorreu no próprio local, e não por processos naturais posteriores. Estudos com espectroscopia infravermelha indicaram temperaturas que chegaram a ultrapassar 750°C em alguns pontos, algo difícil de ser explicado apenas por incêndios naturais.

Já a análise de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos revelou padrões característicos de combustão local de madeira, distintos de sinais típicos de incêndios regionais. Para os pesquisadores, a repetição

do aquecimento e a localização dos vestígios apontam para atividade humana continuada, como fogueiras reacendidas ou mantidas ao longo do tempo.

O artigo destaca ainda a presença de dois fragmentos de pirita em áreas próximas ao material queimado. Essa pedra, quando fricionada com força com certos tipos de sílex, produz faíscas capazes de iniciar fogueiras. O mineral é conhecido historicamente por esse uso em diferentes culturas humanas. “É incrível que alguns dos grupos mais antigos de neandertais tivessem conhecimento das propriedades do sílex e da pirita em uma data tão remota”, comentou Nick Ashton,

Jordan Mansfield/Divulgação

Consequências

Por que a produção de fogo mudou a evolução humana:

- **Cozinhar ampliou a energia disponível:** o fogo permitiu cozinhar carnes e vegetais, facilitando a digestão e aumentando a absorção de nutrientes — algo associado ao crescimento do cérebro em hominídeos.
- **Espaços sociais iluminados:** fogueiras criaram áreas de convivência, favorecendo interação, transmissão cultural, divisão de tarefas e relações sociais mais complexas.
- **Proteção e ocupação de ambientes:** ajudou na defesa contra predadores e no aquecimento em noites frias, permitindo viver em regiões mais variadas.
- **Tecnologia e inovação:** a produção de calor estimulou o desenvolvimento de novas técnicas, como colas e adesivos usados para fixar ferramentas.
- **Dominar o fogo x depender de incêndios:** o estudo indica que, em Barnham, há sinais de produção deliberada — não apenas aproveitamento de incêndios naturais.
- **Fonte:** *Earliest evidence of making fire*, de Chris Stringer e Nick Ashton

curador de Coleções Paleolíticas do Museu Britânico e coautor do artigo. “Essa é a descoberta mais notável da minha carreira”, revelou, na coletiva.

Ashton destacou que a pirita não é comum na região de Barnham, segundo levantamentos geológicos. Isso sugere que o material teria sido transportado até ali, uma evidência adicional de que os hominídeos conheciam suas propriedades e integraram o mineral ao “kit fogo”.

Transição

O período em que Barnham foi ocupado coincide com uma fase de transição importante da evolução humana, entre 500 mil e 300 mil anos, associada ao aumento gradual do tamanho cerebral e à emergência de comportamentos mais complexos. Segundo os pesquisadores, a capacidade de fazer fogo fornecia vantagens sociais e alimentares, possibilitando cozinhar carnes e, assim, aproveitar melhor proteínas, além de reduzir a energia digestiva e ampliar a disponibilidade de alimentos.

A manutenção de fogueiras também teria favorecido o desenvolvimento de espaços sociais iluminados. Isso ajudou a consolidar interações coletivas e divisão de tarefas, aspectos cada vez mais valorizados na discussão sobre a evolução do comportamento dos primeiros hominídeos.

Há registros de uso de fogo em diferentes sítios antigos na Europa e na África, mas a distinção entre queimadas naturais e fogueiras humanas é complexa. Em muitos casos, indícios de aquecimento estão associados a materiais orgânicos misturados, processos geológicos ou ambientes cavernosos que favorecem a preservação do fogo, mas não permitem concluir a produção deliberada das chamas.

Segundo o estudo, Barnham se destaca justamente por apresentar um conjunto de evidências convergentes — sedimentos queimados, ferramentas fraturadas pelo calor, pirita, presença de madeira queimada e sinais de repetição dos eventos. Para os autores, trata-se da demonstração mais robusta de que grupos pré-*Homo sapiens* dominavam técnicas de produção de fogo muito antes do que se pensava.

Evolução

1,6 milhão – 1,4 milhão de anos atrás (África)

- Primeiros vestígios associados ao uso de fogo em sítios a céu aberto no leste da África (como Chesowanja e Koobi Fora). Pode representar fogo natural aproveitado pelos hominídeos.

1 milhão – 0,8 milhão de anos atrás (África do Sul)

- Evidências em cavernas como Swartkrans e Wonderwerk. Indicam incêndios dentro de ambientes protegidos, mas ainda difíceis de confirmar como fogueiras deliberadas.



Naama Goren-Inbar/Divulgação

780 mil anos atrás (Israel)

- Sítio de Geshen Benot Ya'aqov (foto) sugere maior regularidade no uso de fogo. Permanece a dúvida entre manutenção e aproveitamento de fogo natural.

400 mil anos atrás (Europa)

- Diversos sítios — em França, Portugal, Espanha, Ucrânia e Reino Unido — mostram aumento no uso de fogo, especialmente durante o período interglacial conhecido como MIS 11. Até recentemente, a evidência direta de produção de fogo era considerada incerta.

400 mil anos atrás – Barnham (Reino Unido)

- Segundo o estudo publicado na *Nature*, é a primeira produção deliberada e manutenção do fogo. A hipótese foi construída de acordo com evidências como: sedimentos queimados in situ, repetição de eventos de aquecimento, temperaturas acima de 750°C, ferramentas alteradas pelo fogo, fragmentos de pirita transportados para o local.

350 mil – 200 mil anos atrás (Europa, Levante, África)

- Uso do fogo se torna cada vez mais comum e aparentemente regular.



Neanderthal Museum/Reprodução

50 mil anos atrás (Europa)

- Evidências de neandertais (foto) usando pirita e sílex para fazer faíscas, como mostram traços de uso em ferramentas provenientes de sítios franceses.

Fonte: Earliest evidence of making fire, de Chris Stringer e Nick Ashton

PESQUISA



A infraestrutura e a qualidade de vida de áreas como o Plano Piloto...

...contrastam com a pobreza de áreas como o Sol Nascente: desigualdade histórica

As marcas da desigualdade

DF tem a maior diferença de renda entre ricos e pobres do país, segundo pesquisa do IBGE. Mulheres pretas e pardas recebem as menores remunerações. Secretaria informa que investimentos em desenvolvimento social triplicaram nos últimos sete anos

» LETÍCIA MOUHAMAD
» LAÍZA RIBEIRO DE SOUSA

A todo momento, Tayana Silva, 34 anos, é tomada por uma preocupação diferente: conseguir um emprego, garantir a alimentação dos quatro filhos... Para trabalhar, no entanto, é preciso pensar em quem ficará com as crianças, já que três delas são neurodivergentes. Também por isso, como não se inquietar com a falta de medicamentos para a família? A conta não fecha.

No Distrito Federal, essa realidade é mais comum do que se imagina: a capital tem a maior desigualdade de renda do país, de acordo com a pesquisa da Síntese de Indicadores Sociais, divulgada no início de dezembro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Conforme o estudo, baseado no ano de 2024, o índice Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini e um dos principais indicadores para avaliar as desigualdades na distribuição de rendimentos, é de 0,547 no DF. O valor é maior do que a média nacional, de 0,504, e supera a taxa da região Centro-Oeste, que chegou a 0,485.

O índice vai de 0 a 1 e quanto mais perto de 1, maior é a desigualdade. Quando se desconsidera os benefícios de programas sociais governamentais, o índice Gini do DF vai para 0,566, evidenciando o aumento na concentração de renda. Ao mesmo tempo, a pesquisa mostra que a capital mantém o maior rendimento médio do país (R\$ 4.889).

Ana Maria Nogales, demógrafa e professora de estatística da Universidade de Brasília (UnB), explica que o fato de o DF ter a maior renda média do país não o impede de liderar o ranking de desigualdade. Segundo a pesquisadora, a média é puxada para cima por um grupo pequeno, muito bem remunerado, enquanto grande parte da população vive com rendimentos baixos.

Questão histórica

A desigualdade no DF é estrutural e remonta à própria concepção de Brasília, conforme destaca a professora Ana Maria Nogales. Na ocasião, separaram-se trabalhadores qualificados — concentrados no Plano Piloto e em regiões centrais — daqueles que vieram para a construção e para trabalhar na área de serviços, muitos de baixa escolaridade. “Brasília promoveu, desde o início, uma segregação socioespacial. Essa divisão histórica resultou em um mercado de trabalho altamente desigual, no qual parte significativa da população permanece em empregos precários e com poucas oportunidades de mobilidade social”, reforça a mestre e doutora em demografia.

O economista e sociólogo César Bergo avalia que a própria concepção urbanística e geográfica de Brasília contribuiu para fixar desigualdades. “O Plano Piloto foi projetado para 500 mil habitantes, mas essa estratégia foi abandonada com o tempo”, afirma. O tamanho reduzido do território, somado ao tombamento, limita, segundo ele, a instalação de indústrias ou de atividades econômicas diversificadas. “Por ou-



Diferentes carências fazem parte da realidade de Tayana Silva, moradora do Sol Nascente

Palavra de especialista

Sobrevivência

Para compreender a desigualdade revelada pelo IBGE, é fundamental olhar para a segregação territorial entre o Plano Piloto e as periferias. O valor do solo nas áreas centrais, tombadas como patrimônio mundial, é tão elevado que praticamente exclui as famílias de baixa renda. Para viver no Plano Piloto, é preciso ter renda muito alta.

Nas periferias, por sua vez, a qualidade urbana é muito inferior: falta vegetação, as construções são precárias, as calçadas ruins, há poeira, alagamentos e serviços públicos de baixa qualidade. Isso mantém a desigualdade no território e reforça a distância social entre os grupos.

Quando analisamos o aumento do índice de Gini ao retirar os benefícios sociais, percebemos a centralidade das

políticas públicas no enfrentamento dessa desigualdade, que cresce quando se desconsideram as políticas de transferência de renda. Esses programas garantem sobrevivência e alguma mobilidade, mas estão longe de resolver o problema estrutural.

Precisamos de investimentos pesados em educação pública, especialmente na educação infantil e nas escolas das áreas mais vulneráveis; de maior assistência estudantil; de políticas de inserção produtiva; e de melhorias significativas na infraestrutura urbana. O Estado ainda tem muito a fazer para reduzir essas desigualdades.

Ana Maria Nogales é demógrafa, professora de estatística da UnB e mestre e doutora em demografia. Integra o Observa DF, organização sem fins lucrativos que avalia os serviços públicos na capital federal.

tro lado, a presença dos poderes da República e de grandes bancos, associados ao serviço público, eleva a renda de parte da população, criando contrastes acentuados com as regiões administrativas”, diz.

A pesquisa do IBGE avaliou, ainda, a distribuição por classes de salário mínimo e apontou que 4,7% da população do DF, em 2024, vivia com até um quarto de salário mínimo per capita mensal; e 16,3%, com até meio salário mínimo per capita. As proporções estão abaixo do observado em 2012, quando era maior a concentração de pessoas em ambos os contextos, 6,3% e 22,2%, respectivamente. Em relação à população ocupada, o rendimento-hora médio do trabalho principal era de R\$ 30,80, sendo de R\$ 51,60 para os de en-

sino superior completo e de R\$ 13,60 para os sem instrução ou com ensino fundamental incompleto.

Apesar de trabalhar diariamente vendendo acessórios para celular em paradas de ônibus e dentro dos coletivos, Erique Lohan, 32, vive com a renda instável da atividade informal e depende da aposentadoria dos avós, com quem mora, para cobrir as despesas da casa.

O morador de Santa Maria iniciou uma faculdade de engenharia, mas abandonou o curso para cuidar da avó, diagnosticada com Alzheimer. Além disso, não faltam barreiras para conseguir emprego formal. “Mando currículo, vou às entrevistas, mas, por ser preto e não ter roupas mais formais, acho que já me julgam como inapropriado”, desabafa.

Gênero e raça

“Houve época em que eu abria a geladeira e não tinha o que comer. Sentir fome é horrível, mas imagina a dor de não ter como alimentar os filhos?”. O desabafo de Maria Josefa, 67 anos, remete ao período da pandemia de covid-19, quando foi obrigada a interromper os serviços de diarista por medo de carregar o vírus para dentro de casa. O cenário melhorou e ela retornou ao trabalho, porém a dificuldade para fechar as contas no fim do mês é uma constante. “Se meus filhos mais velhos não ajudarem, não consigo sequer de pagar o aluguel”, afirma a moradora do Gama, que cuida de uma filha com síndrome de Down e tem nos medicamentos seus maiores gastos.

Sem renda fixa, a diarista, que é uma mulher parda, costuma trabalhar seis dias por semana e recebe cerca de R\$ 1,2 mil por mês, valor dividido entre o aluguel e o tratamento da filha, dependente de um colírio de R\$ 150. Josefa não concluiu os estudos, mas afirma ter feito questão de que “seus meninos” se formassem e tivessem condições melhores do que as dela. Um deles trabalha como eletricista.

“Os cargos de maior prestígio, sobretudo na administração pública federal, são ocupados por homens brancos, enquanto as mulheres pretas e pardas ficam concentradas em atividades de cuidado e serviços domésticos, de menor remuneração e destaque. Mesmo quando possuem escolaridade maior, muitas enfrentam barreiras para alcançar melhores posições no mercado de trabalho”, assinala a demógrafa Ana Maria Nogales.

Os dados confirmam: em 2024, os brancos ganhavam, em média, 2,4 vezes (R\$ 7.757) mais do que a população de mulheres declaradas pretas ou pardas (R\$ 3.170). Entre os 10% com menores rendimentos, constavam 27% de brancos e 71,6% de pretos ou pardos. Por outro lado, ao se consi-

derar os 10% com maiores rendimentos, a situação se inverte: 66,0% eram brancos e 33,4% eram pretos ou pardos. Essa concentração de renda também foi observada nos anos anteriores.

Nesse contexto de desigualdade de renda, Bergo defende que somente a educação pode melhorar as perspectivas da população, ponderando que, a curto prazo, o DF precisa fortalecer transporte, assistência social, infraestrutura urbana e habitação, aproveitando recursos do Fundo Constitucional.

Ações integradas

A secretária de Desenvolvimento Social (Sedes/DF), Ana Paula Marra, acredita que reduzir desigualdades exige ações integradas e destaca que o Governo do Distrito Federal tem ampliado a presença do Estado em áreas vulneráveis. “O GDF tem investido não somente nas pessoas, criando benefícios como o Cartão Prato Cheio, mas, também, onde elas moram”, diz. Ela cita o Sol Nascente como exemplo dessa transformação, com saneamento básico, creches, restaurante comunitário e terminal rodoviário.

Segundo a pasta, os investimentos em desenvolvimento social triplicaram nos últimos sete anos, com a ampliação de equipamentos como o Centro de Referência de Assistência Social (Cras), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Centros de Convivência (Cecon) e Restaurantes Comunitários. Outras medidas, como a redução do valor das refeições nesses locais, com três refeições diárias e atendimento aos domingos e feriados, além da gratuidade para pessoas em situação de rua, são citadas pela Sedes.

A secretária lembra, também, a ampliação do Cadastro Único, a expansão do Cartão Prato Cheio e o aumento das vagas de acolhimento, o que permitiu criar o Hotel Social.

Números da exclusão

Desequilíbrio de renda segundo o índice Gini

DF: **0,547**

Média nacional: **0,504**

Centro-Oeste: **0,485.**

Quanto mais perto de 1, maior é a desigualdade.

Brancos ganham **2,4 vezes**

(**R\$ 7.757**) mais do que as

mulheres declaradas pretas ou

pardas (**R\$ 3.170**).

4,7% da população do DF vive

com até um quarto de salário

mínimo per capita mensal; e

16,3%, com até meio salário

mínimo per capita.

Fonte: IBGE



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

DF ganha primeira unidade do Na Hora exclusiva para empresas

Depois do Na Hora que atende ao cidadão com serviços de toda a ordem, a Secretaria de Justiça e Cidadania inaugura, na próxima semana, a primeira unidade totalmente voltada para soluções num único espaço de demandas do empresariado. É o Na Hora Empresarial. O novo espaço terá mais de 500 m² para licenças, autorizações e regularizações, sem necessidade de agendamento. Serão abertos postos da Polícia Federal, Caesb, Neoenergia, Ibram, DF Legal, Seduh, Junta Comercial, Vigilância Sanitária, entre outros órgãos estratégicos para o ambiente de negócios. A titular da pasta, Marcela Passamani, acompanha os últimos preparativos para abrir as portas. A inauguração será na próxima quinta-feira (18), às 10h.



Sejus/Divulgação

Histórias policiais do DF

Para quem gosta de histórias policiais, uma boa dica: o delegado Sérgio Bautzer, da Polícia Civil do DF, é autor da obra *Linha de Frente: Crimes Reais do DF — O Caso do “Jack da Bike” e Outras Histórias*. O livro reúne episódios reais investigados, narrados a partir do olhar de quem esteve no centro das operações, das diligências e das decisões que moldam o cotidiano de uma das polícias mais técnicas do país. O destaque da obra é a reconstrução do caso “Jack da Bike”, que se trata de um estuprador em série que, entre 2002 e 2011, espalhou terror em regiões do DF e do Entorno. Bautzer descreve como o criminoso escolhia vítimas, evoluía em perversidade, mudava o modus operandi e desafiava a polícia — até ser, finalmente, identificado, capturado e condenado. O livro revela detalhes inéditos da investigação.



Arthur Menescal/Esp. CB/DA Press

Importância do trabalho do delegado para uma investigação séria

A obra reúne mais de 60 capítulos com crimes reais que passam por violência doméstica, feminicídio, latrocínios, fraudes, operações complexas, flagrantes e tragédias familiares. “Foram anos reunindo informações de casos em que trabalhei ao longo das minhas duas décadas de atuação. No livro, faço reflexões sobre a importância do trabalho do delegado de polícia para a sociedade e para a formação de uma investigação séria, técnica e responsável. O mais importante é que tive absoluto cuidado em preservar a identidade de todos: não divulguei nomes de vítimas, testemunhas nem de profissionais da segurança pública envolvidos nas ocorrências”, afirma Sérgio Bautzer.

Sindicato dos Médicos pede que Ibaneis vete Voucher Saúde



Ascom/CLDF

O Sindicato dos Médicos recomendou ao governador Ibaneis Rocha (MDB) que vete projeto de lei aprovado pela Câmara Legislativa que cria o “Voucher Saúde”. Trata-se de uma autorização para que pacientes que necessitem de consultas, exames e procedimentos cirúrgicos urgentes que estão indisponíveis na rede pública utilizem a rede privada de saúde, por meio de parcerias. O projeto é de autoria do deputado distrital Roosevelt Vilella (PL).

Atribuição exclusiva do Executivo

São três violações à Constituição Federal, à Lei Orgânica do Distrito Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo o Sindicato dos Médicos: invasão de competência, já que a criação de programas de saúde é da atribuição exclusiva do Poder Executivo; irresponsabilidade fiscal, porque o projeto não indica a fonte de custeio nem estima o impacto orçamentário; e incompatibilidade legal, considerando que a proposta não se alinha com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias ou a Lei Orçamentária Anual. “Se a proposta for sancionada, vamos entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade contra ela”, afirma o presidente do Sindicato dos Médicos, Gutemberg Fialho.



Ascom/CLDF

Paula Belmonte e Zema: afinidade programática

A deputada distrital Paula Belmonte (PSDB) reforçou aproximação com o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), usando a gestão mineira como parâmetro para o que defende para o DF. No encontro, promovido pelo Sindivarejista, a pré-candidata ao GDF destacou desburocratização, segurança jurídica e qualificação profissional como pilares que pretende priorizar, exatamente os temas que impulsionaram a projeção nacional do governador mineiro. Ao finalizar, endossou a pré-candidatura presidencial de Zema, num movimento interpretado como tentativa de se ancorar em uma liderança que dialoga com o eleitorado da centro-direita e reforça sua própria narrativa de gestão técnica para o DF.



Divulgação



Divulgação/Luiza Tojer

Reconhecido mundialmente

O show *Amém & Amem — Naná Vasconcelos 80 anos*, uma celebração ao legado de um dos maiores nomes da música brasileira, reúne no palco Virgínia Rodrigues, Zé Manoel, Lucas dos Prazeres e Marivaldo dos Santos, artistas que traduzem a força e a diversidade da música afro-brasileira. Reconhecido mundialmente, o pernambucano iniciou sua trajetória ao lado de Milton Nascimento nos anos 1960 e, na década seguinte, levou os sons do berimbau e das raízes brasileiras para os palcos do mundo, em colaborações com grandes artistas internacionais. Naná é dono de oito prêmios Grammy. Os shows acontecem neste sábado (13/12), às 17h e 20h; e no domingo (14), às 19h, na Caixa Cultural Brasília.

“O PL da Dosimetria passou com ampla maioria: 291 votos. Vencemos uma batalha - e muito em breve venceremos a guerra. Seguiremos firmes pela anistia ampla, geral e irrestrita”

Deputado federal Coronel Tadeu (PL-SP)



Ana Rayssa/CB/DA Press

“O povo brasileiro está cansado de impunidade. Quem atenta contra a democracia não merece privilégios, merece o rigor da Justiça”

Deputado federal Reginaldo Veras (PV-DF)



Ed Alves/CB/DA Press



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

DIREITOS HUMANOS

Maria Elizabeth Rocha divulgou um duro manifesto contra a violência que atinge mulheres e meninas. Apontou a necessidade de prioridade do tema na esferas públicas, além de cobrar maior participação feminina nas instâncias de poder

Presidente do STM repudia feminicídios

» MALCIA AFONSO

A ministra-presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha, divulgou um manifesto e nota de repúdio contundente contra os feminicídios no país. No documento, em alusão ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebrado em 10 de dezembro, e no contexto da campanha os 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas, ela destaca que as tragédias ocorridas recentemente “evidenciam a gravidade alarmante deste crime”. Maria Elizabeth, conhecida pela defesa incansável dos direitos das mulheres, também aponta para a necessidade de priorizar esse tema nas políticas públicas e no Sistema de Justiça, além de cobrar maior participação feminina nas instâncias de poder, onde as decisões são tomadas majoritariamente por homens.

Maria Elizabeth destaca que, nos últimos dias, o país foi impactado por narrativas devastadoras

de mulheres assassinadas por seus companheiros ou ex-companheiros e, até mesmo, por parentes próximos, deixando marcas profundas nas comunidades e famílias. “Tais situações horrendas destacam a urgência de abordar a violência contra mulheres e meninas como prioridade das políticas públicas e no Sistema de Justiça”, afirma.

Para Maria Elizabeth, que também é presidente do Observatório Pró-Equidade da Justiça Militar da União, essas violências atestam o desvalor histórico, socialmente impingido ao universo feminino: “Vidas de mulheres são ceifadas de forma cruel e covarde, escancarando a realidade de um Brasil que ainda normaliza a violência de gênero. Mulheres



Há um vazio comumente imposto. E nesse vazio, outros definem as pautas políticas ou as prioridades públicas, mediante ausência impositiva ao feminino”

mediante ausência impositiva ao feminino”, afirma.

Nesse contexto, a ministra-presidente do STM enumera uma série de demandas: investigações profundas e celeridade nos processos judiciais; aplicação rigorosa de medidas preventivas, como a proteção das mulheres em situação de vulnerabilidade, por meio de

são traficadas para servirem como objetos sexuais e de escravidão doméstica. Mulheres são desqualificadas em suas competências e atuações. Mulheres são ‘assassinadas’ em suas vidas públicas e na atuação política”.

“Há um vazio comumente imposto. E nesse vazio, outros definem as pautas políticas ou as prioridades públicas, mediante ausência impositiva ao feminino”, afirma.

dispositivos inteligentes de proteção e apoio; fortalecimento das políticas públicas que empoderem, acolham e protejam mulheres em situação de violência; aplicação prioritária de políticas preventivas de amparo e acolhimento, ao se analisar orçamentos públicos; e formação em direitos humanos e de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas.

“Precisamos concentrar medidas que transformem nossos espaços relacionais, laborais e de convívio, com a valorização das mulheres em suas existências, desconstituindo, consequentemente, possíveis efeitos desqualificadores atestados por culturas de exclusão”, ressalta. “Os recentes casos de feminicídio nos lembram que a violência de gênero não é uma tragédia distante, mas um problema estrutural que exige ação coletiva e imediata. Este não é o momento de silenciarmos. É hora de ocupar as ruas, as redes sociais e os espaços de mídia”, enfatiza.

Em seguida, Maria Elizabeth elenca medidas para fazer frente

Guilherme Felix CB/DA Press.



Maria Elizabeth é a primeira mulher a presidir o STM

a essa realidade: criação e ampliação de uma rede de apoio acessível às vítimas de violência doméstica, integrando serviços de acolhimento, apoio psicológico e orientação jurídica; gestão pública voltada à equidade nos ambientes institucionais e funcionais; capacitação profissional das forças de segurança, ampliando sua habilidade de responder com agilidade e eficácia aos pedidos de socorro e à proteção de mulheres em risco; educação pró-equidade na perspectiva de gênero em todos os ambientes

de formação; implementação de campanhas permanentes de conscientização sobre violência de gênero nas escolas, comunidades e grandes centros urbanos; monitoramento contínuo de dados sobre feminicídios, misoginia, violência sexual e outras ocorrências de violência doméstica e familiar; efetiva observância de ocorrências de violência, a exemplo da violência vicária, comumente impingida às mulheres. “O momento exige coragem, investimento e compromisso político”, acrescenta.



Demora do IML ocorreu porque foram necessários exames de DNA. A jovem era cabo do Exército e foi morta na sexta-feira. Assassino confesso, o soldado Kelvin Barros está preso

Liberado corpo de Maria de Lourdes

» ANA CAROLINA ALVES
» LUIZ FELLIPE ALVES

O corpo de Maria de Lourdes Freire Matos, de 25 anos, foi liberado na tarde de ontem após passar por exames de identificação no Instituto Médico Legal (IML). Maria foi assassinada na última sexta-feira (5/12) pelo soldado Kelvin Barros da Silva.

A liberação ocorreu cinco dias após o feminicídio. Para identificação, foram necessários exames de DNA, pois a análise das digitais não foi possível. A família de Maria de Lourdes teve que disponibilizar material biológico para a compatibilidade ser conferida.

Paulo Noritika, delegado-chefe da 2ª DP, responsável pelo caso, explica a necessidade do chamado laudo de perícia necropapiloscópica. “No caso específico da cabo, tendo em vista o estado de carbonização de seu corpo, para a identificação, foi necessário colher o material biológico de seus familiares”, disse.

Dois inquéritos sobre o crime estão abertos — um na Polícia Civil (PCDF) e outro na Justiça Militar. Em ambos, Kelvin está sendo investigado por quatro crimes: feminicídio; furto de arma; incêndio criminoso; e fraude processual.

Na Justiça Militar, o processo foi distribuído para a juíza federal Flávia Ximenes Aguiar de Sousa. A

Justiça Militar aguarda o declínio de competência por parte do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

De acordo com o Superior Tribunal Militar (STM), por se tratar de um crime cometido por militar contra militar, em local sujeito à administração castrense, Kelvin Barros deve ser julgado pela Justiça Militar da União (JMU). Segundo o STM, o caso é classificado como crime militar por extensão. Isso com base na Lei 13.491/2017, que ampliou a competência da Justiça Militar para julgar delitos previstos fora do Código Penal Militar. Com isso, a pena aplicada, em caso de condenação, é a mesma prevista

para o feminicídio na Justiça Comum — de 20 a 40 anos.

Por sua vez, a advogada da família da jovem, Leila Santiago, teme o julgamento pela Justiça Militar, uma vez que a pena total pode ser alterada. “Os oficiais podem afastar qualificadores com maior facilidade. Os critérios adotados e a cultura interna da jurisdição militar podem, sim, favorecer resultados mais brandos”, explicou.

O caso

Por volta das 16h da última sexta-feira, o Corpo de Bombeiros atendeu uma ocorrência de incêndio na Fanfarra do 1º Regimento de

Reprodução Rede Sociais



Militar foi encontrada carbonizada com um corte profundo no pescoço

Cavalaria de Guardas (1º RGC), no Setor Militar Urbano. Após controlar as chamas, durante o rescaldo, os bombeiros encontraram um corpo carbonizado que viria a ser identificado como o de Maria de Lourdes Freire Matos, cabo do regimento. Então, a Polícia Civil foi acionada.

Testemunhas afirmam que, antes do incêndio, um grito foi ouvido de dentro da Fanfarra. As investigações corroboram essa versão, afirmando que uma briga ocorreu

entre Kelvin e Maria de Lourdes. Após cometer o crime, ele ateou fogo ao quartel e fugiu.

Kelvin foi capturado logo depois. Em depoimento, no primeiro momento, negou o crime, mas acabou confessando. No entanto, apresentou cinco versões à PCDF. Laudos da perícia apontaram que a vítima foi atingida por duas facadas.

A prisão de Kelvin foi convertida em preventiva no sábado. Ele está detido no Batalhão de Polícia do Exército de Brasília.

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.df@dabr.com.br

Sepultamentos em 10/12/2025

» Campo da Esperança

Elizabete Moraes de Souza, 71 anos
Eralda Alves de Oliveira, 61 anos
Expedito Donizete da Silva, 68 anos
Fabiano Mendes do Nascimento, 50 anos
Gabriela Freire Nunes, 39 anos
Izaleia Pereira de Souza, 95 anos
Jeane Bezerra de Souza, 37 anos
José Carvalho, 90 anos
Nelson Case de Lima, 89 anos
Olga Barreto Aragão, 96 anos

Palmira Silva de Cerqueira, 93 anos
Rose Mary Feitosa de Lima, 74 anos
Sandra Maria Brito Machado, 62 anos
Therezinha de Almeida Rios, 91 anos
Vitória Alves de Araújo, 91 anos

» Taguatinga

Anadete Epitácio Jaguarivel, 87 anos
Antônia Ferreira dos Santos, 82 anos
Damião Teodoro de Santana, 81 anos
Heleno Ferreira Xavier, 93 anos
João Vicente da Cruz Limeira, menos de 1 ano

José Tomaz de Aquino, 80 anos
Josimar Costa Correa, 57 anos
Liara de Sousa Ramos, menos de 1 ano
Maria Dalva Alves, 87 anos
Maria de Jesus Marcelino Frota, 59 anos
Maria Gomes dos Santos, 74 anos
Raimundo Nonato Milhomens Barros, 58 anos
Tânia Maria de Aquino Monteiro, 74 anos
Wilson Eurípedes de Souza, 65 anos

» Gama

Djanio Marinho Maia, 55 anos

João Furtado Leite, 84 anos
José Alves dos Santos, 77 anos
José Severino de Araújo, 61 anos
Luis Guilherme Mendes Oliveira, menos de 1 ano
Maria de Nazaré Rodrigues, 71 anos
Mariana Ferreira de Sousa, 32 anos
Maya Sousa Costa, menos de 1 ano

» Planaltina

Luan Kayo de Assunção Maciel, 31 anos
Rodrigo da Silva Barros, 27 anos

» Brazlândia

Eunice Francisco de Moraes, 73 anos
Kentaro Hoshi, 82 anos

» Jardim Metropolitano

Leila de Miranda Melo, 91 anos (cremação)
Lia Raquel Rodrigues Nunes, menos de 1 ano
Luiz Eugênio Bezerra de Melo, 66 anos (cremação)
Márcio Raimundo dos Santos, 43 anos
Odrelia Cidália Moncayo Lima, 90 anos (cremação)

Vem pra família

Sesc-DF

você também

Há mais de 50 anos, a vida acontece e se renova no SESC-DF. De geração em geração, o tempo passa e as melhores lembranças ficam. É esporte, cultura, lazer, saúde, nutrição, educação e muito mais. O tempo todo, para todas as idades.



Fecomércio
Senac

Acesse
sescdf.com.br
e saiba mais.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

Salvo pelos pastéis

Enquanto o mundo explode, lembrei de uma história do poeta Ferreira Gullar. Ele passou por Brasília, no período da construção da cidade, e foi o primeiro diretor da Fundação Cultural. Eram tempos épicos em que as coisas mais simples exigiam malabarismos para serem realizadas.

Gullar pretendia aliar a tradição ao que havia de mais experimental na cultura. Organizou salões de artes plásticas vanguardistas e trouxe a Escola de Samba

da Mangueira. O regime militar atropelou tudo. Mas ficaram alguns vestígios de sua passagem. Um deles são aquelas garrafinhas coloridas, vendidas na Feira da Torre de Televisão, trazidas pela primeira vez por Gullar, de sua terra natal, São Luís do Maranhão.

Gullar era pura tensão entre racionalidade e passionalismo. Parecia um boeing, demorava a decolar, mas quando saía do chão, voava alto e longe. No livro *A luta corporal*, publicado aos 20 anos, ele queria implodir com a linguagem para chegar até o coração da vida: “Flores diurnas, minhas feras/Estas são as máquinas do voo/A pele se incendeia em vosso inferno verdadeiro/Eu te violento, chão da vida/Garganta do meu dia/Em tua áspera

luz/Governo meu canto”.

No entanto, ao implodir com a linguagem, Gullar se deparou não com a fonte da vida, mas, sim, com o nada. E decidiu retomar o fôlego fazendo versos de cordel. Nesse sentido, a estada brasiliense foi crucial.

Mas Gullar voltou à cidade muitas vezes realizando palestras para estudantes. Em um desses encontros, ele contou uma intrigante história sobre os limites da razão em nossas vidas. Certo dia, estava na casa de um amigo, o crítico Mário Pedrosa. Lá, reunia-se uma constelação de intelectuais brilhantes, naqueles anos 1960 de convulsões, de contradições, de turbulências, de inconformismos e de revoluções por minuto.

Mário Pedrosa e os amigos se dedicaram a uma acurada análise da situação política no Brasil e no mundo pelo método dialético e chegaram a conclusões um tanto pessimistas sobre o destino da humanidade.

Gullar ficou deprimido com a conversa e resolveu ir para o quarto de pensão que dividia com dois amigos, o cronista Carlinhos Oliveira e o crítico Oliveira Bastos, que, mais tarde, seria editor-chefe do **Correio Braziliense**. A ideia de suicídio germinou, ganhou força e tomou conta da cabeça. Sentou-se na cama e repisou as argumentações apresentadas no encontro. Quanto mais repassava a conversa, mais ganhava força a ideia do suicídio.

todavia, de repente, ele avistou um

saquinho com meia-dúzia de pastéis de banana em cima de uma mesa, comprado por um dos amigos com quem dividia o quarto. Já que não estava fazendo nada, decidiu experimentar um pastel, sem muita vontade, de maneira aleatória.

“Até que não está tão mal”, pensou. E resolveu provar mais um. Em resumo: não sobrou nem um pastel no saquinho encharcado de gordura. Gullar se aquietou com uma leve sensação de saciedade e bem-estar. Percebeu que a vontade de morrer havia se evaporado misteriosamente. Na verdade, ele estava se sentindo muito bem e lhe bateu um estalo fulminante. Que m... de dialética é essa que não resiste a meia-dúzia de pasteizinhos de banana.

» Entrevista | HAMILTON LOURENÇO | DIRETOR TÉCNICO DA TERRACAP

Executivo comenta a aprovação urbanística do Setor Jockey Clube e o novo centro urbano do Jardim Botânico, com estudos ambientais avançados. Ideia é que regiões atraiam atividades, evitando que a população se desloque para o Plano Piloto

Novos centros urbanos no DF

» ARTUR MALDANER*

O diretor técnico da Terracap, Hamilton Lourenço, foi o entrevistado de ontem do CB.Poder — parceria entre o **Correio** e a *TV Brasília* — e detalhou projetos de expansão urbana do Distrito Federal, como a construção do centro urbano do Jardim Botânico e o Setor Jockey Clube. Ele explicou às jornalistas Adriana Bernardes e Mariana Niederauer que as duas iniciativas procuram aproximar as populações de novos centros comerciais, de forma que não precisem se locomover para o Plano Piloto diariamente. O diretor também comentou sobre o Drenar DF, que combate alagamentos na Asa Norte, e sobre obras novas no Parque Burle Marx, que deve receber um velódromo de padrão internacional.

A expectativa é que haja um novo centro urbano no Jardim Botânico, na região do Tororó. Fale um pouco sobre ele.

É um projeto grande da Terracap, após o Mangueiral e a Papuda, onde tem um entroncamento de rodovias. É uma região grande, de mais de 400 hectares, que nunca foi ocupada, e nós estamos desenvolvendo esse projeto para uma área urbana. Lá houve a audiência pública, o projeto ambiental, e os estudos ambientais já estão bem avançados. Atualmente, está em processo de aprovação no conselho de meio ambiente e, depois disso, nós teremos a emissão da licença prévia pelo Ibram. São 1.000 lotes, com a maior parte para edifícios mistos, de comércio e residência. Tendo a licença, no começo de 2026, poderemos levar para o conselho de planejamento urbano e já teríamos o projeto aprovado para registro no cartório. A população lá é estimada em 98 mil a 100 mil pessoas, um número grande.

Essa região sofre com problemas de mobilidade e equipamentos públicos, e é bem saturada também. O que o governo está fazendo

para que esse adensamento não agrave a situação?

Temos que entender que essas pessoas não chegam do dia para a noite. Essa população estimada deve ser atingida em 15 anos. Então, há um tempo para que todas as ações de mitigação possam ser implementadas. Hoje, nós temos vários estudos de trânsito sendo feitos. A Terracap contratou para o cálculo de tráfego, individual e de transporte público. Mas é importante entender que esse projeto do Tororó é, na verdade, um centro urbano. Ele é uma atração de tráfego, não vai irradiar tráfego, ele vai chamar o movimento para ele. Então, a ideia é que a gente atraia o trânsito para esse local e que esse público não tenha que se deslocar até o Plano Piloto ou o Lago Sul para ter os serviços.

E os imóveis serão em que padrão: classe média ou classe média alta?

Eu considero classe média. É claro que é o empreendedor que vai comprar o lote, seja para uma residência unifamiliar, seja para construir um prédio. Ele é que define o produto, mas a gente entende que é um padrão de classe média,

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



que é o padrão do bairro, do setor do Jardim Botânico.

Vamos falar agora do Setor Jockey Clube. Quando ele vai começar a sair do papel?

O Setor Jockey Clube já está aprovado. Nós já temos o urbanístico aprovado, o licenciamento ambiental também, com licenciamento de instalação, e estamos numa fase de registro cartorial. Há uma discussão no cartório para conseguirmos registrar os lotes. A Terracap tem que vencer essa situação no cartório. Depois, registram-se os lotes e, a partir daí, eles passam a ser vendidos para as empresas

ou para quem queira comprar. Os projetos de infraestrutura também já estão todos prontos e aprovados.

E quais são as características desse bairro, a localização e como vai ser a configuração desses prédios?

É onde antigamente existia o Jockey Clube propriamente dito. A gente está até preservando a pista do Jockey, como uma forma cultural de significação, e de manter essa memória. O bairro é todo de lotes para edifícios, que podem ser comércios e residências, ou só comércios. São previstas 50.000 pessoas e 260 lotes, aproximadamente. São prédios altos, mas que guardam uma boa distância entre eles. As alturas são variadas. No centro do bairro, os prédios têm aproximadamente 54 metros de altura, o que dá uns 19 andares. É claro que

isso é um limite. Quem comprar pode desenvolver o seu projeto do jeito que achar melhor.

No Tororó, o perfil dos futuros moradores é de classe média. No Jockey também?

Também entendo que sim. É um perfil bem de Águas Claras, Guará e Vicente Pires. A gente entende como classe média. De novo, quem comprar e fazer o seu empreendimento é que vai apontar isso.

Qual vai ser o impacto de 50 mil pessoas nesse bairro, que pega a Estrutural e EPTG, vias que estão completamente saturadas? Como o trânsito vai escoar?

A resposta é muito parecida com a do Tororó. É um bairro organizado, pensado, estudado. Nós já temos os estudos de tráfego concluídos.

Assinamos, recentemente, um convênio com o DRT para estudar as mitigações que precisam ser feitas na Estrutural. E, de novo, que nem o Tororó, a gente entende que é um bairro que vai atrair mais tráfego do que irradiar o tráfego.

A gente teve uma obra grande do Drenar DF na Asa Norte e agora começamos a temporada de chuvas. Na avaliação do governo, essa obra resolveu o problema de alagamentos na região?

O Drenar DF é o programa de drenagem pluvial urbana mais amplo do Distrito Federal. Está a cargo da Terracap a parte da Asa Norte. Ela pega desde o Eixo Monumental até as quadras finais 4 e 5 da Asa Norte. E desde o estádio e o autódromo até a L4. Esse sistema do Drenar está concluído e é um sucesso, totalmente operacional.

E quais são as novidades do Parque Burle Marx?

O Parque Burle Marx ficou muito tempo parado e, neste governo, a gente conseguiu fazer dois espaços de lazer que já estão funcionando. A gente conseguiu aprovar no Conselho gestor do Parque Burle Marx uma ocupação no parque. Então, a parte norte vai ser mais preservada, a parte sul nós vamos ter uma ocupação um pouco mais de parque, calçada, ciclovias, trilhas rústicas, outros espaços de lazer e cultura. Estamos desenvolvendo, também, um velódromo de padrão internacional. Esse projeto já está no Ibram para ser aprovado. Aguardamos essas aprovações para já começarmos as obras.

***Estagiário sob a supervisão de Tharsila Prates**

ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

Falsos fornecedores de multinacional dão prejuízo de R\$ 88 milhões

» DARCIANNE DIOGO

Uma operação conjunta entre as Polícias Cíveis de Santa Catarina, Distrito Federal, São Paulo, Pará e Maranhão desarticulou uma organização criminosa especializada em fraude e lavagem de dinheiro. A polícia descobriu que criminosos se passavam por fornecedores de uma multinacional brasileira,

pediam dinheiro antecipado aos bancos e, depois, lavavam os recursos para dificultar o rastreamento. O prejuízo chega a R\$ 88 milhões.

Na manhã de ontem, as equipes cumpriram 20 mandados de busca e apreensão na capital federal — nas cidades do Gama, Águas Claras, Ceilândia e Plano Piloto —, no Pará, no Maranhão e em São Paulo. No DF, a operação teve o apoio da

Delegacia Especial de Repressão ao Crimes Cibernéticos do DF, ligada ao Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado (DRCC/Decor).

Segundo as investigações, o esquema funcionava da seguinte maneira: em uma plataforma de intermediação e antecipação, o grupo criminoso utilizava cadastros falsos de fornecedores legítimos da multinacional. Com a “identidade” falsa, apresentavam o interesse em receber o dinheiro da organização e pediam milhões aos bancos parceiros. A ação, com fornecedores reais, é comum e legal.

Com a farsa, os criminosos conseguiram saquear R\$ 88 milhões das instituições financeiras parceiras do banco, informou a polícia. “O grupo não se limitava à fraude inicial, mas operava um complexo esquema de lavagem de dinheiro. Foram identificados padrões típicos de ocultação de valores, como o uso de laranjas, bem como empresas de fachada, mas sem a correspondência operacional ou física compatível com os altos volumes movimentados”, detalhou o

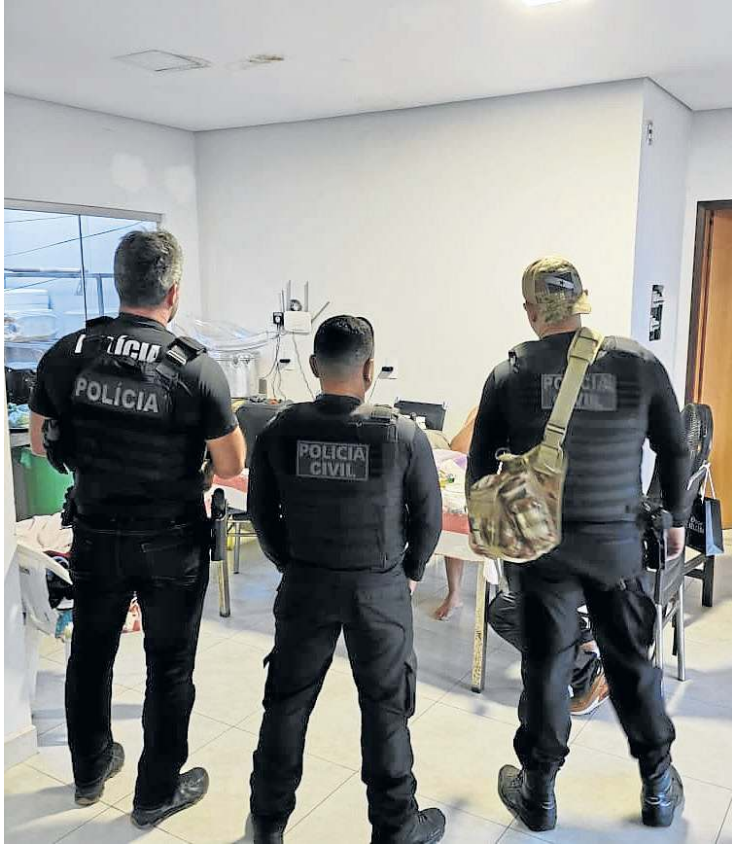
delegado João Guilherme, chefe da DRCC. A tática, segundo ele, era para esconder a origem criminosa.

Ação

A polícia desconfiou que, em um dos casos, um investigado chegou a depositar mais de um R\$ 1,5 milhão em dinheiro em um único dia, em várias transações, em contas de suas empresas.

A investigação apontou ainda o perfil do bando. Faziam parte do rol pessoas com conhecimento em tecnologia e cibersegurança; aqueles experientes em forjar cadastros, contornar checagens e enganar sistemas; além de um homem envolvido em grandes fraudes, como a Máfia dos Concursos no Cebraspe, em 2017.

Como medida, a Justiça determinou o bloqueio de contas bancárias dos suspeitos e das empresas envolvidas, totalizando R\$ 88 milhões, além do sequestro de diversos imóveis e a apreensão de veículos de alto valor e luxo. As investigações seguem a cargo da Polícia Civil de Santa Catarina (DRCI/DEIC).



Policiais cumprem mandados no DF e em outros três estados

CNP Seguros Holding Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 14.045.781/0001-45 - NIRE 53.3.0001362-4

Extrato da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 09/10/2025

Realizada eletronicamente aos 09/10/2025, às 13h, considerando-se realizada a partir da sede. **Presença:** Manifestaram-se os membros do Conselho, quais sejam: o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Thomas Behar, e os Conselheiros, Sr(as). Julia Delva, Sonia Fanny Marie Odile de Demandolx Furtado, Eduardo Fabiano Alves da Silva, Maximiliano Alejandro Villanueva, Marcos Brasiliano Rosa, Miriam Belchior, Cristina Kioni Mori e Juliano Fernandes Bourim. **Mesa:** Presidente: Thomas Behar; e Secretária: Simara Rodrigues Andrade da Costa. **Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia, sem qualquer ressalva, manifestaram-se conforme segue: **1. Eleição de membro da Diretoria Executiva da Companhia:** Os Conselheiros deliberaram pela eleição do Sr. **Joaquim Alfredo da Cruz Filho**, RG nº 2.599.557 SSP/DF, CPF/ME nº 601.857.404-72, ao cargo de Diretor de Operações da Companhia, anteriormente vago, com mandato unificado ao dos demais membros da Diretoria Executiva, ou seja, até a Reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2026, nos termos do material arquivado na sede da Companhia e vinculado a esta reunião. **1.1.** Os Conselheiros tomaram conhecimento de que o Diretor acima qualificado preenche as condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas atualizações, bem como nas demais disposições aplicáveis. **1.2.** O Diretor eleito declarou, sob as penas da lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer as atividades empresárias ou administração de sociedades empresárias, bem como não estar impedido para o exercício da atividade mercantil ou ter sido condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, conforme previsto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76. **1.3.** A Diretoria Executiva fica, portanto, com a seguinte composição: Sra. **Sany de Jesus Mota Silveira**, Diretora Presidente; Sr. **Marco Antonio Barbosa Pires**, Diretor Financeiro; **Leticia de Oliveira Doherty**, Diretora de Riscos e Controles Internos; e **Joaquim Alfredo da Cruz Filho**, Diretor de Operações. **Nada mais. Assinaturas:** **Mesa:** Thomas Behar, Presidente; e Simara Rodrigues Andrade da Costa, Secretária. **Membros do Conselho:** Thomas Behar, Julia Delva, Sonia Fanny Marie Odile de Demandolx Furtado, Eduardo Fabiano Alves da Silva, Maximiliano Alejandro Villanueva, Marcos Brasiliano Rosa, Miriam Belchior, Cristina Kioni Mori e Juliano Fernandes Bourim. Brasília/DF, 09/10/2025. **Simara Rodrigues Andrade da Costa**, Secretária da Mesa. Protocolo sob o nº DF0251363696, em 03/12/2025; Registro sob o nº 2870948, em 04/12/2025. Fabianne Raissa da Fonseca, Secretária-Geral.



“Minha esperança é necessária mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia.”

Paulo Freire



Assista à
playlist da
Capital S/A
no Youtube

Programa de crédito assistido do Sebrae nacional alcança 665 mil empreendedores

Empreendedores, gestores e instituições financeiras estão participando do Encontro Nacional do Acredita Sebrae, que acontece em São Paulo. O gerente de Capitalização e Serviços Financeiros do Sebrae Nacional, Valdir Oliveira (D), fez a abertura do evento e destacou os resultados alcançados desde o lançamento do programa, em abril de 2024. Foram quase meio milhão de horas de consultoria e 665 mil empreendedores atendidos pelo programa de crédito assistido e consciente. Até o momento, 26 instituições financeiras participam do Acredita. Nos últimos dois anos, a concessão de crédito por meio do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe) permitiu a realização de 124 mil operações de crédito, que totalizaram R\$ 11 bilhões para que donos de pequenos negócios pudessem investir em suas empresas.

Inclusão produtiva

“O crédito não é apenas um recurso financeiro. É uma ferramenta de dignidade, de oportunidade e de crescimento para milhares de empreendedores que, muitas vezes, estão fora do sistema financeiro tradicional. Esse trabalho conjunto e essa dedicação de todos fizeram com que conseguíssemos promover a inclusão produtiva dessas pessoas, permitindo que realizem seus sonhos e fortaleçam seus negócios”, afirmou Valdir Oliveira. A fala do gestor representa uma participação importante do Distrito Federal na condução do programa, pois ele foi superintendente regional do Sebrae/DF.

Aporte no Fampe

A instituição nacional fez aporte de R\$ 2 bilhões no Fampe, com previsão de R\$ 30 bilhões de crédito no mercado para os pequenos negócios nos próximos anos.



Sebrae

Parceria BTG Pactual

Outro ponto de destaque no evento será o fundo FIC FIP Sebrae Germina, criado em parceria com o BTG Pactual Asset Management. O fundo começa com aporte inicial de R\$ 100 milhões do Sebrae Nacional e tem possibilidade de ampliação em 2026, com a participação das unidades estaduais.

Orientação segura para gerir finanças

O presidente da Associação Brasileira dos Sebraes Estaduais (Abase), Anacleto Angelo Ortigara (E), participou do encontro e enfatizou que o crédito, especialmente o microcrédito, é um dos temas mais relevantes para o Sebrae e para o desenvolvimento dos pequenos negócios. “Não se trata apenas de metas ou números de atendimento, mas de transformar vidas e garantir que cada empreendedor tenha orientação e segurança ao buscar crédito”, reforçou.

Mais rigor com a inadimplência que vira modelo de negócios

O setor produtivo apoiou a aprovação do PLP nº 125/2022 sobre devedor contumaz pela Câmara dos Deputados. “O novo marco diferencia contribuintes responsáveis de estruturas que utilizam a inadimplência como modelo de negócio”, aponta a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O projeto institui o Código de Defesa do Contribuinte e estabelece normas para o regime do devedor contumaz.



Caio Gomez

Combustíveis, cigarros e bebidas

Setores sensíveis, como combustíveis, cigarros e bebidas alcoólicas, serão especialmente beneficiados, já que o projeto cria instrumentos mais rígidos para combater estruturas organizadas de sonegação, que distorcem preços e prejudicam cadeias produtivas inteiras.

Medidas previstas para o devedor contumaz

- Restrições ao acesso a benefícios fiscais;
- Impedimento de participação em licitações;
- Barreiras à criação de novos vínculos com a administração pública;
- Inclusão em cadastro específico da Receita Federal;
- Maior rigor em casos de fraude estrutural;
- Suspensão ou cancelamento do CNPJ em situações extremas.

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Manutenção da Selic em 15% ignora sinais da economia, critica CNI

Segundo o presidente da CNI, Ricardo Alban, a desaceleração econômica, a queda da inflação e a perda de ritmo do mercado de trabalho já seriam motivos suficientes para o início do ciclo de corte de juros na reunião de ontem. “A manutenção dos juros nesse patamar tão elevado é excessiva e prejudicial, uma vez que intensifica a perda de ritmo da atividade econômica, encarece muito o crédito, inibe o investimento e penaliza a competitividade da indústria”, afirma Alban.



Cerveja Oficial

ANTARCTICA

ORIGINAL

Já pode botecar em Brasília!

Chame a galera e faça sua rota.

Veja a lista dos participantes

10%
desconto

no prato Botecar
mediante pagamento
com cartões da
CAIXA



festivalbotecar.com.br/bsb/

BEBA COM MODERAÇÃO.

Patrocínio

Promoção

Apoio



A hora de se reinventar



Fotos: Ed Alves CB/DA Press

Com prova do vestibular 60+ marcada para domingo, alunos veteranos recorrem ao aulão da Biblioteca Nacional de Brasília, cujo objetivo é levar mais pessoas idosas para as salas de aula da UnB

» ALICE MEIRA*

O “Aulão de Redação 60+”, intensivo gratuito de três horas com aulas voltadas à preparação para o Vestibular 60+ da Universidade de Brasília (UnB), atraiu, ontem, 93 inscritos para a Biblioteca Nacional (BNB). O projeto tem como objetivo equalizar o acesso à informação de qualidade, levando mais pessoas idosas para a UnB. A prova será aplicada no próximo domingo para 1.144 candidatos. O exame começa às 8h30, e a entrada dos vestibulandos será de 7h às 8h.

Origem do projeto

A educadora Joana Melo é a idealizadora do projeto. Há dois anos, a BNB é um espaço de aulas gratuitas voltadas para ajudar alunos nos principais processos seletivos. “Nosso objetivo não é ser um cursinho”, explica a professora. A iniciativa foi a primeira do Distrito Federal destinada ao público veterano e contou com 203 inscritos na primeira edição. Ao longo do tempo, o número de estudantes vem diminuindo. “São diversos fatores para isso. O número de inscritos no Vestibular 60+ também diminuiu. Mas um dos motivos é que muitos deles desanimam quando não passam na primeira tentativa. Mas temos os nossos fiéis alunos que estão presentes em mais de uma edição”, explica a professora, que é formada em letras e história pela UnB.

O sucesso da preparação é evidente: na última edição, Vânia Pereira ficou em primeiro lugar no vestibular 60+, com nota 9,8 na redação. Ela participou do aulão da BNB no início do ano e escreveu um e-mail agradecendo à equipe e à professora Paula Monteiro. Apaixonada pelo público 60+, Paula dá todas as aulas desde o início do projeto: “Hoje em dia, trabalho como empresária. É a única aula que dou no ano”, explica a professora, que é dona de um cursinho pré-vestibular focado em aprendizagem singular e especializado.

“Eles são superengajados e

participativos, perguntam e tentam entender a matéria, me mostram os textos que fazem e como evoluíram”, conta. “São o meu xodó.” Com o foco em preparar os candidatos para a prova de redação, o aulão oferece suporte pedagógico especializado, adaptado às particularidades desse público. “Procuro fazer slides com a letra maior, explicar as questões com mais cuidado e falar um pouco mais alto do que o normal, para que o conteúdo chegue de maneira clara a todos”, detalha.

As vozes dos estudantes

A ação visa, sobretudo, elevar a confiança e a performance dos alunos, mas tem impactado os candidatos de outras formas. “É uma revolução”, declara Ana Maria de Araújo, 60 anos, ao descrever a oportunidade. A aposentada pretende fazer sua primeira graduação em teologia, para aprofundar seus conhecimentos sobre a *Bíblia*.

Edilson Camacho, 66 anos, é dentista e professor na área da saúde. Para ele, o diploma em letras/inglês vai ter um peso na vida dele: “As pessoas dizem que, nessa idade, o curso não vai mais servir para trabalhar, mas não interessa. O conhecimento é a única coisa que ninguém pode tirar de mim”, avalia. No aulão, Edilson aprendeu a estrutura cobrada na redação e recebeu muitas dicas, que tem certeza que farão diferença na hora da prova. A escolha da universidade também teve um fator emocional, já que a maior parte das pessoas da sua família é formada na UnB: “Só faltam eu e meu netinho de sete meses”, brinca.

Para Ana Gonçalves, é a primeira vez prestando vestibular. “Nunca tive oportunidade de fazer, porque tinha que trabalhar.” Com 60 anos, se inscreveu para o curso de turismo, para tornar a área menos elitista. “É minha ideia de tese, para defender no fim do curso. Uma das coisas menos acessíveis no mundo é o turismo”, observa. Ana é gestora ambiental aposentada e descreve o Vestibular 60+

com uma frase: reabertura de oportunidades. “Na idade ‘normal’ de fazer a graduação não pudemos. Então, a hora é agora.”

Graças à dedicação e ao preparo adquirido nos aulões, Mazé Fernandes não apenas conquistou sua vaga na UnB, como foi aprovada duas vezes. Ano passado, prestou o vestibular e passou para biblioteconomia no primeiro semestre. Mas não era o “curso dos sonhos” dela. No meio do ano, refez a prova e passou para a única vaga em audiovisual. Nas duas vezes, assistiu aos Aulões 60+ e adquiriu muito carinho pela iniciativa. “Tem sido um desafio, pois sou a única vovó da turma. Mas, ao mesmo tempo, é incrível desenvolver os projetos.” Com experiência adquirida ao longo dos anos, Mazé sempre gostou de escrever, mas não sabia as técnicas do texto dissertativo-argumentativo. Com a didática da professora Paula, conseguiu desenvolver suas habilidades e realizar uma boa prova. Não só uma, mas duas vezes.

O vestibular

A prova, marcada para domingo, é composta de uma redação em língua portuguesa. A professora Paula Monteiro explica que, até hoje, só foram cobradas dissertações argumentativas, e os temas são relacionados ao público idoso: “Os critérios de correção (apresentação, desenvolvimento, coesão, coerência e apresentação do texto) não são diferentes dos demais exames realizados pelo Cebbraspe.”

O resultado final e a convocação serão divulgados em 21 de janeiro de 2026. No total, são oferecidas 224 vagas com ingresso no primeiro semestre de 2026, e os aprovados podem fazer graduação em qualquer curso nos campi Darcy Ribeiro (Plano Piloto), de Ceilândia, do Gama e de Planaltina. O processo seletivo específico para o público de 60+ atende a Política do Envelhecer Saudável, Participativo e Cidadão (PESPC) da UnB.

*Estagiário sob supervisão de Márcia Machado



Edilson Camacho é dentista e quer o diploma em letras/inglês



A educadora Joana Melo é a idealizadora do intensivão



A aposentada Ana Maria de Araújo pretende fazer teologia

Tome Nota

As informações para esta seção são publicadas gratuitamente. O material de divulgação deve ser enviado com informações completas do evento (inclusive data e preço), no mínimo cinco dias úteis antes de sua realização.

CURSOS

Indústria

O Serviço Social da Indústria do Distrito Federal (Sesi-DF) oferece cursos gratuitos, com o objetivo de promover a educação continuada de trabalhadores da indústria. São cursos nas áreas de frigorífico, mineração, administração, gestão e comunicação, abertos para a comunidade, sem limite de vagas e sem pré-requisitos para se inscrever. Para a matrícula, é necessário acessar o site do Sesi-DF: <https://www.sistemafibra.org.br/sesi/educacao/educacao-continuada-ead/ead>.

EaD

O projeto Esperançar, da União Brasileira de Educação Católica (Grupo Ubec), oferece 29 formações de curta duração em áreas como direitos humanos, liderança, educação, ética e responsabilidade, tecnologia e gestão ambiental. As aulas são destinadas a pessoas que desejam atualização e formação continuada. Os cursos têm carga horária de 15 horas e são certificados pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Informações pelo site esperancar.catolica.edu.br.

Sustentabilidade

Está em cartaz no Espaço Cultural Athos Bulcão da Câmara Legislativa do Distrito Federal a 2ª Mostra Extraordinária, que trata da necessidade de valorizar o trabalho das catadoras de materiais recicláveis e da importância de melhorar a infraestrutura de coleta seletiva. A exposição traz obras de mulheres da Central de Reciclagem do Varjão (CRV), que transformam lixo em sustento e arte. Além de ser um espaço para expressão artística, a mostra começa diálogo sobre o descaso do poder público com a coleta seletiva. A mostra está com visitação gratuita aberta de segunda a sexta, das 9h às 19h até dia 26 de dezembro.

Artes visuais

Com parceria do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RJ), o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) apresenta *Uma história da arte brasileira*. A exposição é apresentada pela MAM e reúne as produções artísticas nacionais entre os séculos 20 e 21, com obras de artistas como: Di Cavalcanti, Lygia Clark, Sebastião Salgado, entre outros. O evento vai do dia 16 de dezembro a 8 de fevereiro, com horários de visitação disponíveis de terça a domingo, das 9h às 21h. A entrada é gratuita, e os ingressos podem ser retirados na bilheteria do CCBB ou no site: <https://ccb.com.br/brasilia/>.

Desligamentos programados de energia

» Não há desligamentos previstos para essa data.

Feira de quadrinhos

Nos dias 13 e 14 de dezembro, a Feira Dead Rabbit de Quadrinhos chega ao Espaço Cultural Renato Russo (508 Sul), com a participação de artistas que irão vender as obras derivadas da cultura pop. A programação conta com ilustrações de quadrinhos, murais de desenhos, roleta de prêmios e gincana interativa com Abyme Studios. A feira tem acesso gratuito e classificação indicativa livre.

Mostra CCBB

A mostra *CCBB Brasília 25 Anos: Arte Viva, Memória Presente* celebra a trajetória do Centro Cultural Banco do Brasil em Brasília por meio de fotografias, documentos, registros audiovisuais e objetos que revelam sua evolução arquitetônica, artística e social. A exposição destaca momentos marcantes desde a inauguração do espaço e convida o público a refletir sobre o papel do CCBB como agente de preservação cultural, inovação e encontro, evidenciando a força da arte presente em seus ambientes internos e externos. Integrada às celebrações dos 25 anos do CCBB Brasília, a mostra reafirma o compromisso do Banco do Brasil com a promoção da arte, da educação e do acesso democrático à cultura. Ao incentivar o compartilhamento de memórias e experiências, o CCBB se fortalece como espaço de convivência, reflexão e construção coletiva de histórias, mantendo viva a valorização do patrimônio e da cultura brasileira.

Feira de discos

Nos dias 13 e 14 de dezembro, sábado e domingo, ocorrerá a nona Tropicália! Feira de Discos. Das 12h às 20h, o público pode conferir os 20 mil discos disponíveis para compra e distribuídos entre 15 barracas de expositores lojistas. O evento também conta com a apresentação de 11 DJs vindos de São Paulo, Distrito Federal e Goiás. Entre eles estará Marcos Koga, conhecido como PG. O acesso à feira, que será no Infinu (506 Sul, Praça das Avóis), é gratuito e a classificação indicativa do evento é livre.

Caravana Iluminada Coca-Cola

A Caravana Iluminada da Coca-Cola chega ao Taguatinga Shopping no dia 15 de dezembro, às 18h, trazendo luzes, música e personagens clássicos para encantar famílias e reacender o espírito natalino. Com nove caminhões decorados, milhares de luzes e a presença do Papai Noel, o evento promete criar novas memórias afetivas enquanto espalha mensagens de união, solidariedade e esperança. A chegada será marcada por 400 balões natalinos e, às 19h, o comboio segue seu percurso iluminando as ruas de Taguatinga. Para quem quiser prolongar a magia, o shopping apresenta a decoração especial *Natal de Prata – Um Encanto de 25 Natais*, em celebração aos 25 anos do TGS. A árvore de 35 metros ilumina o Pistão Sul com um show de luzes, enquanto que, no interior do centro de compras, há cenários interativos, animatrônicos, brinquedos sensoriais e enfeites que criam uma atmosfera encantadora para toda a família. O evento é gratuito e aberto ao público.

Jingle Bell

Até o dia 18 de dezembro, o Serviço Social do Comércio do Distrito Federal (Sesc-DF) realiza o Magnífico Espetáculo Natalino nas unidades de Ceilândia e Gama. O Sesc-DF conta com estrutura de vilas natalinas com cenários especiais, intervenções artísticas, a presença do Papai Noel e muitas atividades para a família, entre oficinas de biscoitos e enfeites de Natal, pintura de rosto, air games, apresentações circenses, teatros circenses, coral de Natal, contação de histórias, shows de magia e distribuição de pipoca. As estruturas funcionam de segunda a sexta, das 17h às 22h; e aos sábados e domingos, das 15h às 22h. A entrada é gratuita e aberta ao público.

Roda de conversa

Em dezembro, a mostra *Brazulejos*, de Lígia Medeiros, conta com duas rodas de conversa. Amanhã (12/12), às 16h, a curadora Renata Azambuja fala sobre os processos de cuidar, selecionar, organizar e apresentar obras. Já no dia 14 de dezembro, também às 16h, o arquiteto Gero Tavares detalha a arte e a técnica de montar exposições. Os dois encontros, com entrada gratuita, contam com a participação da artista plástica Lígia Medeiros para discutir elementos da produção artística. O evento será no Espaço Oscar Niemeyer, na Esplanada dos Ministérios e terá tradução em Libras. A mostra *Brazulejos* fica em cartaz no mesmo espaço até 13 de janeiro de 2026, com visitação de terça a sexta, das 9h às 18h, e aos sábados, domingos e feriados, das 9h às 17h.

Telefones úteis			
Polícia Militar	190	Doação de Órgãos	3325-5055
Polícia Civil	197	Farmácias de Plantão	132
Aeroporto Internacional SLU - Limpeza	3364-9000 3213-0153	GDF - Atendimento ao Cidadão	156
Caesb	115	Metrô - Atendimento ao Usuário	3353-7373
CEB - Plantão	116	Passaporte (DPF)	3245-1288
Corpo de Bombeiros	193	Previsão do Tempo	3344-0500
Correios	3003-0100	Procon - Defesa do Consumidor	151
Defesa Civil	3355-8199	Programação de Filmes	3481-0139
Delegacia da Mulher	3442-4301	Pronto-Socorro (Ambulância)	192
Detran	154	Receita Federal	3412-4000
DF Trans	156, opção 6	Rododiferroviária	3363-2281



grita geral

grita.df@dabr.com.br (cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

ASA SUL

CAMINHO ESCURO

A moradora da Asa Sul Mariana Caixeta reclama da recorrência na falta de luz no caminho da 206 Sul para a estação de metrô. De acordo com ela, o escuro faz com que os moradores e quem usa o transporte público sintam inseguros. “Há alguns dias, uma equipe veio consentar. No entanto, a região está sem luz novamente”, afirmou.

» A Companhia Energética de Brasília (CEB) informa que a região tem sido alvo frequente de furto de cabos e vandalismo na rede de iluminação pública, o que prejudica a prestação de serviço. Para solicitar a manutenção, a população deve abrir um chamado por meio dos canais oficiais: no telefone 155, pelo aplicativo *Ilumina DF*, pelo WhatsApp (61) 3774-1155 ou site: www.ceb.com.br.



G O M E Z

Isto é Brasília

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



O Panteão da Liberdade

O Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves — um dos monumentos modernistas projetados por Oscar Niemeyer em Brasília — é um dos pontos da cidade em que a dimensão do espaço não se mede em metros. O pequeno museu, localizado na Praça dos Três Poderes, conta com o Livro de Aço dos Heróis, painéis de Athos Bulcão e João Câmara, e vitrais de Marianne Peretti. Ao visitá-lo é preciso estar atento à Pira da Pátria, que simboliza a chama eterna da democracia brasileira.

Poste sua foto com a hashtag **#istoebrasiliacb** e ela pode ser publicada nesta coluna aos domingos

#istoebrasiliacb

» Destaques

Literatura infantil

A Biblioteca Escolar Comunitária Monteiro Lobato, de Planaltina, recebe Josias Wanzeller hoje (11/12) para lançar o livro *O Menino dos Brinquedos*. O projeto é realizado pelo Instituto Brasileiro de Alto Desempenho (Ibad), com apoio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (Secec-DF). A iniciativa busca democratizar o acesso à literatura infantil e reforçar valores de cuidados, empatia e liberdade. Para mais informações, acesse o Instagram: [@gomeninodosbrinquedos](https://www.instagram.com/gomeninodosbrinquedos).

Forró

Amanhã (12/12), às 20h, o Caminhão do Forró vai se apresentar no Espaço Voar Cultural, no Gama. Em um Chevrolet Brasil 1962, o projeto leva durante 12 dias apresentações gratuitas de forró, xote e baião para diferentes partes do Distrito Federal. O repertório do grupo inclui clássicos de Marinês, Luiz Gonzaga e Jackson do Pandeiro. Marcos Farias, filho de Marinês, ficou responsável pela direção musical e a interpretação ficou a cargo de Rene Bonfim, Sabrina Vaz e Zemiguel. O destaque do evento são as composições de Paulim Diolinda e parceiros, em especial a canção tema, que leva o mesmo nome do projeto. A rota do Caminhão do Forró continua até dia 28 de dezembro.

Acompanhe o Correio nas redes sociais

(61) 99256.3846

[/correiobrasiliense](https://www.facebook.com/correiobrasiliense)

[@correio.braziliense](https://www.instagram.com/correio.braziliense)

[@correio](https://twitter.com/correio)

[@correio.braziliense](https://www.tiktok.com/@correio.braziliense)

O tempo em Brasília

Sol, com muitas nuvens à tarde. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

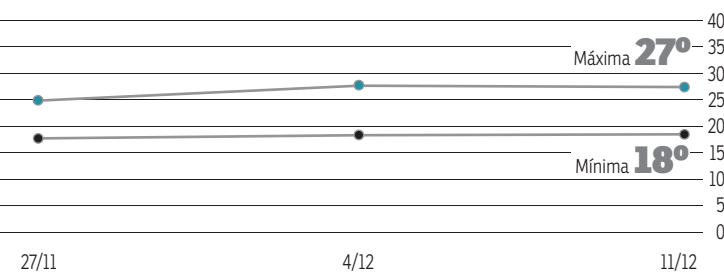


Umidade relativa

Máxima **99%**

Mínima **69%**

A temperatura



O sol

Nascente **5h33**
Poente **18h35**



A lua

Cheia **3/1**
Minguante **11/12**
Nova **19/12**
Crescente **27/12**



ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Próximo adversário

Atual campeão da Champions League da África, o próximo adversário do Flamengo não vence há duas partidas. No último dia 6, empatou por 2 x 2 com o Petrojet pela Premier League do Egito. Na sequência, sofreu goleada por 6 x 1 diante do Bank Al Ahly pela Copa da Liga do Egito. O time comandado pelo bósnio Krunoslav Jurcic conta com o brasileiro Everton no elenco, cria do São Bernardo-SP, e conquistou a Liga dos Campeões da África contra o Mamelodi Sundowns da África do Sul por 3 x 2 no agregado.

COPA INTERCONTINENTAL Arrascaeta balança a rede duas vezes, a segunda homologada com a tecnologia do chip e o relógio do árbitro, e classifica o Flamengo para as semifinais contra o Pyramids do Egito, sábado, às 14h, em Al-Rayyan

Ele sabia que foi gol

MEL KAROLINE*

Seis anos depois, o Flamengo retornou ao Catar com um novo técnico, uma nova equipe, mas o mesmo objetivo: conquistar o bicampeonato mundial. Ontem, o atual campeão da Libertadores, do Brasileirão, da Copa do Brasil, do Carioca e da Supercopa Rei do Brasil eliminou o Cruz Azul nas quartas de final da Copa Intercontinental por 2 x 1, e avançou às semifinais do torneio diante de 7.108 pagantes no Estádio Ahmed bin Ali, em Al-Rayyan.

O papai do ano e artilheiro Arrascaeta marcou os dois gols rubro-negros em homenagem ao bebê recém-nascido Milano. Do outro lado, o lateral-direito Jorge Sanchez empatou para os detentores do título da Concachampions, o torneio das Américas do Norte, Central e Região do Caribe.

O uruguaio se aproxima da marca de 100 gols com a camisa do Flamengo. Acumula 98. O meia e o atacante Bruno Henrique são os remanescentes da equipe de 2019, que esteve no Catar na disputa do Mundial de 2019. O técnico Filipe Luís e o assistente Rodrigo Caio jogavam à época na formação de gala do técnico português Jorge Jesus. O próximo compromisso do Flamengo na competição será neste sábado, às 14h, na mesma arena, contra o Pyramids, do Egito. O vencedor enfrentará o Paris Saint-Germain na quarta-feira.

O Flamengo começou controlando o passe e desfrutando do toque de bola, mas a primeira finalização partiu dos adversários. Aos 12 minutos, Carlos Rotondi finalizou à esquerda do goleiro Rossi. Se no ataque a equipe mexicana conseguia se encontrar, na defesa, não. Na saída de bola, o goleiro procurou o lateral-esquerdo Piovì. O passe errado do ala presenteou Arrascaeta. O camisa 10 driblou Gudiño e estufou a rede do Cruz Azul.

A postura do Flamengo mudou depois do gol. Filipe Luís baixou as linhas e o time mexicano passou a dominar a posse de bola: 51% x 39%. Aos 41, Rotondi encontrou liberdade pela lateral esquerda. Ele cruzou para Gabriel Fernández, que mandou para o fundo da rede, mas havia subido a bandeira de impedimento. No lance seguinte, uma jogada parecida pela esquerda. Carrascal tentou afastar o

Adriano Fontes/Flamengo



POV: o lance decisivo da partida na visão do mei Arrascaeta antes de o árbitro confirmar a entrada da bola com auxílio tecnológico e mostrá-lo para os incrédulos defensores do Cruz Azul

"Feliz demais por tudo que tem acontecido. Conquistas, nascimento do meu filho (Milano), saúde. Não posso querer mais nada. Sempre falo que é curtir o momento, mais uma oportunidade de chegar a uma final"

Arrascaeta
meia do Flamengo

perigo, mas a bola chegou aos pés de Jorge Sanchez. De fora da área, ele chutou de direita no canto do goleiro Rossi para empatar o placar. Em um cenário mais favorável do que na etapa inicial, o Flamengo mostrou mais energia e passou a encontrar espaço para infiltrar na defesa do Cruz Azul. Filipe Luís fez substituições. Cebolinha deu mais dinâmica do que Samuel Lino. Do meio de campo, acionou Arrascaeta. O meia tentou cruzar para Bruno Henrique, mas no rebote o uruguaio mandou para o fundo da rede. Os minutos finais foram de controle rubro-negro, com 2 x 1 no placar. O Flamengo carimbou vaga à semifinal contra o Pyramids e o técnico se rendeu ao maestro Arrascaeta.

Elogios

“Outro dia ele estava na academia, ganhou todos os prêmio merecidos, e eu falei para ele ‘De nada’ (risos). É simples. É mérito único e total dele. Um cara super concentrado, focado e muito ambicioso. Sempre foi, não é que esse ano tenha sido mais. Esse ano a equipe toda seguiu a ambição dele. Talvez seja o jogador mais ambicioso que eu tenha no elenco. Quer mais e mais. Quer conquistar, ganhar, continuar fazendo história. Cobra de todos, do clube, da comissão e dos companheiros. Mérito é único e exclusivamente dele. Eu tenho apenas a sorte de ter vivido o melhor ano da carreira dele”, afirmou o uruguaio.

O técnico admitiu não conhecer o próximo adversário. Não viu nada ainda (do Pyramids), tenho que estudar. Mas para uma equipe ganhar do Al-Ahly por 3 x 1 é porque é uma equipe forte, sólida com certeza. Pedi aos meus analistas e falaram que é um time que tem um poder ofensivo muito forte, um jogador que ataca muito espaço, e uma fase defensiva de muita força física. Para ser semifinalista do intercontinental, é uma equipe muito forte.

Os próximos dias serão de atenção a uma das dificuldades do Flamengo. “O gramado do CT é um pouco diferente do estádio. Esse é parecido com o do campo do Corinthians (neo Química) e do Inter (Beira-Rio).

É um dos melhores do Brasil e do mundo. A preocupação é mais com a bola. Senti que ela escapa um pouco, escorrega. Vamos tentar fazer um tipo de trabalho para que os jogadores se adaptem mais rápido a essa situação”, disse Filipe Luís.

“A bola da Libertadores também é diferente da do Brasileiro. E os jogadores acabam se adaptando conforme vão tendo mais minutos com ela. Mas não é desculpa. Temos que nos adaptar a essa situação. É ver o que fizemos de errado, corrigir e não tenho dúvida de que os jogadores vão se sentir melhor no próximo jogo”, ponderou o treinador.

*** Estagiária sob a supervisão de Marcos Paulo Lima**

CHAMPIONS LEAGUE

Nem Endrick salva Real da derrota contra o City

Em um belo jogo, o Manchester City aumentou a crise no Real Madrid ao vencer o time espanhol, no Santiago Bernabéu, por 2 x 1, de virada, em duelo válido pela sexta rodada da Champions League. O resultado agrava a situação do técnico Xabi Alonso no clube espanhol, e dá moral para Pep Guardiola no time inglês. O Real caiu para a sétima colocação na classificação, com 12 pontos. O City subiu para o quarto lugar, com 13 pontos.

O Real começou pressionado. Os comandados de Xabi Alonso foram para o ataque e criaram duas boas chances em seis minutos. Quando sofreu o primeiro contra-ataque do City, mostrou velocidade para recompor e impedir o avanço adversário.

O City tentava cadenciar a partida, trocando passes na entrada da área espanhola. Quando teve

chance, o Real abriu o placar aos 27 minutos com o brasileiro Rodrygo, após bom passe do meia inglês Bellingham.

A trupe de Guardiola não se intimidou com a desvantagem no placar e empatou aos 35 minutos, com a ajuda de Courtois. O goleiro belga soltou a cabeçada fraca do zagueiro Gvardiol e O'Reilly aproveitou o rebote.

A disputa seguiu equilibrada até o VAR flagrar um agarrão do beque alemão Rudiger no centroavante Haaland. O norueguês cobrou com categoria e virou o placar para a equipe de Guardiola, aos 43 minutos.

O Real acusou o golpe e só não foi para o vestiário com um placar mais adverso porque Courtois se redimiu da falha no gol de empate, ao fazer duas grandes defesas.

O segundo tempo foi sensacional. O City não se contentou com



Thomas Cook/FP

Endrick vai ao desespero depois de acertar o travessão do Manchester City numa chance para empatar o jogo

a vantagem e seguiu no ataque. O Real era perigoso nos contra-ataques. Um novo gol poderia sair para qualquer lado. Com a ajuda das arquibancadas, o Real pressionou nos últimos 15 minutos e Vini Jr teve pelo menos duas chances para empatar. Endrick, que entrou aos 34, acertou uma cabeçada na travessão, aos 39, mas o City seguiu o resultado. “Acreditamos que isso vai passar. Porque tudo passa”, minimizou Xabi Alonso.

Gunners

Em um jogo no qual dominou amplamente, o Arsenal venceu o Club Brugge, na Bélgica, por 3 x 0, e manteve os 100% de aproveitamento com seis vitórias consecutivas e o primeiro lugar na classificação. O time belga só tem quatro pontos, em 31º.

Madueke, aos 25 minutos do primeiro tempo, em uma bela finalização de fora da área, abriu o pla-

car. Ele fez o segundo também aos dois minutos da etapa final e o brasileiro Martinelli, aos 11, fez 3 x 0.

Possível adversário do Flamengo na Copa Intercontinental, o atual campeão europeu Paris Saint-Germain empatou por 0 x 0 com o Athletic Bilbao. Apesar de melhor na partida, o time francês não conseguiu furar o bloqueio do time da casa. O PSG chegou aos 13 pontos, em quarto lugar. O espanhol fica com cinco pontos, na 28ª colocação.

6ª rodada

Terça

Kairat 0 x 1 Olympiacos
Bayern 3 x 1 Sporting
Inter 0 x 1 Liverpool
Barcelona 2 x 1 E. Frankfurt
Atalanta 2 x 1 Chelsea
Tottenham 3 x 0 Slavia Praga
PSV 2 x 3 Atlético de Madrid
Monaco 1 x 0 Galatasaray
U. S-Gilloise 2 x 3 O. Marselha

Ontem

Villarreal 2 x 3 Copenhagen
Qarabag 2 x 4 Ajax
B. Dortmund 2 x 2 Bodo/Glimt
Bayer 2 x 2 Newcastle
Benfica 2 x 0 Napoli
Juventus 2 x 0 Pafos
Brugge 0 x 3 Arsenal
Athletic 0 x 0 PSG
Real Madrid 1 x 2 Manchester City

ESPORTES

COPA DO BRASIL

Após despachar o Botafogo, Vasco inicia semifinal contra o Fluminense e se inspira no São Paulo, único campeão do torneio a mandar dois rivais para a casa na mesma edição

Deu certo em 2023

VICTOR PARRINI

Três clássicos de relevância nacional foram disputados nesta edição da Copa do Brasil. As oitavas de final reservaram um Derby de alta tensão entre Corinthians e Palmeiras. O round entre os oito melhores colocou em cartaz novo capítulo de Atlético-MG x Cruzeiro. Quiseram os deuses do futebol que, no mesmo estágio, Vasco e Botafogo tivessem os caminhos cruzados. Hoje, às 20h, o Maracanã vira palco para a quarta briga de vizinho no segundo torneio mais relevante do país. O cruzmaltino de Fernando Diniz encara o Fluminense e trabalha com a possibilidade de se tornar o segundo campeão da competição criada em 1989 a eliminar dois rivais durante a campanha. O acesso vascaíno à semifinal foi confirmado com o drama da decisão por pênaltis contra o Botafogo, no “tapetinho” do Glorioso. Agora, ensaia tirar o sossego do técnico Luis Zubeldía

à frente do Fluminense. O treinador argentino tem 16 jogos pelo tricolor das Laranjeiras. Os números são positivos, com 10 vitórias, três empates e três derrotas. Um dos tropeços foi justamente contra o Vasco, na mesma condição desta noite: como visitante no Maracanã. Rayan e Nuno Moreira decretaram o 2 x 0 cruzmaltino. O Vasco de Fernando Diniz se inspira no São Paulo de Dorival Júnior, campeão da Copa do Brasil pela primeira vez há duas temporadas. Na edição de 2023, o ex-treinador da Seleção Brasileira levou a companhia tricolor ao primeiro título do mata-mata com os bônus de deixar pelo caminho o Palmeiras nas quartas de final e o Corinthians na semi. Em 2015, o enredo seria o mesmo para o Santos. Finalista, deixou a equipe do Morumbi no último pedágio para a decisão, mas levou a pior nos pênaltis contra o Palestra no Allianz Parque. O duelo de hoje será o quinto entre Vasco e Fluminense na Copa do Brasil. Chama a atenção o fato de

Matheus Lima/Vasco



Com 19 gols em 2025, Rayan é intocável no Vasco de Fernando Diniz

Marcelo Gonçalves/Fluminense



O zagueiro Thiago Silva foi campeão da Copa do Brasil pelo Flu em 2007

20h

Estádio Maracanã

VASCO

Léo Jardim; Paulo Henrique, Cuesta, Robert Renan e Puma Rodríguez; Barros, Thiago Mendes, Coutinho e Nuno Moreira; Gómez e Rayan

Técnico: Fernando Diniz

Copa do Brasil Semifinal (ida)

Transmissão SporTV e Prime Video

FLUMINENSE

Fábio; Samuel Xavier, Thiago Silva, Freytes e Renê; Martinelli, Hércules (Nonato) e Lucho Acosta; Soteldo, Serna e Everaldo

Técnico: Luis Zubeldía

Árbitro : Raphael Claus (SP)

somente o cruzmaltino ter vencido no tempo regulamentar. Em 2006, encontrou o tricolor na semifinal, celebrou o 1 x 0 com gol de Edilson no jogo de ida, empatou por 1 x 1 na volta e avançou para a decisão contra o Flamengo. Perdeu o título com o tropeço por 3 x 0 no placar dos dois jogos. Seis anos antes, a equipe das Laranjeiras celebrou a classificação nas oitavas depois de 1 x 1 e 2 x 2. À época, o gol fora de casa era critério de desempate. Portanto, o reencontro tem peso de tira-teima no mata-mata nacional. Mentor do único título do

Fluminense na Libertadores, em 2023, Fernando Diniz enfrentou o ex-clubete três vezes após a Glória Eterna: perdeu duas, uma com o Vasco e outra com o Cruzeiro, e ganhou uma. Hoje, o dono da prancheta vascaína terá força máxima para igualar o retrospecto. A única exceção é o lateral-esquerdo Lucas Piton, com lesão no joelho esquerdo. Defensor pelo lado direito, o uruguaio Puma Rodríguez deve ser invertido para o setor canhoto da retaguarda. Zubeldía será forçado a mexer no ataque. Canobbio está suspenso, e Soteldo deve assumir a função.

MERCADO

Abel renova com o Palmeiras



Antes da final da Libertadores, Abel havia assegurado à presidente Leila Pereira que estenderia o vínculo

Uma das maiores referências do treinador Abel Ferreira é Telê Santana. Embora carregue a prancheta do Palmeiras, o português jamais escondeu a admiração pelo técnico bicampeão da Libertadores e do Mundial pelo São Paulo. “O que ele pensava há 30 anos, penso exatamente igual”, destacou em uma das oportunidades. Telê é o quarto treinador mais longo do futebol brasileiro, com 5 anos e três meses à frente do tricolor do Morumbi. Ciente disso ou não, Abel se inspirou no ídolo para estender o vínculo com o Palestra até o fim de 2027 e superá-lo no próximo mês. Abel Ferreira é o dono da prancheta mais duradouro da atualidade no Brasil. Está no cargo desde 4 de novembro de 2020. Teve mais alegrias do que tristezas, com dois títulos da Libertadores (2020 e 2021), dois do Campeonato Brasileiro (2022 e 2023), um da Copa do Brasil (2020), três do Campeonato Paulista (2022 a 2024), um da Supercopa (2023) e outro da Recopa (2022). Mesmo assim, uma ala da torcida pedia a saída do português. São 10 troféus, que o colocam como o mais vitorioso

»Técnicos mais longevos do país

Lula (Santos, junho de 1954 a janeiro de 1967): 12 anos e 7 meses

Henry ‘Harry’ Welfare (Vasco, de novembro de 1926 a junho de 1937): 10 anos e 7 meses

Flávio Costa (Flamengo, de dezembro de 1938 a dezembro de 1946): 8 anos

Telê Santana (São Paulo, de outubro de 1990 a janeiro de 1996): 5 anos e 3 meses

Abel Ferreira (Palmeiras, desde outubro de 2020): 5 anos e 2 meses

treinador do Palmeiras, ao lado de Oswaldo Brandão. A temporada 2025 foi a primeira encerrada sem, pelo menos, uma taça conquistada pela trupe comandada por Abel Ferreira. Perdeu a final do Campeonato Paulista para o Corinthians, caiu nas oitavas da Copa do Brasil para o

arquirrival alvinegro e não impediu os sucessos do Flamengo no Brasileirão e na Libertadores. Era algo quase ensaiado. Em 2024, o prêmio de consolação foi o Estadual, em meio à dobradinha do Botafogo na Série A e no principal torneio da América do Sul e a queda para o Flamengo nas oitavas do mata-mata nacional. O treinador considera que faltou estabilidade ao alviverde em 2025. “Sabemos os aspectos que temos de melhorar, que temos de corrigir. E, portanto, faltou um pouquinho desta consistência”, analisou à TV Palmeiras. Abel Ferreira tem 395 jogos à frente do Palmeiras, com 229 vitórias, 93 empates e 74 derrotas. Sob a batuta dele, o time marcou 672 gols e sofreu 320. Nesse período, tornou-se o treinador com mais finais pelo Palmeiras, com 15 decisões contra 10 de Luiz Felipe Scolari. É o quarto técnico com mais jogos pelo clube: 363, atrás de Vanderlei Luxemburgo (410). Entre os estrangeiros, é o líder, à frente do uruguaio Ventura Cambon (305). (VP)

* Leia sobre o jogo entre Cruzeiro e Corinthians na página 24

ASTRAL

CONTROLE DE PRAGAS URBANAS

A SOLUÇÃO PARA AS PRAGAS DENTRO DE SUA CASA

COMERCIAL - INDUSTRIAL - RESIDENCIAL

- DESINSETIZAÇÃO;
- DESRATIZAÇÃO;
- DESCUPINIZAÇÃO;
- CONTROLE DE INSETOS ALADOS;
- LIMPEZA DE ESPELHOS D’ÁGUA;
- LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUAS POTÁVEL.

(61) 3364-4050

ESPORTES

COPA DO BRASIL Corinthians faz partida impecável do início ao fim no Mineirão, vence Cruzeiro por 1 x 0 e leva vantagem para SP

Fiel à proposta de Dorival

MARCOS PAULO LIMA

Corinthians desligou rapidamente a chave da displicência no 13º lugar no Campeonato Brasileiro e se transformou na primeira partida das semifinais da Copa do Brasil. Com uma postura agressiva no início e segura depois do gol de Memphis Depay, o time de Dorival Júnior domou o Cruzeiro no Mineirão, em Belo Horizonte, venceu por 1 x 0 e leva a vantagem do empate para o hospício. Apoiado pelo bando de loucos, o Alvinegro pode empatar em São Paulo no domingo para disputar a final contra Vasco ou Fluminense. O primeiro round do clássico carioca será hoje, às 21h30, no Maracanã (leia na página 23). A equipe de Leonardo Jardim precisa vencer por, pelo menos, um gol para forçar os pênaltis. No campo das ideias, prevaleceu a experiência de Dorival Júnior. Tricampeão do torneio, a um gol do recorde de Luiz Felipe Scolari. O plano tático do campeão do mata-mata nacional por Santos (2010), Flamengo (2022) e São Paulo (2023) deixou o português Leonardo Jardim amarrado na partida. Aliado a isso, o altíssimo nível técnico do maior artilheiro da história da seleção da Holanda, com 55 gols, desequilibrou o primeiro round da semifinal da Copa do Brasil. Quem disse que Memphis Depay não brilha em jogos grandes? Cinco dos 12 gigantes do futebol brasileiro conheceram o peso do holandês nesta temporada. Depois do Vasco, Botafogo, Palmeiras, Grêmio e Sao Paulo, ontem foi a vez de o Cruzeiro experimentar o veneno. O volante Carrillo inicia a jogada e cruza para dentro da área em

GILSON LOBO/ESTADÃO CONTEÚDO



Em português, Memphis valorizou a atuação do Corinthians: “Jogo difícil, o Cruzeiro é um time bom. Nossos zagueiros estavam muito concentrados”.

busca de Yuri Alberto. O centroavante cabeça e Memphis Depay finaliza em dois tempos para balançar a rede do ex-goleiro alvinegro Cássio. Merecido depois de um início elétrico do Timão. Em vez de aguardar os anfitriões no campo de

defesa à espera de espaço para as transições e os contra-ataques, a equipe paulista avançou as linhas e fez uma blitz no campo de defesa da Raposa. A pressão chegou ao ápice aos 21 minutos, com o gol de Memphis.

Seguro, o Corinthians viu o Cruzeiro sentir dificuldades à procura de espaço. Pilhada no início da partida, a torcida celeste diminuiu o volume trocando a euforia pela tensão. Matheus Pereira protagonizou a oportunidade mais perigosa. Hugo Souza evitou.

“Nós tínhamos este jogo pensando há muito tempo, está claro que eles aqui na casa deles são muito fortes. A proposta sempre foi ser agressivo, buscar um bom resultado aqui, que sabemos que eles com sua torcida e com todos são muito

fortes”, disse Carrillo ao SporTV, na saída para o intervalo sobre a postura surpreendente do Corinthians no início da partida, dentro do Mineirão, em Belo Horizonte. “Eu sinto que a gente não começou muito bem o jogo, mas no fim conseguimos ver o Cruzeiro, que a gente é acostumado a ver dentro do campo. Lembrando que são quatro tempos, que são dois jogos. Foi só o primeiro agora, é melhorar para o segundo, mas sabemos que são dois jogos, a gente ainda tem que trabalhar muito”, avaliou o volante Lucas Romero no intervalo. A postura agressiva no primeiro tempo deu lugar a um jogo de posicionamento no segundo. O Corinthians ocupava os espaços em frente à área e dificultava as infiltrações do Cruzeiro. Em um dos poucos perigos, Matheus Pereira tentou acionar Arroyo. Ele finalizou, mas o goleiro Hugo Souza fechou meta com tranquilidade. Os nervos do Cruzeiro foram ficando à flor da pele e comprometeram a escalação para a partida de volta em São Paulo. O volante Lucas Romero e o centroavante Kaio Jorge receberam o terceiro cartão amarelo e desfalcarão o time na Neo Química Arena. Nas arquibancadas, alguém parecia ter apertado a tecla “mute”. Só se ouvia a voz da Fiel. Tensa, a China Azul só despertava nas tentativas de abafa. Nem mesmo as entradas de Gabriel Barbosa, Sinisterra, Eduardo e Jonathan Jesus aumentaram o poder de fogo do Cruzeiro. A arbitragem deu sete minutos de acréscimos, mas a atuação corretíssima do Corinthians do início ao fim da partida valorizou a noite feliz de Dorival Júnior no planejamento tático da primeira partida.



Natal dos SONHOS

Com apenas R\$ 60,00 você faz o Natal acontecer! Ajude a transformar este momento em uma festa inesquecível, com ceia especial e presentes cheios de alegria para nossas crianças e adolescentes.

Cada contribuição espalha amor, esperança e sorrisos. Este ano, queremos celebrar com 950 crianças e adolescentes, levando diversão, carinho e muitos motivos para sorrir.

Participe dessa festa do bem e faça a diferença!

faça sua doação aqui

CHAVE PIX 99169 4944



(61) 3359 2095 (61) 9 9168 6481 WWW.CASAZULFELIPEAUGUSTO.ORG.BR

VÔLEI Brasília aposta em Karen contra Barueri

MEL KAROLINE*

Embalado por duas vitórias na Superliga Feminina, o Brasília Vôlei vai até São Paulo enfrentar o Barueri, hoje, pela 10ª rodada do torneio, no Ginásio de Esportes José Corrêa, às 18h30. Na oitava colocação da tabela, as brasilienses duelam com as sétimas colocadas. As armas do técnico Spencer Lee em busca da vitória são Lívia no bloqueio e Karen no ataque. A central de 22 anos tem 1,87m de altura e vem se destacando na elite do vôlei nacional. A superpotência do bloqueio figura atualmente na terceira posição do ranking da liga com 31 pontos, atrás apenas de Júlia do Gerdau Minas, com 43, e de Luiza do Barueri, com 37. Na eficiência do fundamento, ela também se destaca com 0,91, em quarto lugar. Novata na equipe do Brasília, a ponteira Karen tem sido referência no ataque. Apesar dos tropeços da equipe, a atleta de 25 anos é responsável por boa parte dos pontos. Na vitória contra o Tijuca, a jogadora converteu 18 bolas e levou o troféu Viva Vôlei para casa. Recentemente, anotou 13 pontos no triunfo diante do Sorocaba, em casa, em um resultado importante na retomada do time à parte superior da tabela.



Rafael Guerrero / Brasília Vôlei

Ponteira Karen Anjos, uma das principais peças no time de Spencer Lee

Contente com a fase, a ponteira tem desejos na temporada. “Quero ser uma jogadora que faz a diferença dentro e fora de quadra, ajudando o grupo a crescer. Quero olhar para trás e ver que fui resiliente, que cresci e deixei uma marca positiva na equipe”, pontuou Karen. “Minha ambição é dar o meu máximo em cada treino e jogo, buscando evolução diária”, concluiu. O Brasília Vôlei ocupa a oitava colocação na disputa. As últimas vitórias em casa foram importan-

tes para afastar o time da zona da degola. Conseguiu 3 sets a 0 na oitava rodada contra o Sorocaba e o placar se repetiu na última semana, em cima do Mackenzie. O adversário paulista também vem de um resultado positivo. Venceu o Tijuca fora de casa por 3 sets a 2, uma recuperação após o revés sofrido contra o Praia Clube, por 3 sets a 0, em São Paulo.

* Estagiária sob a supervisão de Marcos Paulo Lima

Basquete

A série invicta de sete partidas do Brasília Basquete sem perder foi quebrada ontem. Os brasilienses foram superados por 87 x 73 pelo São José, fora de casa, e perderam a chance de assumir provisoriamente a liderança do Novo Basquete Brasil na temporada 2025/2026. Em uma partida aquém do apresentado, a equipe de Dedé Barbosa ficou atrás no placar durante o jogo todo no Ginásio Linneu de Moura, no interior de São Paulo.



Leo Lenz/Agência NZ

Destaque do dia

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua quarto minguante em Virgem. A empatia que buscamos para confirmar que podemos nos identificar com certas pessoas e as considerar de nosso grupo não há de ser encontrada na articulação bem elaborada das palavras, haja vista que o algoritmo da inteligência artificial as articula muito bem. Manipular palavras para aparentar uma empatia inexistente é a essência do crime ou da sedução carente de verdadeira emoção, é assim que as pessoas caem em golpes e se deixam enganar. A empatia real não está nas palavras bem articuladas, mas em quem as diz, e não há sujeito por trás do algoritmo da inteligência artificial, apenas uma máquina que simula o talento de falar e da empatia. A empatia é uma virtude do sujeito e não de nenhum objeto, se buscas empatia renova tua força de sujeito e busca os sujeitos que representem tua turma.

**ÁRIES**
21/03 a 20/04

Há coisas que só acontecem em sonhos, porém, não porque sejam irreais, mas porque as pessoas ainda não conseguiriam admitir que a vida funciona de um jeito que está muito além de nossa capacidade de a compreender.

**TOURO**
21/04 a 20/05

Evite criticar as pessoas porque se deixam embalar por sonhos que, muito provavelmente, você enxerga como ilusões perigosas. Tenha em mente que você também já se iludiu, e que advertir sobre a ilusão não compensa.

**GÊMEOS**
21/05 a 20/06

As coincidências são significativas, porque suprem as demandas que sua alma faz em suas conversas interiores, mas de uma forma sem sequência lógica. É surpreendente o funcionamento misterioso da vida. Desfrute.

**CÂNCER**
21/06 a 21/07

Plante as sementes do afeto que você deseja receber, porque as pessoas andam distraídas e preocupadas, quando não desesperadas, e isso faz com que a vida afetiva vá desidratando aos poucos, todos os dias. Melhor não.

**LEÃO**
22/07 a 22/08

Permita que as visões magníficas que ocorrem em sua mente sejam digeridas como realidades desejáveis, pois, mesmo que estejam fora do alcance imediato, são as sementes de um futuro que está sendo construído em gerúndio.

**VIRGEM**
23/08 a 22/09

Fazendo o ademão de se comunicar e colocar tudo em pratos limpos, você vai colher ótimos resultados, porque neste momento parece haver uma convergência entre o desejo de conciliação e a capacidade de as pessoas ouvirem.

**LIBRA**
23/09 a 22/10

O prazer de ter tudo sob domínio, tudo em ordem e pronto para funcionar, não pode nem deve ser comparado com nada mais. É uma situação que brinda com alívio e ao mesmo tempo esperança de poder fazer mais no futuro.

**ESCORPIÃO**
23/10 a 21/11

Um bom começo de conversa reside na empatia, mas essa não pode ser fabricada ou simulada, porque para isso já existe a inteligência artificial. A empatia é algo da alma, algo que só se simula na hora de dar um golpe.

**SAGITÁRIO**
22/11 a 21/12

A serenidade que acontece espontaneamente não parece ter razões claras para emergir, porém, será que por falta de razões a alma deveria duvidar de sua origem? É o caso de desfrutar e nada mais. Sem razão.

**CAPRICÓRNIO**
22/12 a 20/01

Se você fizer o movimento de sair de sua toca e socializar um pouco mais do que o habitual, perceberá que colhe resultados muito interessantes, que acalentam a alma ao perceber a íntima conexão entre as pessoas.

**AQUÁRIO**
21/01 a 19/02

Nem sempre as coisas acontecem como resultado de imenso esforço, também há magia circulando à solta no Universo, e quando a alma está de bom humor, esperançosa e conectada com todos os sentidos, a magia se concretiza.

**PEIXES**
20/02 a 20/03

Há dias em que a alma nasce poética, capaz de se expressar onde antes havia apenas silêncio. Aproveite a onda e se aproxime das pessoas com que você precisa conversar algumas coisas importantes e valiosas. Aproximação.

LITERATURA INFANTIL

Divulgação



Intérprete de Carranquinha na televisão, Dri Moraes é uma das autoras de livro

Com a cara de Brasília

» JOÃO PEDRO ALVES

Ícone televisivo entre as décadas de 1970 e 1980, Carranquinha está de volta. Desta vez, em livro, escrito por Dri Moraes, que interpretava a personagem, e Silvia Valladares. A obra será lançada neste sábado, a partir das 18h, na livraria Leitura do JK Shopping. “Objetivo é resgatar esse personagem que foi tão importante para a infância de uma primeira geração de brasileiros”, comenta Dri.

Em 37 páginas, *Aventuras de Carranquinha* retrata passeio da personagem por lugares de Brasília, como Parque da Cidade, Jardim Botânico e Floresta Nacional. “A exemplo do que fazíamos no programa *Turma do Carrossel* [do qual Carranquinha era integrante], nossa maior preocupação é com a ecologia, a cultura e o brincar da criança”, explica Silvia. As ilustrações, de Yasmin Hassegawa, são delicadas e lúdicas, “como se levassem o leitor para um sonho”, define a desenhista.

Silvia Valladares, mãe de Dri Moraes, foi uma das responsáveis por criar a personagem Carranquinha, há quase 50 anos. “Eu era uma menina, adolescente, brincando de interpretar e só

com o tempo percebi a conexão com as pessoas”, relata Dri. Para a autora, um dos objetivos é também estimular atividades lúdicas para crianças, “tirá-las do celular, da internet e de todos os outros esquemas cibernéticos”.

Entre a ideia e a finalização, foram quatro anos. Mil exemplares impressos serão doados para escolas públicas, bibliotecas comunitárias, pontos de leitura e instituições que atendem pessoas com deficiência. *Aventuras de Carranquinha* tem também versões em braille e em audiolivro. O projeto foi financiado pelo Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal (FAC), com produção editorial da Pupila Experiências Criativas. No lançamento, as autoras concederão autógrafos.

SERVIÇO

Lançamento do livro *As aventuras de Carranquinha* (Pupila Ateliê, R\$ 30), na livraria Leitura do JK Shopping, neste sábado (13/12), a partir das 18h. O evento é gratuito.

*Estagiário sob supervisão de Severino Francisco

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

POEMINHA DO CONTRA

Todos esses que aí estão
Atravancando meu caminho,
Eles passarão...
Eu passarinho!

Mário Quintana

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

				8				
			9			1		
3	2	5	6					
	4	1					2	
				5		8		7
	3		7					
			2		8	4	7	
				9	7			1
	8			3				

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

CRUZADAS

Item da receita culinária	Limite fiscalizado pela Polícia Federal			Dinheiro das vendas de uma loja		Orientação para motoristas	Informações detalhadas na bula de remédio	
							Pronome pessoal	
"(?) Brasil", antiga novela da TV Globo		Ou, em inglês		Resposta no indeferimento			Maior ave da fauna brasileira	
						Cenário, em inglês		
						Órgão dos EUA (sigla)		
				Calçada da (?), atração de Hollywood			O prato usado para comer saladas	
(?) da Uva, evento de Caxias do Sul (RS)		Circula na órbita do átomo (símbolo)		Nutrientes reguladores da flora intestinal				
Superioridade; excelência								"(?) tudo que reluz é ouro" (dito)
Ingrediente do arroz à grega (Cul.)		Elemento do verso				Consequência da noite mal dormida		
		Avaro; pão-duro						
				(?) inox, material de pias e painéis			(?) Mundo, jornal da Espanha	
Afastado de outras pessoas				Descrição comum na contracapa de livros	O mais antigo conservante de alimentos	Estado físico do gelo (Fis.)		
O lado da roupa em contato com a pele (pl.)							"A (?) -seca", conto de Artur Azevedo	Cada item apurado pelo Censo
Linguagem comum entre jovens						Em qual lugar?		
Prefixo de "ensacar"						Claridade noturna		
Gerado; produzido				Nara Leão, cantora brasileira		A maior central sindical do Brasil		
					Mãe do Mato (Folcl.)		Dá; oferece	
							Ouro, em francês	
Opositores dos heróis, na ficção policial		Prefixo de "pseudônimo": falso						Pedro (?): protagonizou o Dia do Fico
		Elemento de pastas de dentes (símbolo)						

BANCO. 2/le — or. 3/ama — sêl. 7/sínopse. 28

© Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Braziliense para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

P		M	M			M
R	O	T	A	D	A	S
P	E	R	I	G	O	S
V	Q	O	M	I	A	G
C	A	U	D	A	C	R
R	I	S	P	A	N	O
V	I	D	A	A	R	E
C	A	R	U	R	U	T
A	E	S	O	M	E	H
C	A	C	A	D	A	S
A	E	I	X	O	T	A
B	O	I	N	A	E	T
M	T	F	L	U	E	
R	A	P	O	S	A	R
A	R	E	I	A	B	O
D	R	A	M	A	T	I
C	O	S				


SUDOKU DE ONTEM


4	9	1	7	5	2	6	8	3
5	6	7	3	1	8	2	9	4
8	3	2	4	6	9	5	1	7
3	4	6	1	9	7	8	2	5
7	2	9	5	8	3	1	4	6
1	5	8	6	2	4	3	7	9
6	7	5	8	4	1	9	3	2
9	1	4	2	3	6	7	5	8
2	8	3	9	7	5	4	6	1

#FaçaCoquetel

Assine e receba no conforto da sua casa!

www.coquetel.com.br





Acesse nosso site!

COQUETEL

Diversão & Arte

» MARIANA REGINATO

Um dos mais importantes festivais de curta-metragem do país terá início hoje no Cine Brasília. A 13ª edição do Curta Brasília — Festival Internacional de Curta-Metragem reúne mais de 120 filmes em 11 mostras. A programação é gratuita e vai até o dia 14 de dezembro. A cerimônia de abertura terá início às 17h com o cantor Hodari, que será homenageado e terá seu videoclipe exibido. O evento também contará com a presença de Claudio Abrantes, secretário de Cultura, Luandino Carvalho, adido cultural da Angola no Brasil, Silvio Nascimento, ator e vencedor do Globo de Ouro Angola e a diretora portuguesa Laura Gonçalves.

Esse ano, o tema do festival é Amazônia Latina e África. Ana Arruda, diretora do festival, afirma que é uma homenagem baseada nas bases identitárias brasileiras pois, muitas vezes, não existe um acesso à cinematografia desses locais, principalmente aos curtas-metragens. “A ideia do Curta Brasília é homenagear a Amazônia Latina, é ter uma amplitude sobre esse universo, porque embora o Brasil tenha a Amazônia presente, a gente não tem um convívio com imaginário e com os filmes feitos lá”, comenta Ana. A mostra Curtame Mucho: Amazônicas aparece pela primeira vez na programação e estreia com filmes do Brasil, Peru e Equador.

Segundo Ana Arruda, a África no festival é um sonho antigo, “Por meio de uma parceria com o Festival de Cinema Itinerante da Língua Portuguesa, centrado em produções lusófonas, temos uma seleção de filmes da Angola e de Cabo Verde”, comenta. Os curtas-metragens serão exibidos na Mostra Sankofa: Conexão África.

Foram mais de 1.5 mil filmes inscritos de todos os estados brasileiros e do DF. “Teve um processo de seleção super comprometido com uma comissão de pré-seleção e de curadoria com pessoas que já trabalham no ramo há muito tempo e colocando a questão da diversidade presente tanto geográfica quanto de estética narrativa, ritmo e autenticidade, algo marcante no universo do curta-metragem”, explica a diretora.

As histórias do Distrito Federal aparecem na Mostra Tesourinha, que agora apresenta duas sessões pelo aumento da produção local. “Os filmes do DF têm uma representatividade grande, tanto nas mostras nacionais quanto nas temáticas. A Tesourinha é uma das mostras mais lotadas no festival”, ressalta Ana Arruda. “Vemos uma crescente considerável na quantidade e qualidades desses filmes, que tem uma linguagem própria”, afirma. Ana define o crescimento através do aumento de políticas como o Fundo de Apoio a Cultura e a Lei Paulo Gustavo, mas também do empenho das produções independentes.

As 11 mostras trazem diferentes formatos. A Mostra Decibéis traz videocliques e é uma categoria competitiva. “Videoclipe é considerado como curta-metragem por toda sua inventividade”, explica Ana. Já a Calanguinho Infantil é voltada para os pequenos, enquanto a Surdo-Cine reúne filmes para

a comunidade surda e feitos por eles. A Mostra Audiocine projeta curtas com audiodescrição, pensados para o público cego e com baixa visão. A Mostra Provoações traz performances da drag Larissa Hollywood e curtas que trazem temas polêmicos para serem tratados por meio da arte.

Além disso, o Festival Curta Brasília é pioneiro em trazer narrativas imersivas com as Mostras CVR, que traz cinema em realidade virtual. “Essa diversidade toda de mostras está presente no festival. São quatro dias intensos que trabalhamos o ano todo para eles”, comenta a diretora Ana Arruda. O festival também oferece debates com realizadores, oficinas e atividades formativas, área gastronômica com happy hour e mercado de economia criativa.

Por meio de um Júri Oficial e um Júri Popular, os vencedores levam para a casa o Troféu Curta Brasília, além de premiação e dinheiro nas seguintes categorias: Prêmio do Júri Oficial e do Júri Popular para o melhor curta-metragem da Mostra Nacional de Curtas, Prêmio do Júri Oficial e Popular para o melhor videoclipe na Mostra Decibéis de Videoclipes e Prêmio do Júri Popular infantil para o melhor curta-metragem da Mostra

Calanguinho. Os vencedores das categorias de Melhor direção, Melhor roteiro, Melhor fotografia, Melhor atuação e Melhor montagem também levam troféus. Neste ano, a equipe do **Correio Braziliense** escolherá o melhor curta sobre Brasília.

Para a diretora do festival, Ana Arruda, o projeto, durante quatro dias, se torna um epicentro de encontros na capital. “Serve para a gente expandir nossa visão sobre diversos universos, conviver com artistas de várias cidades e países e lembrar que nossa capital pulsa criatividade e que, por meio das artes, a gente tem uma perspectiva mais ampla sobre a vida e sobre tudo”, finaliza a diretora.

O Festival Curta Brasília terá quatro dias de duração com onze mostras

FESTIVAL INTERNACIONAL
BRASILIENSE EXIBE, A PARTIR DE HOJE, 11 MOSTRAS, QUE REÚNEM MAIS DE 120 FILMES. EM SUA 13ª EDIÇÃO, O EVENTO SERÁ NO CINE BRASÍLIA

Festa

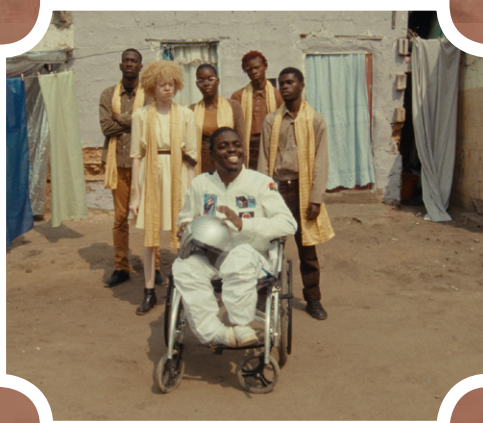
CURTA-METRAGEM



Documentário equatoriano, *Pajuyuk*, faz parte da Mostra Curtame Mucho



Cena do filme *Ponto Cego*, dos diretores Luciana Vieira e Marcel Beltran, da Mostra Nacional



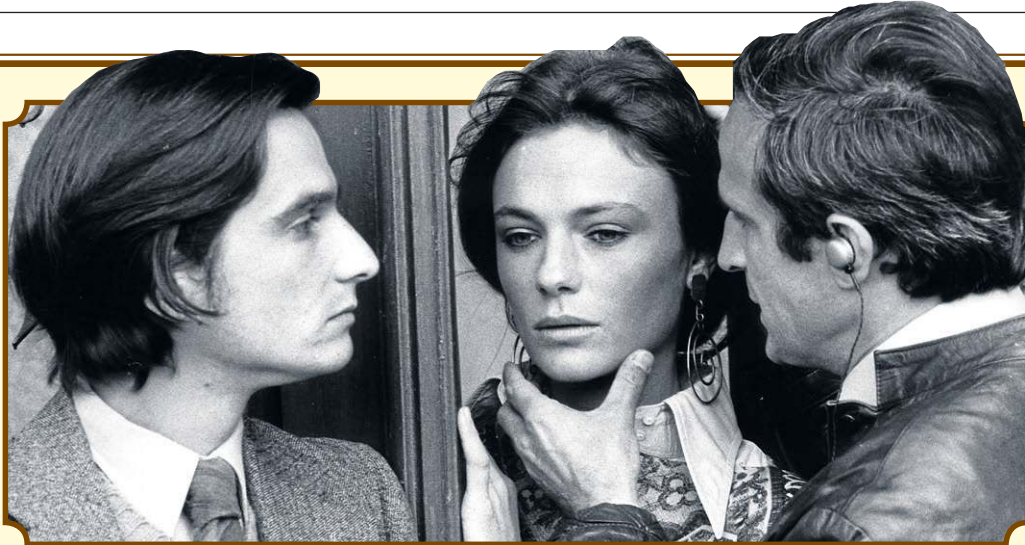
Cena da curta *As aventuras do Angosat*, que integra a Mostra Sankofa, com projetos africanos

CLÁSSICOS

SENSIBILIDADE à flor da pele

» RICARDO DAEHN

Não são poucos os feitos de François Truffaut, nome indissociável ao re florescer do cinema francês, com o chamado movimento Nouvelle Vague. Morto aos 52 anos, em 1984, ele respondeu pela carga mais afetiva da nova onda que teve em Jean-Luc Godard outro grande firmamento. Com mais de 30 sessões



programadas até 30 de dezembro, o Cine Cultura Liberty Mall apresenta, a partir de hoje, a Mostra Truffaut por Completo. Para dar início, serão mostrados os clássicos *Jules e Jim* (1962),

às 18h30, e *Um só pecado* (1964), programado para as 20h40. Ambos têm em comum desdobramentos de relações pouco convencionais. Entre eternos clássicos a serem exibidos estão

François Truffaut dirige Jean-Pierre Léaud e Jacqueline Bisset, nos bastidores de *A noite americana* (1973)

Os *Incompreendidos* (vencedor do prêmio de melhor direção no Festival de Cannes), *A noite americana* (estrelado por Jacqueline Bisset) e *A história de Adele H.* Junto com vários títulos que celebram os feitos amorosos e as decepções do serlepe Antoine Doinel (personificado pelo intérprete de longa parceria Jean-Pierre Léaud), várias músicas da sétima arte foram incorporadas à produção de Truffaut, entre as quais Catherine Deneuve, Jeanne Moreau, Fanny Ardant (o último amor, na vida real do cineasta) e Isabelle Adjani. Para a programação especial no Liberty Mall, os ingressos sairão a R\$ 32 e R\$ 16 (meia).



Código de conduta volta ao debate e expõe questões de ética no STF

Maria Eduarda Lavocat

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, estuda a criação de um código de conduta para os integrantes dos tribunais superiores. A iniciativa, prometida ainda antes de sua chegada à presidência da Corte, no fim de setembro, busca estabelecer parâmetros mais nítidos de autocontenção para reforçar a credibilidade institucional, temas destacados já em seu discurso de posse.

“O tribunal tem o dever de garantir a ordem constitucional com equilíbrio. Nosso compromisso é com a Constituição. Repito: ao direito, o que é do direito; à política, o que é da política. A espacialidade da política é delimitada pela Constituição”, afirmou Fachin na ocasião, sinalizando a importância de fortalecer limites éticos e institucionais.

Embora a discussão sobre um código de conduta não seja nova, a proposta voltou ao centro do debate após a revelação de que o ministro Dias Toffoli viajou em um jatinho privado para Lima ao lado de um dos advogados de um dos investigados na Operação Compliance Zero, caso para o qual havia sido sorteado relator um dia antes. Pouco depois da viagem, Toffoli atendeu a dois pedidos relevantes apresentados pelos defensores do banqueiro Daniel Vercaro: um para impor sigilo ao processo e outro para deslocar a investigação da Justiça Federal para o Supremo.

O episódio reacendeu discussões sobre transparência, limites éticos e a urgência de regras mais claras para orientar o comportamento de magistrados, dando nova atenção à iniciativa de Fachin. O ministro pretende adotar como referência o código de conduta do Tribunal Constitucional da Alemanha.

Entre as diretrizes, a regra de que “juízes só podem receber remuneração por palestras, participação em

Carlos Moura/SCO/STF



“O tribunal tem o dever de garantir a ordem constitucional com equilíbrio. Nosso compromisso é com a Constituição. Repito: ao direito, o que é do direito; à política, o que é da política”

eventos ou publicações quando isso não comprometer a reputação do Tribunal nem levantar dúvidas sobre a independência, imparcialidade, neutralidade e integridade de seus membros”. O código também prevê que “os juízes apenas aceitam presentes ou benefícios em contextos sociais e apenas na medida em que não lancem dúvidas sobre sua integridade pessoal e independência”.

Para Melillo Dinis, advogado, analista político e diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, todo poder deve ser controlado. “O Poder Judiciário tem ampliado muito a sua presença no espaço público. Mais presença exige mais controle, transparência, imparcialidade. Sem isso, um poder que não é eleito perde a sua legitimidade, com a possibilidade de caracterizar um autoritarismo”, afirma.

Nesse contexto, ele avalia que a criação de um código de conduta pode oferecer uma resposta concreta a parte dessas inquietações. “Pode ajudar a consolidar parâmetros mais claros para a exposição pública e para a vida privada dos magistrados, cuja postura é cada vez mais observada pela sociedade.”

Marlon Reis, pós-doutor em direito e um dos idealizadores da Lei da Ficha Limpa, afirma que a necessidade de um código se impõe principalmente para prevenir conflitos de interesse. “Vivemos em uma República, e isso exige das autoridades institucionais posturas que evidenciem um distanciamento claro de interesses privados que possam ser percebidos como capazes de distorcer, influenciar ou colocar em dúvida a atividade pública”, explica.

Reis ressalta que não se trata de um gesto de desconfiança, mas de uma prática já consolidada em diversas democracias, que instituem regras de comportamento por meio de protocolos claros e previamente definidos. A proposta, segundo ele, busca reforçar a confiança pública nas instituições e, ao mesmo tempo, oferecer segurança jurídica às próprias autoridades.

Ele lembra que os limites para esse tipo de norma já estão delineados na Constituição Federal, que consagra a forma republicana de governo e determina que a escolha e a atuação das lideranças institucionais sejam orientadas pelo interesse da soberania popular. “A Carta Magna

é robusta ao definir princípios que concretizam o ideal republicano, e são essas balizas que devem orientar e conter o alcance de um eventual código de conduta”, afirma.

O advogado observa ainda que, embora existam normas gerais e princípios éticos aplicáveis ao serviço público, o país não dispõe de um instrumento específico voltado à prevenção de conflitos de interesse no âmbito dos tribunais superiores. “Um código dessa natureza pode preencher esse vazio normativo, oferecer parâmetros para a conduta dos ministros em situações sensíveis e servir de exemplo para as mais diversas esferas da institucionalidade democrática”, diz.

Em contrapartida, o ministro aposentado e ex-presidente do STF Marco Aurélio Mello declarou, em entrevista à CNN, que recebe a ideia de um novo código de ética com certa perplexidade. Segundo ele, a ética deveria ser inerente aos bons magistrados, e, durante sua atuação de mais de três décadas na magistratura, sempre julgou com naturalidade e transparência. “O Supremo é a última trincheira da cidadania. Desde cedo, aprendemos que o exemplo

deve vir de cima e o bem se irradia a partir da conduta de quem ocupa as posições mais altas.”

Atualmente, a conduta dos ministros do STF e dos demais tribunais superiores é regida pela Lei Orgânica da Magistratura (Loman). O cumprimento dessas normas é fiscalizado pelos colegiados internos de ética das Cortes e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), hoje presidido por Edson Fachin.

Para Dinis, a Loman, somada a outras regras — como o Código de Ética da Magistratura, editado pelo CNJ — estabelece princípios essenciais, como independência, imparcialidade, dignidade e decoro. Ainda assim, ele considera que esse conjunto normativo é insuficiente diante do contexto atual. Segundo Dinis, a cultura do bacharelismo acabou transformando deveres em privilégios e alimentando uma espécie de aristocracia corporativa, distante dos desafios concretos do país.

Nesse cenário, o advogado defende que regras mais claras — como as que agora começam a ser discutidas — podem reduzir desgastes que acabam constringendo os muitos magistrados que trabalham com seriedade e conter excessos praticados por uma minoria.

Marlon Reis acrescenta que, para preservar a independência judicial, cabe ao próprio STF definir as balizas do código de conduta, estabelecer as consequências para eventual violação e assegurar o seu cumprimento por meio de mecanismos internos, proporcionais e compatíveis com a dignidade do cargo.

O ex-presidente do STF Celso de Mello também demonstrou apoio à iniciativa de Fachin. Em artigo, afirmou que a proposta é relevante porque “em democracias consolidadas, a confiança na Justiça exige não apenas juízes honestos, mas também regras claras que afastem qualquer aparência de favorecimento, dependência ou proximidade indevida com interesses privados ou governamentais”.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com



Stela, a serviço da Justiça

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) avançou no uso de inteligência artificial a serviço da celeridade processual. Desde a última sexta-feira, (05/12) o Stela (Sistema de Tratamento de Exame Legal de Admissibilidade), novo agente de IA desenvolvido pelo Tribunal, passou a atuar na análise de admissibilidade de recursos especiais e extraordinários. Integrado ao banco de dados do PJe, o Stela analisa processos com base na legislação vigente, jurisprudência e precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A partir disso, realiza triagem, checklist de verificação, elabora resumos e prepara minutas de decisão. O trabalho é conferido, revisado e ajustado por servidores do TJDFT.



Votação sem discussão

Quantos dos 291 deputados federais que aprovaram o PL da Dosimetria na madrugada realmente conheciam o conteúdo e as consequência dessas mudanças em outros casos? O projeto foi apreciado a toque de caixa sem debate, sem análise de criminalistas e processualistas, sem discussão. O pior é que a proposta ganhou a adesão de parlamentares que sempre defenderam o endurecimento de penas para punir criminosos.

Enquanto isso... No Senado

O plenário do Senado aprovou ontem (11/12) o PL Antifacção, que aumenta as penas para integrantes de grupos criminosos. Os líderes podem receber condenações de até 60 anos, com previsão de aumento em casos específicos para até 120 anos de prisão. O projeto também torna mais rígidas as regras de progressão de regime.



Antes do sol nascer

A Terceira Seção do STJ decidiu que mandados de busca e apreensão podem ser cumpridos a partir das 5h da manhã, ainda que antes do nascer do sol. Por maioria, os ministros negaram provimento a recursos que contestavam a legalidade de diligências iniciadas às 5h05, ainda sem luz. Prevaleceu o voto do relator, ministro Sebastião Reis Júnior. O ministro Rogerio Schietti defendeu que mandados sejam cumpridos a partir das 6h, mas foi vencido.

Novos ministros do TSE

Os ministros Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foram indicados, respectivamente como ministro efetivo e suplente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pelos próximos dois anos. Cueva entra na vaga da ministra Isabel Gallotti, que encerrou sua passagem pela corte eleitoral em 21 de novembro.



Divulgação/TSE

Nova sede, novos sócios

O escritório Peixoto & Cury Advogados, referência no direito empresarial há mais de sete décadas, abre nova sede em Brasília, com a chegada de novo sócio o ex-ministro e ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Carlos Alberto Reis de Paula, ex-conselheiro do CNJ, e sua sócia, Amanda Pereira Reis de Paula.



Divulgação



Minervino Junior/CB/DA Press

Merecido

A presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha, foi agraciada com o **Prêmio JK Correio Braziliense**, na primeira edição da homenagem para quem se tornou referência em suas áreas de atuação. A ministra foi a escolhida na categoria Direito e Justiça.

"O Bolsonaro deixou como herança a completa falência institucional e democrática. Vamos demorar anos para uma normalidade democrática. O país está completamente esfacelado. Perderam a vergonha"



Kakay - Reprodução

Antonio Carlos de Almeida Castro — Kakay — advogado

ENTREVISTA — THÚLIO GUILHERME NOGUEIRA, advogado criminalista

Quebra-cabeça jurídico para livrar Bolsonaro

Ana Maria Campos

Aprovado em plena madrugada, o Projeto de Lei da Dosimetria, criado sob medida para ajudar a acelerar o tempo de prisão em regime fechado imposto ao ex-presidente Jair Bolsonaro, é uma construção jurídica, com várias peças que montam o quebra-cabeça de uma pena menor. Para explicar o texto do projeto, o caderno Direito&Justiça buscou a ajuda do advogado Thúlio Guilherme Nogueira, criminalista, mestre em direito processual pela PUC Minas, especialista em direito penal econômico pela Universidade de Coimbra e sócio o Drummond e Nogueira Advocacia Penal.

Nogueira explica passo a passo como o PL da Dosimetria pode beneficiar os condenados pelo 8 de Janeiro e pela trama golpista: um somatório de concurso formal para os crimes contra o Estado Democrático, redução do tempo para progressão do regime fechado para o semiaberto e facilidades na remição (abatimento) das penas. Mas, como tudo acontece no Judiciário, a palavra final — se as medidas são constitucionais — será do Supremo Tribunal Federal.

O que muda com o PL da Dosimetria aprovado pela Câmara no modo de calcular e aplicar as penas?

O PL modifica dois pilares da punição. Primeiro, provoca o fim da soma das penas nos crimes contra o Estado Democrático. O novo art. 359-M-A determina que, quando os crimes do Capítulo II-B do Título XII (como tentativa de golpe e tentativa de abolição violenta) forem praticados no mesmo contexto, a pena será aplicada na forma do concurso formal próprio, vedada a soma das penas (art. 69 e 70, segunda parte). Na prática: somente a pena mais grave será considerada. Em segundo, prevê a progressão de regime mais rápida para esses delitos. O artigo 112 da LEP (Lei de Execução Penal) volta a prever como regra geral a fração de um sexto, exatamente para beneficiar quem pratica os delitos desse capítulo do Código Penal.

Quais garantias existem de que os réus realmente terão redução de pena?

Não há garantia automática. Há três etapas: a lei precisa ser aprovada no Senado e sancionada. Aplicação da lei mais benéfica: sendo lei penal mais favorável, ela retroage obrigatoriamente (art. 5º, XL, da Constituição), mas a readequação da dosimetria terá



Divulgação

de ser feita caso a caso pelo juízo competente (no caso do 8 de Janeiro, pelo próprio Supremo Tribunal Federal). Há, nesse caso, margem de discricionariedade técnica: o STF (ou o juízo da execução) terá de decidir qual fração aplicar no concurso formal (aumento de um sexto a metade) e se cabe, ou não, a redução de um terço a dois terços para quem atuou em “multidão” sem liderança.

Deputados calculam que a pena do ex-presidente Jair Bolsonaro seja reduzida de 27 anos para dois anos. Como seria isso?

Ao analisar os impactos do PL da Dosimetria, é fundamental separar a pena total do tempo efetivo em regime fechado. São cálculos distintos e produzem efeitos diferentes. No caso do ex-presidente Jair Bolsonaro, a pena fixada pelo STF é de 27 anos e 3 meses. Com o novo art. 359-M-A, os crimes do capítulo do Estado Democrático de Direito, quando praticados no mesmo contexto, deixam de ter penas somadas e passam a ser tratados como concurso formal próprio. Isso significa que se parte da pena mais grave, com um aumento previsto no art. 70 do Código Penal. O número exato depende de uma nova dosimetria pelo STF, mas as estimativas atuais apontam para algo em torno de 21 a 22 anos. A segunda etapa diz respeito ao regime fechado. Como esses crimes não integram os Títulos I e II do Código Penal e não são hediondos, volta a valer a regra geral do art. 112 da LEP: progressão após um sexto da pena. Sobre uma pena total nessa faixa, o tempo mínimo de cumprimento em regime fechado fica em cerca de três anos e alguns meses.

Há ainda a remição da pena?

Sim. A isso soma-se a remição de pena, cujo alcance foi ampliado pelo PL. O novo §9º do art. 126 deixa explícito que também há remição no regime domiciliar. Assim, estudo ou trabalho regulares permitem reduzir um dia de pena a cada três de atividade comprovada. É a combinação entre progressão em um sexto e remição contínua que levou o relator a projetar a possibilidade de Bolsonaro permanecer cerca de dois anos e quatro meses no regime fechado, caso mantenha dedicação integral às atividades que dão direito ao benefício. Há ainda a detração penal, que é o abatimento da pena definitiva pelo período já cumprido sob restrição de liberdade. Embora Bolsonaro não esteja preso preventivamente neste processo, o STF pode ser provocado a avaliar se o período de prisão domiciliar — a depender das restrições efetivamente impostas — pode ser considerado para fins de detração. A jurisprudência admite essa possibilidade quando o regime domiciliar se aproxima, na prática, das limitações impostas pelo regime fechado ou semiaberto. É sempre uma análise individualizada, feita pelo juízo da execução — no caso dos condenados pelo STF, o próprio Supremo.

Caso o projeto seja aprovado também no Senado e sancionado, o que muda para os condenados já cumprindo pena? Eles podem solicitar reavaliação imediata?

Se o projeto virar lei, por força da retroatividade da lei penal mais benéfica, todas as sentenças baseadas nesses crimes e nessas

regras de progressão terão de ser reavaliadas naquilo que for mais favorável ao condenado. Assim, quem já estiver preso poderá requerer ao juiz da execução (no caso aqui, no próprio STF, aparentemente) que recalcule o tempo de progressão e aplique eventuais redutores. Não é automático: haverá um “mutirão de papel” — pedidos individuais, manifestação do Ministério Público e decisões do STF.

Se virar lei, a nova forma de soma de penas deve beneficiar todos os condenados da tentativa de golpe de Estado?

Depende da situação de cada um, mas em tese, sim, nos pontos em que: o condenado tenha sido punido simultaneamente pelos dois crimes do capítulo (tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito) no mesmo contexto fático. Aí incide a nova regra de concurso formal próprio, que tende a reduzir a pena em relação ao modelo de soma integral aplicado hoje. Se o condenado não for líder nem financiador e tiver atuado em contexto de “multidão”, pode, em tese, pleitear a redução de um terço a dois terços da pena, a ser analisada individualmente. Para a cúpula (Bolsonaro, ex-ministros, comandantes etc.), o principal benefício é a nova forma de concurso e a progressão com um sexto. Já o redutor por “multidão” tende a ser aplicado a manifestantes de base, não aos líderes.

Acredita que, se o projeto virar lei, o Supremo Tribunal Federal poderá derrubar as mudanças?

Sim. Esses fundamentos são corretos e juridicamente consistentes. A lei pode ser contestada por ADI ou por controle difuso, e os argumentos centrais de inconstitucionalidade incluem: violação à proteção constitucional do Estado Democrático de Direito, caso se entenda que a lei fragiliza a tutela penal desse bem jurídico. Também desproporcionalidade na redução das penas ou na forma de execução, se isso comprometer a efetividade da repressão às condutas que atentam contra a ordem constitucional. Outro argumento é a usurpação da função jurisdicional do STF, pois a lei impacta diretamente condenações já proferidas pela Corte, argumento especialmente sensível no contexto político atual. Possível caráter de legislação ad hominem, se ficar demonstrado que o objetivo prático foi beneficiar réus específicos julgados pelo Supremo. Todos esses pontos são legalmente defensáveis e fazem parte do repertório tradicional de controle de constitucionalidade no Brasil.

Visão do Direito



Daniel Santos Garroux

Advogado e presidente do Instituto Brasileiro de Direito Econômico e Políticas Sociais (Ibdeps)

Comprar imóvel na planta poderia ser mais seguro

Os contratos de compromisso de compra e venda de imóveis, utilizados em larga escala quando o consumidor adquire imóvel na planta ou em construção, são realizados no Brasil por meio de instrumento particular — um documento assinado pela incorporadora e pelo adquirente. Essa situação coloca em risco todas as partes envolvidas no processo.

Recentemente o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) condenou uma construtora a devolver 90% dos valores pagos por um consumidor pela aquisição de um apartamento em construção, cujas obras ficaram paralisadas por mais de dois anos, sem previsão de retomada, em Cuiabá. A empresa também foi condenada a pagar indenização por danos morais.

Em sua defesa, a construtora alegou que o contrato de compromisso de compra e venda do imóvel não poderia ser rescindido, uma vez que o imóvel estava vinculado a um

financiamento com alienação fiduciária. O argumento não prosperou e o Judiciário entendeu que o contrato de alienação fiduciária não impede a rescisão do compromisso de compra e venda quando há inadimplemento por parte da construtora.

É irretocável a decisão da desembargadora Clarice Claudino da Silva, que priorizou a defesa do consumidor e o direito à moradia em um contexto de ausência de informação clara e transparente, como ocorre em todas as negociações de imóveis “na planta” realizadas no país.

A decisão do TJMT evidencia a urgência de se estabelecer um debate público sobre a necessária intervenção notarial nos contratos de compromisso de compra e venda de apartamentos residenciais em construção.

A prática do setor imobiliário brasileiro faz com que o comprador acredite que está adquirindo um imóvel, mas na realidade, é ele quem assume o risco da inadimplência

da construtora, que entrega as unidades em construção como garantia do financiamento da obra.

Pela sistemática do direito brasileiro, se a construtora vier a falir, é o consumidor quem fica no prejuízo, já que a instituição financiadora tem preferência para ficar com os imóveis. O mais dramático é que o consumidor só descobre isso quando já é tarde demais.

Em vários países da Europa, os compromissos de compra e venda de imóveis devem ser feitos por meio de escritura pública, uma maneira de garantir que o adquirente saiba exatamente quais são os riscos do negócio.

No final da década de 1990, uma das maiores construtoras do país à época foi à falência. Mais de 40 mil famílias, que haviam adquirido apartamentos na planta ou em construção, teriam perdido todos os seus investimentos se o Superior Tribunal de Justiça não tivesse modificado as regras para dar prioridade aos consumidores em relação aos investidores. O

argumento central que fundamentou a decisão dos ministros do tribunal foi a falta de informação clara e transparente aos consumidores sobre os riscos que eles estavam correndo ao adquirir imóveis com garantia de hipoteca, que eles desconheciam.

A prática de mercado mudou e as incorporadoras trocaram a hipoteca pela alienação fiduciária. A falta de informação ao consumidor, contudo, continua a mesma. Com isso, adquirentes e financiadores seguem em situação de absoluta incerteza quando ocorre algum problema com as obras.

Os cartórios de notas são os responsáveis por fazer escrituras públicas e têm a obrigação de alertar as partes sobre os riscos do negócio. Muitos criticam os custos da escritura pública, mas é necessário reconhecer que os valores são ínfimos diante do prejuízo suportado pelo consumidor que paga por um imóvel e perde tudo aquilo que investiu por falta de informação correta.

Visão do Direito



Hélio Gomes Coelho Júnior

Advogado trabalhista de empresas e entidades sindicais patronais, negociador coletivo e professor de direito do trabalho na PUC-PR

Balanço do trabalho no Brasil é positivo

Longo mais, fecharemos 526 anos de Brasil, originalmente Pindorama (nome indígena), depois Ilha de Vera Cruz (nome dado pelos primeiros portugueses que por aqui chegaram), adiante Terra de Santa Cruz (em 1503, pois Ilha não era), Terra do Brasil (em 1505, devido à exploração do pau-brasil), Estado do Brasil (1549, quando do estabelecimento do governo-geral), Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve (1815, por elevado à condição de reino), Império do Brasil (1822, na independência), Estados Unidos do Brasil (1889, na proclamação da República); e, por último, República Federativa do Brasil (1969, emenda constitucional nº 1, promulgada pela junta militar que governava o país).

Pois, então, temos 526 anos, dos quais 322 como colonizados, 67 como súditos (o Reino de Portugal veio fugido para o Brasil, em fins de 1807, e “apressou” a independência, em 1822) e 136 como cidadãos da República (que veio em 1889, um ano após o fim da escravidão, certo de que fomos o último país do Ocidente a dela abdicar). Em poucas linhas, uma visão de nossa longa-curta história.

Vejamos o presente. Em 2025, seguimos entre as 10 maiores economias do mundo (USA, China, Alemanha, Japão, Índia, Reino Unido, Itália, Canadá e Brasil), com um PIB de 2,31 trilhões (em dólares). Quem nos diz é o FMI. O número é impressionante. Já no PIB per capita (como valor total de bens e serviços produzidos por um país dividido pelo número de habitantes), o Brasil ocupa a nada olímpica posição (a 87ª), dado que a divisão dos trilhões (de dólares) pelos milhões (são 213,4 milhões) de habitantes assim o aloca. Quem segue dizendo é o FMI e para avaliar há o coeficiente Gini (indicador socioeconômico criado pelo demógrafo italiano Corrado Gini, em 1912).

É o Brasil que temos e não necessariamente o que queremos ou merecemos, mas 2025 mostra números alvissareiros e animadores, que desautoram os “pitonisos”, “videntes”, “adivinhos” ou “oráculos”. E como o Brasil tem palpites, a maioria formada de pessimistas quanto ao futuro e otimistas quanto ao passado, como ensinava Lewis Mumford.

Bom ver que a estimativa da inflação está rebatida para 4,55% e que o dólar está acomodado na casa dos R\$ 5,40 e que a bolsa

ultrapassou os 150 mil pontos, pela primeira vez na sua história e que o “tarifaço” (e não convém lembrar as razões dele) não fez o “strike” prognosticado; e, não menos importante, que milhões (ao redor de 90) de brasileiros, entre eles os empregados com ganhos até R\$ 5 mil, que ficarão isentos, e os com até R\$ 7.350, pagarão menos Imposto de Renda. Aplausos de pé.

Deitemos olhos ao Brasil que trabalha, sob os auspícios do emprego, aquele regulado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O país tem hoje (dados divulgados em outubro) 49.912.343 de portadores de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), agora em sua versão digital, sendo que o número é recorde na série histórica iniciada em 2012, o que permite afirmar que bem mais da metade da população brasileira vive a partir dela, direta (trabalhador) ou indiretamente (sua família), fruindo de direitos básicos enraizados a partir da Constituição Federal/88.

O setor que mais emprega é o de serviços e ele segue não listado entre os 17 setores que se beneficiam da desoneração da folha de pagamento, desde 2012. Os lobbies congressuais são habilidosos, bem sabemos. Na outra parte,

a taxa de desemprego segue recuando, ao redor de 5,6%, certo de que tal percentil é significativamente menor em alguns estados, como Paraná e Santa Catarina.

A partir da Constituição e da CLT, que os regulam, proliferaram os acordos e convenções coletivos de trabalho, que alcançaram expressivos 37.482 instrumentos (de janeiro a outubro de 2025), também estimulados pela orientação do Supremo Tribunal Federal (STF) que, no ano anterior, fixou, com o tema 1046, a validade de normas coletivas de trabalho que limitem ou restrinjam direito trabalhista não assegurado constitucionalmente. A liberdade de contratar o negociado sobre o legislado, via coletiva, tem impulsionado os concertos sindicais.

Para ornar, a partir de 1º de janeiro, o salário mínimo está projetado para R\$ 1.631, com um acréscimo de 7,44%, sobre o atual de R\$ 1.518. Pela conjugação acima, os salários têm crescido e, na média, a renda de todos os brasileiros ocupados em setembro alcançou R\$ 3.507,00, o maior valor da série histórica.

Ao início: 2025 está indo... deu mais certo do que os especialistas, oraculistas, videntes e tarólogos supunham. Que venha 2026.

Visão do Direito



Guilherme Augusto Caputo Bastos

Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça e vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST)

O CNJ e a segurança nas arenas desportivas

Vem do preâmbulo da nossa *Constituição Federal* a declaração de valores fundamentais e os objetivos da nação brasileira ao enunciar a essencialidade do respeito aos direitos sociais e individuais, à liberdade, à segurança, ao bem-estar, ao desenvolvimento, à igualdade e à justiça. É dizer, a cada violação aos referidos valores, afastamo-nos do Estado Democrático sob o qual estamos ou devemos estar instituídos.

É nesse contexto que o termômetro social tem erigido o combate à violência e ao crime organizado como prioridade máxima na adoção de políticas públicas capazes de reverter, de forma eficaz, o complexo quadro em que se encontra a segurança pública nacional.

É certo, contudo, que a segurança pública não é pauta a ser abraçada com exclusividade por qualquer ente da Federação, mas constitui dever do Estado e direito de todos a ser cumprido de forma descentralizada, porém coordenada, pela União, estados, Distrito Federal e municípios, cada qual com papéis e competências específicas.

A segurança pública e o sistema de Justiça no Brasil operam em um regime de profunda interdependência, uma realidade que sublinha a necessidade de alinhamento e coordenação entre as políticas públicas

formuladas pelos diferentes Poderes da República.

Nessa conjuntura, torna-se crucial ressaltar o papel do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que, em sua atuação como Corte administrativa do Poder Judiciário brasileiro, detém a competência constitucional de formular políticas judiciais que impactam diretamente o cotidiano da sociedade, porquanto viabiliza a eficiência aos serviços judiciais.

Atento à problemática da segurança pública, o CNJ criou o Grupo de Trabalho (GT) “Paz nas Arenas”, o qual tenho a honra de coordenar. A iniciativa destina-se a produzir estudos e propostas estratégicas para aprimorar o tratamento e as soluções voltadas à violência em praças desportivas e questões correlatas, almejando-se, com isso, uma atuação mais qualificada do próprio Poder Judiciário, visando à preservação da integridade dos resultados e da moralidade do desporto.

Como resultado direto dos trabalhos realizados pelo referido GT, tem-se que o plenário do CNJ aprovou por unanimidade, em 9/12/2025, Resolução que estabelece diretrizes e parâmetros para a operação dos Juizados do Torcedor e dos Grandes Eventos (JET-GE) em todo o território nacional. Essa iniciativa visa a uniformizar e a fortalecer a atuação do Poder Judiciário durante

eventos esportivos e culturais de grande porte, em conformidade com a Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023).

Essa medida foi impulsionada pela necessidade de superar a disparidade e a assimetria normativa existente entre os Tribunais de Justiça estaduais no que se refere à estruturação dos Juizados do Torcedor. Até então, não havia regulamentação nacional unificada a estabelecer balizas claras para a implementação de estruturas judiciais especializadas e padronizadas, essenciais para lidar com as complexidades inerentes aos grandes eventos.

A Resolução aprovada pelo Conselho, além de tornar obrigatória a instituição dos Juizados do Torcedor e dos Grandes Eventos (JET-GE) nos Tribunais de Justiça do país, também estabelece a competência desses para processar e julgar tanto causas cíveis quanto criminais que decorram de atividades reguladas pela Lei Geral do Esporte.

O escopo abrange desde conflitos de consumo e questões de menor complexidade até crimes de menor potencial ofensivo cometidos durante os eventos esportivos ou culturais.

Impende observar que as diretrizes fixadas pelo ato normativo demonstram atenção à necessidade de intensificar o combate à violência contra a mulher e demais minorias, pela instituição das “Salas

Lilás”, ambientadas de forma humanizada a dar tratamento adequado a casos específicos.

Além disso, a Resolução assegura que a atuação judicial esteja em conformidade com o Protocolo do CNJ para Julgamento com Perspectiva Racial, reafirmando o compromisso do Poder Judiciário com o enfrentamento ao racismo e às práticas discriminatórias.

De forma coordenada, o CNJ aprovou na mesma sessão ato normativo que cria a Certidão Nacional Criminal (CNC). Esse novo documento incluirá, entre outros registros, as decisões cautelares e terminativas que proíbem torcedores de frequentar arenas esportivas. A medida evidencia a contínua preocupação do Conselho com a temática da segurança pública em grandes eventos no país.

É inegável, portanto, que o estabelecimento de diretrizes para o funcionamento dos Juizados do Torcedor e dos Grandes Eventos visa a promover a segurança, a informação, a integridade física e moral, bem como o acesso rápido e efetivo à justiça para torcedores e espectadores. Cumpre ao CNJ, assim, sua missão institucional de aprimorar o Poder Judiciário de forma a contribuir, balizado por sua competência, para o aumento da segurança em eventos desportivos, artísticos e culturais.



Otávio Arantes

Advogado especialista em processo civil e direito de família e sócio-fundador do escritório Arantes de Mello advocacia

Consultório Jurídico

Saiba se você tem direito à indenização por danos morais, se tiver sido traído?

O direito brasileiro, realmente, passou por diversas fases e foi se adequando às transformações da sociedade, exemplifica-se com a necessidade de comprovação do adultério para que se obtivesse a decretação do divórcio, nome anteriormente dado à separação judicial (Código Civil de 1.916), após, estabeleceu-se a necessidade do aguardo de 3 anos para que a separação judicial fosse convertida em divórcio (Lei do Divórcio, nº 6.515, de 1977),

prazo reduzido para 1 ano com a Lei nº 8.408, de 1992.

Dito isso, quero demonstrar que, o simples fato de você poder se divorciar em um cartório extrajudicial ou pedir um divórcio direto judicial sem a oitiva da parte contrária, nos dias de hoje, é um progresso sem precedentes.

O que antes era tido como necessidade comprobatória para se obter o direito ao divórcio, atualmente, pode gerar a reparação de danos morais. Estamos falando da infidelidade conjugal.

Então, caso haja infidelidade no casamento, em qualquer hipótese, haverá a indenização ao cônjuge traído? Na verdade, não. A jurisprudência dominante firma-se

no sentido de que, a infidelidade conjugal, por si só, não gera dano moral.

O dever de compensação conjugal ocorre quando presentes condutas violadoras, quando exista a necessidade de proteção à dignidade da pessoa humana por grave exposição advinda do adultério ou haja a configuração da humilhação e constrangimento público do cônjuge traído.

A infidelidade isolada não repercute em ofensa ao direito da personalidade do cônjuge traído, mas será fator decisivo se houver publicidade do ato que repercute na integridade emocional, psicológica e psíquica do cônjuge traído.

Nas decisões dos nossos tribunais estaduais, percebe-se um denominador comum,

a importância de serem analisadas as circunstâncias de fato, a dor, a afetação que aquela traição gerou ao traído, o grau de exposição e por certo, a mudança de perfil do cônjuge infiel.

O valor fixado em reparação por danos morais, igualmente, será variável, dependerá do alcance e publicidade da traição e do poder econômico das partes envolvidas.

A indenização por adultério alcança somente o cônjuge traído, apesar de os outros membros da família sofrerem com a exposição, somente o cônjuge é titular da legitimidade para pleitear a reparação.

Cada caso tem suas particularidades, por isso a necessidade de procurar uma boa orientação profissional.

Visão do Direito



Joanna Rezende

Sócia de Peluso Guaritá, Borges e Rezende Advogados (PGBR), responsável pela área de planejamento patrimonial, tributário e sucessório (wealth planning) do escritório

ITBI e holdings imobiliárias: o STF e a imunidade constitucional nas conferências de bens ao capital social

A Constituição Federal de 1988, no artigo 156, inciso II, confere aos municípios competência para instituir o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Artigo 156, §2º, inciso I estabelece uma hipótese de não incidência (ou imunidade): “O imposto não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.”

A Constituição buscou proteger da incidência do ITBI as operações em que um bem imóvel é conferido para integralizar o capital social de uma empresa. Com o julgamento do Tema 796 da Repercussão Geral (RE 796.376), concluído em 2020, o STF fixou a seguinte tese: “A imunidade em

relação ao ITBI, prevista no inciso I do §2º do art. 156 da Constituição Federal, não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.”

Em síntese, o STF afirmou que a imunidade existe apenas até o valor efetivamente destinado à integralização do capital social, não abrangendo eventual valor excedente. Em termos práticos, o que ficou decidido pelo STF no Tema 796 é que apenas o valor atribuído à conta capital teria imunidade, e a diferença entre valor de mercado do ativo ou o famoso VVR do ativo menos o valor atribuído à conta capital, em tese ficaria sujeito à incidência, embora isso não tenha sido exatamente objeto da discussão.

O julgamento trouxe à tona uma outra discussão relevante — e ainda aberta até então — : essa imunidade se aplicaria apenas para as empresas que não têm preponderância de receita imobiliária ou deveria ser incondicionada, para todo e qualquer tipo de atividade incluindo também as empresas com atividade preponderantemente imobiliária?

No voto condutor do Tema 796, o ministro Alexandre de Moraes destacou que a imunidade constitucional quando da integralização de capital não está condicionada à análise da preponderância da receita da sociedade/empresa receptora (ou seja, não seria necessário avaliar preponderância de receita da empresa que recebe o ativo em integralização de capital).

Essa leitura abriu uma nova perspectiva jurídica: a de que o ITBI não incidiria nem mesmo nas conferências de imóveis a empresas imobiliárias. Diante da repercussão e da multiplicidade de processos sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal afetou novo Tema de Repercussão Geral nº 1348 (RE 1.495.108/SP), de relatoria do ministro Edson Fachin (lembrando que ainda não tratando exatamente do “quantum”). No voto proferido, o ministro propôs a seguinte tese: “A imunidade tributária do ITBI, prevista no art. 156, §2º, I, na realização do capital social mediante integralização de bens e valores, é incondicionada, portanto, indiferente à

atividade preponderantemente imobiliária.”

Caso o julgamento se encerre favoravelmente ao contribuinte, a imunidade na conferência de bens ao capital social seria incondicionada, ou seja, aplicável a todas as pessoas jurídicas, inclusive, as que têm receita preponderantemente imobiliária. Necessário ressaltar que tal julgamento pode não encerrar a discussão que atualmente existe: se o imóvel é integralizado pelo seu valor de custo, mas o seu valor venal é maior. Essa diferença seria base para a incidência do ITBI?

Nesse sentido não há ainda tema sob repercussão geral no STF, mas existe uma decisão monocrática do ministro Gilmar Mendes (RE 1449120-MS) de 13/06/2024 determinando que a imunidade do ITBI abrange o valor total do imóvel, ou seja, não haveria esse imposto sobre a diferença entre o valor de incorporação e o valor de mercado, mormente quando todo valor é destinado a realizado de capital. Aguardamos afetação de mais um tema para encerrar as controvérsias sobre ITBI na integralização de imóveis ao capital de sociedades.



Gustavo Costa da Silva

Advogado da área trabalhista, sindical e remuneração de executivos, no escritório Innocenti Advogados Associados

Consultório Jurídico

O Supremo Tribunal Federal (STF) fixou novos parâmetros para a contribuição assistencial cobrada pelos sindicatos. A Corte vedou a cobrança retroativa e determinou que os valores sejam proporcionais à realidade econômica da categoria. Os ministros também reforçaram o direito de oposição do trabalhador, garantindo que ninguém seja obrigado a pagar sem possibilidade de recusa. A medida distingue a contribuição assistencial da sindical tradicional — recolhida anualmente em março, equivalente a um dia de trabalho — e busca reduzir a insegurança jurídica que vinha marcando os acordos coletivos.

O que é contribuição assistencial?

A contribuição assistencial corresponde a um desconto realizado em folha de pagamento pelo empregador para ajudar a financiar as atividades sindicais voltadas à negociação coletiva. É esse trabalho de

negociação que resulta na celebração de acordos ou convenções coletivas de trabalho — instrumentos que, uma vez firmados, estendem seus benefícios a todos os integrantes da categoria, sejam ou não sindicalizados.

Esse desconto é obrigatório?

Desde 2023, quando o STF fixou a tese do Tema 935 da Repercussão Geral, ficou estabelecida a constitucionalidade da cobrança da contribuição assistencial, preservando-se, contudo, o direito de oposição do trabalhador. Assim, embora os resultados da negociação coletiva beneficiem toda a categoria, o ordenamento assegura a liberdade individual de quem opta por não se associar ao sindicato.

O que a recente decisão alterou em relação à cobrança da contribuição assistencial?

Com o reconhecimento da repercussão geral da matéria em fevereiro de 2017, a controvérsia percorreu anos de intenso debate no STF até que, em setembro de 2023, foi

finalmente pacificada a tese que reconheceu a constitucionalidade da cobrança da contribuição assistencial. Diante do longo intervalo entre o reconhecimento da repercussão geral e a fixação da tese — mais de cinco anos —, a Procuradoria-Geral da República manifestou preocupação quanto à possibilidade de sindicatos buscarem a cobrança retroativa da contribuição assistencial de trabalhadores não sindicalizados. Ao enfrentar o tema, o ministro Gilmar Mendes foi categórico ao afirmar que “o reconhecimento da constitucionalidade da contribuição não autoriza a cobrança retroativa dos empregados não sindicalizados”, reafirmando a necessidade de observância aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima.

Qual valor pode ser cobrado pelo sindicato?

Com base nas decisões do STF, não existe um valor único ou padronizado que deva ser aplicado indistintamente por todos os sindicatos e em todas as categorias. A definição do montante da contribuição assistencial deve

levar em conta a capacidade econômica da categoria representada, observando critérios justos e razoáveis. A fixação do valor deve ocorrer de forma transparente e democrática, alinhada às necessidades reais da entidade sindical — e não apenas a interesses estritamente financeiros —, garantindo o equilíbrio entre o custeio das atividades sindicais e o respeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores, especialmente à liberdade de associação.

De que forma o trabalhador pode se opor a esse desconto?

Especificamente no que tange ao modo, ao momento e ao local adequados para o exercício do direito de oposição, ainda não há definição definitiva. A questão permanece sob análise do Tribunal Superior do Trabalho, que a examina no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) nº 02, instaurado justamente para uniformizar o entendimento sobre como esse direito deve ser exercido em âmbito nacional.

Visão do Direito



Roberta Ferme Sivoletta

Juíza do Trabalho. Doutora em direito processual e pós-doutora em direito público. Juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça. Membro do Fonavim e do Comitê Executivo da Ouvidoria Nacional da Mulher

A pandemia da violência contra a mulher, quando a sociedade grita, calar não é uma opção

Na última semana, manchetes escancararam uma realidade que insiste em se perpetuar: a brutalidade contra mulheres. Uma jovem arrastada por um carro até a mutilação das pernas; uma mãe que viu sua casa incendiada pelo companheiro; uma mulher violentada e morta a caminho da aula de natação; duas chefes baleadas no trabalho; uma militar carbonizada por um ex-colega. Casos que não são exceção, mas expressão de um fenômeno descrito pela ONU como pandêmico.

Essa violência não se limita ao ato físico. Ela se espetaculariza nas marcas deixadas no corpo feminino — mutilações, queimaduras, cortes — atingindo a estética e a dignidade da vítima. Como lembra Judith Butler, “o corpo é sempre um espaço político”, e, quando brutalizado, expõe a vulnerabilidade criada por normas culturais de gênero que definem quem merece proteção e quem pode ser ferido. Ao atingir aquilo que culturalmente representa o feminino, a violência brutal reforça a lógica de controle e dominação, convertendo o corpo em território de poder e humilhação. Impõe à vítima uma identidade indelével, marcada pela dor.

A violência contra a mulher também se reinventa em formas menos visíveis, mas igualmente devastadoras, quando a mulher reivindica sua proteção e reparação. A

violência vicária, a violência processual e a violência institucional são apenas alguns dos fenômenos inerentes a um sistema estruturado em standards patriarcais históricos, e que contribuem para a manutenção do grave estado de desconformidade estrutural que envolve a violência contra a mulher. São mecanismos já repudiados por diversos organismos e normas internacionais das quais o Brasil é signatário, e que merecem o conhecimento e o reconhecimento devidos em relação a sua força normativa e aplicação.

A violência invisível assume formas sutis — mas não menos brutais em seus efeitos — de manifestação junto aos sistemas de proteção. A culpabilização da mulher por meio de estereótipos e presunções “in malam partem contra feminam” para definir a guarda de menores; a ausência de ferramentas eficazes para coibir o uso da litigância abusiva, presente nas múltiplas ações retaliativas movidas em face da mulher, e que nascem como resposta à mulher que denuncia a violência ou pleiteia legitimamente seus direitos em juízo; e a revitimização por meio de ação ou omissão do sistema que deveria acolhê-la, por vezes reproduzindo os estereótipos marcados pela violência, são apenas alguns dos seus exemplos. Situações que, tais como as mutilações e agressões físicas extremas,

atingem a mulher em sua dignidade, e convertem os espaços de acolhimento em territórios de poder e perpetuação da dor.

A responsabilidade institucional é inegável, e ações recentes tem buscado esse enfoque. No caso do Poder Judiciário, políticas internas de prevenção e combate à violência contra a mulher direcionam inúmeras iniciativas do Conselho Nacional de Justiça. No âmbito da Corregedoria Nacional de Justiça, um Provimento publicado em julho de 2025 (Provimento CN 201/2025) foca na responsabilidade institucional para a adoção de medidas estruturais voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher, e em instrumentos de acompanhamento da aplicação do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero nos processos judiciais e administrativos, por meio de canal simplificado e acessível para o encaminhamento dos relatos de mulheres vítimas de violência. O primeiro acordo de cooperação técnica foi firmado com o tribunal de Justiça do estado do Amazonas, focando na replicação da sistemática em todos os Tribunais do país.

No último final de semana, as mulheres e todos aqueles que sonham com uma sociedade mais igualitária tiveram um sopro de esperança. Milhares de pessoas foram às ruas, clamando por um direito básico: o de existir sem medo.

Aliás, a tônica da ação coletiva seguiu a lógica inclusiva dos movimentos sociais da atualidade. Homens foram chamados reiteradamente a participar, e as interseccionalidades — como as ligadas à raça, orientação sexual e classe — foram integradas à súplica geral. Afinal, é a potência da diversidade que transforma vozes isoladas em um movimento capaz de redefinir estruturas sociais.

Nesse contexto, ninguém pode se calar. O que deve vir como resposta quando uma mulher busca acolhimento e não encontra espaço ou escuta? Como fortalecer leis criadas para prevenir a violência contra a mulher e proteger as vítimas, corrigindo desigualdades, de modo a coibir interpretações restritivas que limitem a sua real aplicação? Se o próprio Supremo Tribunal Federal já reconheceu a impossibilidade de condutas que impõem humilhação moral da vítima em processos judiciais e administrativos, e se há lei sobre o tema, como justificar a inobservância a tais comandos — e não falo aqui somente de um ator processual específico —, ainda que por omissão?

Estamos em um momento ímpar para enfrentar essas questões. Quando a sociedade grita desesperadamente por uma solução, calar-se — individual ou institucionalmente — não é uma opção.



Fernando Felix

Advogado especialista em direito de família

Consultório jurídico

Como funciona a convivência dos pais que têm guarda compartilhada nas férias escolares e em datas comemorativas, como Natal e réveillon?

A convivência entre pais que exercem a guarda compartilhada nas férias escolares e nas datas comemorativas depende de organização antecipada e diálogo constante. A lei estabelece que ambos devem participar das decisões relevantes sobre a rotina dos

filhos e isso inclui a definição do período de férias e a alternância em celebrações como natal e réveillon. O objetivo é preservar o equilíbrio emocional da criança que precisa manter vínculos estáveis com pai e mãe mesmo após o fim da relação.

O planejamento costuma ocorrer no início do ano para garantir previsibilidade. Em geral, a divisão das férias é feita de forma igualitária embora possa ser ajustada conforme a disponibilidade profissional dos pais e a logística entre as residências. Em muitas famílias, adota-se a prática de períodos alternados que permitem que cada responsável tenha tempo de qualidade com os filhos.

Essa flexibilidade é positiva, desde que não prejudique o convívio do outro responsável.

As datas comemorativas exigem atenção especial pela carga afetiva que possuem. A alternância anual costuma ser a solução mais adotada. A criança passa o Natal com um dos pais em um ano e com o outro no seguinte e o mesmo ocorre com o réveillon ou outras celebrações importantes. Esse modelo evita disputas frequentes e reduz tensões que podem afetar o bem estar dos filhos.

Quando surgem impasses, o acordo ou sentença que formaliza a guarda compartilhada serve como referência. Diante de conflito persistente o Judiciário pode ajustar o

calendário sempre priorizando a estabilidade emocional e a convivência equilibrada. Em situações urgentes, é possível solicitar providências imediatas para evitar prejuízos ao período festivo.

A prevenção também tem papel fundamental. Registrar decisões por escrito, manter comunicação respeitosa e alinhar expectativas com antecedência demonstram compromisso com a coparentalidade. A guarda compartilhada funciona melhor quando os pais compreendem que a colaboração é essencial e que a harmonia favorece diretamente o desenvolvimento saudável da criança.

Visão do Direito



Matheus Annes Ferrão

Sócio do Eduardo Ferrão Advogados-Associados

Fair play financeiro da CBF

A implementação do novo Regulamento de Sustentabilidade Financeira da CBF representa um avanço importante na gestão de futebol brasileiro. Inspirado em modelos internacionais, o Fair Play Financeiro busca reponsabilidade econômica, redução da inadimplência e maior profissionalização. No entanto, ao aplicar regras uniformes a clubes com realidades desiguais, o sistema produz impactos desproporcionais sobre aqueles com passivos, receitas reduzidas e dívidas judicializadas.

Esses clubes enfrentam limitações estruturais que não podem ser superadas no curto prazo. Passivos acumulados ao longo de décadas, acordos judiciais imutáveis e dependência de receitas extraordinárias dificultam a adaptação imediata. Assim, embora o Fair Play pretenda equilibrar o sistema, corre o risco de aprofundar o desequilíbrio competitivo, favorecendo clubes já estruturados e

pressionando aqueles em reestruturação.

Outro ponto sensível é a segurança jurídica. O regulamento não pode interferir em contratos já firmados, alterar obrigações legais ou inviabilizar o cumprimento de decisões judiciais. Sanções excessivas — como perda de pontos ou restrições de registro — podem comprometer a capacidade do clube de gerar receita e honrar compromissos, aproximando-se de sanções políticas, vedadas pelo ordenamento jurídico.

Para que o Fair play cumpra sua missão sem inviabilizar clubes em crise, é essencial que o sistema priorize sanções educativas, e não punitivas em excesso. Antes de medidas extremas, como perda de pontos ou rebaixamento, o modelo deve privilegiar: advertências técnicas, consultorias obrigatórias, tutorias financeiras e acordos de ajustamento de conduta mais amplos.

A lógica deve ser corrigir, orientar e reestruturar — e não destruir clubes já fragilizados. Essa abordagem reforça o caráter pedagógico

do regulamento e evita que a punição comprometa a atividade econômica essencial para a própria solvência da instituição.

A preservação do equilíbrio competitivo exige que o Fair Play combine punições e incentivos. Por isso, defende-se a implementação de um sistema de ratings financeiros, complementado por créditos e bônus, que recompense os clubes que alcançarem níveis mais elevados de conformidade, governança e transparência.

Anresf — órgão responsável por monitorar, fiscalizar, julgar e aplicar sanções no âmbito do Sistema de Sustentabilidade Financeira — passaria a aferir o desempenho financeiro dos clubes por meio de critérios objetivos, como: pontualidade nos pagamentos, cumprimento das metas do Fair Play, redução do endividamento, práticas de governança e sustentabilidade operacional.

A partir dessa análise, os clubes seriam classificados em faixas de rating (A, B, C etc.), refletindo seu nível de conformidade

e solidez financeira.

As melhores classificações permitiriam ao clube acessar benefícios regulatórios, como: créditos que ampliem a margem para contratações; bônus financeiros e percentuais adicionais de premiação; prioridade em programas de desenvolvimento da base e infraestrutura; condições facilitadas de refinanciamento; maior flexibilidade para registro de atletas.

O Rating transforma o Fair Play em uma política de incentivo à modernização, atenuando desigualdades, profissionalizando estruturas e atraindo novos investidores e parceiros.

A combinação de sanções educativas com incentivos positivos representa o caminho mais moderno e equilibrado para um regulamento capaz de proteger, simultaneamente, o equilíbrio financeiro e o equilíbrio competitivo — pilares indispensáveis para um futebol brasileiro mais saudável, sustentável e justo.

Visão do Direito



Arthur Felipe da Cunha Silva

Advogado líder da equipe na área de contencioso massificado em direito do Urbano Vitalino Advogados

Inovações no combate à litigância predatória

O direito de acesso à justiça, insculpido no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988, representa um dos pilares fundamentais do Estado democrático de direito. Ele garante que nenhuma lesão ou ameaça a direito será excluída da apreciação do Poder Judiciário. No entanto, apesar de o objetivo do legislador constituinte originário de garantir que todos, independente da sua condição social ou econômica, pudessem levar seus direitos, individuais ou coletivos, à apreciação judicial, a utilização abusiva dessa garantia tem gerado distorções significativas no sistema processual brasileiro, sobretudo com a disseminação da chamada litigância predatória.

A litigância predatória consiste no ajuizamento massivo e indiscriminado de ações judiciais, muitas vezes, idênticas ou sem fundamentos jurídicos sólidos, com o intuito de obter vantagem econômica, manipulando a rotina forense. Trata-se de uma conduta estratégica e oportunista que se aproveita da

sobrecarga do Judiciário, das fragilidades do sistema processual e de eventual falha na defesa dos réus para induzir o juízo ao erro. Esse tipo de atuação compromete não apenas a eficácia da prestação jurisdicional, como também a própria credibilidade do sistema de justiça.

Na busca por uma solução eficaz para esse problema, é essencial distinguir a litigância predatória de outros fenômenos jurídicos semelhantes. A litigância de massa, por exemplo, embora envolva elevado número de ações, decorre de conflitos reais e legítimos, sendo reflexo de problemas estruturais, como falhas regulatórias ou violações em larga escala no país, sendo, portanto, demandas lícitas. Já a litigância de má-fé envolve comportamentos pontuais e dolosos que atentam contra a boa-fé processual, a exemplo do uso de argumentos ou documentos falsos, manipulação de partes e testemunhas, abuso de direito, recursos protelatórios, entre outras variadas condutas que podem obstar a realização da justiça. A litigância predatória, por sua vez, conjuga elementos de ambos os

fenômenos anteriores sem, contudo, confundir-se com eles, unindo a ilicitude das condutas e o volume massivo de ações.

Em resposta ao crescimento dessas práticas abusivas, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Recomendação nº 159/2024, aprovada por unanimidade, cujo objetivo é orientar os magistrados e tribunais sobre a identificação, tratamento e prevenção da litigância abusiva.

Tal recomendação já começou a produzir efeitos concretos em diversas jurisdições. No Maranhão, por exemplo, o juízo da 2ª Vara Cível de Caxias/MA determinou a suspensão de centenas de processos envolvendo empréstimos e cartões consignados após a constatação de práticas fraudulentas, como falsificação de documentos e a captação indevida de clientes. No Pará, o juízo da Comarca de São Domingos do Araguaia passou a exigir documentação robusta em processos com suspeita de conduta abusiva, já na petição inicial, como forma de comprovar a legitimidade do interesse de agir e

viabilizar a instrução e o correto exame das demandas.

A tecnologia também tem se mostrado uma aliada poderosa nesse combate, com avanços relevantes. Ferramentas como o Apoia (Assistente Pessoal Operado por Inteligência Artificial), desenvolvida pelo TRF da 2ª Região, recentemente integrada à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDJP-Br), implementam a capacidade de identificar padrões de litigância predatória, cruzando dados em larga escala, elaborando relatórios e alertando magistrados sobre condutas suspeitas.

Os Centros de Inteligência do Poder Judiciário dos tribunais de justiça estaduais também vêm desempenhando importante papel com o fornecimento de dados, levantamentos e estudos.

O enfrentamento à litigância predatória exige uma abordagem sistêmica e multifacetada. É necessário que advogados, magistrados, membros do Ministério Público e demais operadores do Direito atuem de forma integrada.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira 11 de dezembro de 2025

Para anunciar ► **3342-1000**

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA & SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

- 1.1 Apart Hotel
- 1.2 Apartamentos
- 1.3 Casas
- 1.4 Lojas e Salas
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS



INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIA

ESTOU PRECISANDO com urgência para atender clientes, Apartamentos com 3 quartos, suíte, andar alto, nascente, 2 vagas, com lazer. Negócio rápido! Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 c/ 3 0 8 7 6 w w w . geraldovieira.com.br :

ASA NORTE

QUITINETES

710 Kit 35m² arrumada ó local 195Mil Negocia! Tr. 98121-2023 c8827

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui! lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179
710 SCLRN 3qts 1suíte (2wc) nasc 90m² 620mil 61 98121-2023 c8827

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SGAN 708 Bloco P 3qts (sendo 01 suíte), vazio, 4 andar, reformadíssimo, 135m2. Aceito 2qts no Noroeste. 99109-6160 3042-9200 cj9417 Sr. Imóveis

ASA SUL

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

204 SUL R\$1.250.000 3qts c/gar 99999-3532 Claudio Sinimbu c8165

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

216 SUL 5 andar, vazio 167m2, c/ 3qts sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

714 SUL Bl W Lindo apto de canto, 3qts 3wc 125m2 (61) 98575-6465

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 su cites) 3 vgs cj5211 3322-3443

1.2 ASA SUL

PARTICULAR

SQS 312, 04 qtos, 04 suítes, reformado, mobiliado, ár. priv. 339,53m², 2gar. Tr: 61 99985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

2 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

LAGO NORTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
CA 08 apto 3qts 228m² cond fechado 98311-5595 c/19540

NOROESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

4 OU MAIS QUARTOS

SQNW 110 Canto 171m privativo 4garagens desocup 99275-8882 cj.6210 phimoveis.com.br

SQNW 110 Canto 171m privativo 4garagens desocup 99275-8882 cj.6210 phimoveis.com.br

1.2 NÚCLEO BANDEIRANTE

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

OCTOGONAL

3 QUARTOS

AOS 07 Vendo apto 3qts, 1 suíte, garagem condomínio fechado área lazer reformado vista livre Tr: 98159-7082

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qts 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

TAGUATINGA

2 QUARTOS

GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIA

QNL04 vendolindoapartamento, 2 andar, 2 quartos, banheiro social, sala, cozinha, nascente, reformado, desocupado, área63m2,aceitofinanciamento,Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 99974-5385 cj30876 www. geraldovieira.com.br

1.2 TAGUATINGA

ACHEI IMÓVEIS DF

QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF

QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

3 QUARTOS

GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIA

QNJ 58 vendo excelente apartamento, com 3 quartos, nascente vista livre, primeiro andar, porcelanato, banheiro social, cozinha com armários, sala, muito bem ventilado, quitado, escriturado, aceito financiamento. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 99974-5385 cj30876 www. geraldovieira.com. br

GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIA

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www. geraldovieira.com.br :

1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PON TE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

1.3 GUARÁ

GUARÁ

3 QUARTOS

GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIA

QE 36 Guará II vendo casa em terreno de 200m2 com 3 quartos sendo uma suíte, laje, ótima localização. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 99974-5385 cj30876 www. geraldovieira.com. br

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

QI 05 Vd Casa 4Suítes coz 2sls estar, 2 banhs. Escritório, garag 4 carros, ótarea lazer c/churr pisc. rea total 776m² c/ 562m² área const Tr. (61) 99999-3838 Renata ou 99371-5735 Airon

J RIBEIRO VENDE

QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qts 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qts 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

1.3 PARK WAY

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

ADELSON IMÓVEIS

QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar It 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

RITA LANDIM VENDE

QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO

2 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

3 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

OS MELHORES
REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19396
IMOVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!



(62) 98280-1111

1.3 SOBRADINHO

1.3 CASAS

SOBRADINHO

3 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

QND 05 vendo excelente casa com 3 quartos sendo uma suíte, sala, cozinha, banheiro social, cerâmica, terreno 340m2, quitada, escriturado, ótima localização, valor R\$ 595 mil. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

QNJ 42 vendo excelente casa colonial, nascente, lote 250m2, com 3 quartos sendo uma suíte, sala, banheiro social, copa, cozinha com armários, área livre nos fundos com banheiro de serviço, garagem 4 carros, porcelanato, quitada, escriturada, ótima p/ investimento, aceito financiamento. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

CONVICTA IMÓVEIS VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVEIS VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

PESTANA LEILÕES

previsul
SEGURODORA

LEILÃO ELETRÔNICO

Lilimar Pestana Gomes | Leiloeira Oficial - JUCISRS 168/00 | 51 3535.1010 | pestanaleiloes.com.br

1.3 TAGUATINGA

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

QNM40 excelente casaconial, esquina, localização maravilhosa, 3 quartos, sendo uma suíte, sala, copa, cozinha, banheiro social, área de serviço coberta, mais um barraco nos fundos, garagem pra 4 carros, aceito financiamento. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

4 OU MAIS QUARTOS

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

QNB 04 Vendo Sobrado novo, com 04 quartos, 02 suítes, salão com 03 ambientes, cozinha planejada, churrasqueira, com habits. Aceito financiamento. Excelente negócio! Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

ASA NORTE

VENDO OU TROCO loja na 310 norte frente bloco D - lojas 11 e 15 reformadas por apto Sudoeste ou Noroeste, recebo ou volto diferença. Tr 999811205 ou 984864871 - Aldenor

SHN ED FUSION Vendo 02 excetes garagens Tr. (61) 98162-7677

ASA SUL

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

CLS 414 Vendo Excelente loja alugada, c/ térreo subsolo sobreloja 250m2, reformada. Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

1.4 GUARÁ

GUARÁ

ADELSON IMÓVEIS
AE 02 prédio comerc/ resid 2lj + 2ap It 200m2 R\$1.050.000, ac cs Guarará Tr.99857115 c1533

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitação al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

SRTVN 701 C.E.Norte 2 salas juntas reformadas 99275-8882 cj.6210 phimoveis.com.br

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA

SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente, canto R\$ 250 mil fiancio Tr: 98135-1919

SUDOESTE

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

GAMA

PEDRO JR C 12778 VENDE

COND ALTO da Boa Vista excel lote 504m2. Preço ocasião. 98481-4268

1.5 GUARÁ

GUARÁ

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QI 08 Excelente Lote comercial, 400m2. Podendo construir 3 vezes. Aceito 100% em imóveis 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

PARK WAY

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

MSPW QD 13 Vdo Lote Fração de 2.500m2. Bem localizado. Aceito imóvel de maior ou menor valor. Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

TAGUATINGA

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

QNC 08 lote com 360m2 esquina avenida Sandu, nascente, desocupado, quitado, escriturado, ótimo investimento, Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

QNE 34 avenida Sandu Norte, Vendo lote com 350m2, com estrutura de galpão, quitado, escriturado, desocupado, Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDO OU TROCO Sítio 20 hectares Agrovila BR 251 Cavas / Baixo c/ água, casa, cerca, etc... doc Ok. (61) 98202-7591 ou 99514-7645

1.6 DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

RITA LANDIM VENDE
PADRE BERNARDO GO linda chác. 14.000 m2. 3552-4358 c/12179

SANTO ANTONIO do Descoberto aprox. 39 alq., Cor. IV, Fazenda Lag - Gleba 3, muita água - Tr: 98145-7697

1.7 SERVIÇOS E CRÉDITO IMOBILIÁRIO

CONSÓRCIO

CARTAS CONTEMPLADAS
Itaú p/ Imóveis De R\$150Mil a R\$ 700Mil. 99842-6366

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel

2.2 Apartamentos

2.3 Casas

2.4 Lojas e Salas

2.5 Lotes, Áreas e Galpões

2.6 Quartos e Pensões

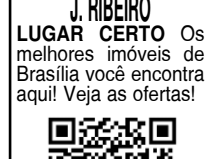
2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

GUARÁ

1 QUARTO

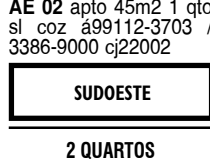
CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
LUGAR CERTO. Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 RECANTO DAS EMAS

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su çite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ÁGUAS CLARAS

RUA 14 NORTE Resid. Supremo Aluga-se loja c/ aprox 51,79m2 e 01 banheiro. R\$ 3.400,00 3355-2005/ 98141-1639 Imob. Forte cj7118

ASA NORTE

ASA NORTE

ASA NORTE

ASA NORTE

ASA NORTE

ASA NORTE

ASA NORTE

ASA NORTE

ASA NORTE

ASA NORTE

ASA NORTE

ASA NORTE

ASA NORTE

ASA NORTE

ASA NORTE

ASA NORTE

ASA NORTE

ASA NORTE

ASA NORTE

ASA NORTE

ASA NORTE

ASA NORTE

ASA NORTE

ASA NORTE

2.4 ASA SUL

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis

3.2 Caminhonetes e Utilitários

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.6 PEÇAS E SEVIÇOS

CONSÓRCIO

CARTAS CONTEMPLADAS
CONSORCIO Itaú para Veículos .De R\$33Mil a R\$215Mil. 99842-6366

4

CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma

4.2 Moda, Vestuário e Beleza

4.3 Saúde

4.2 Comemorações, e Eventos

4.5 Serviços Profissionais

4.6 Som e Imagem

4.7 Diversos

4.3 SAÚDE

MASSAGEM TERAPÊUTICA

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÊUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária

5.2 Comunicados, Mensagens e Editais

5.3 Infomática

5.7 ACOMPANHANTE

5.7 **TURISMO E LAZER**

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

ALAN 27 ANOS
BOY SARADO moreninho, bonito, paraense, discreto, massagista com local. Asa Norte 61 99422-0962 zap

FAÇO ORAL
GINA 35 ANOS Oral até o fim em homens atívos deixo finalizar na boca A.Nt 61 98423-0109

LAURA
ESTILO NAMORADINHA c/ Mix Massag e oral p/te surpreender Sudoeste 61 99309-2079

LUANA LINDA LOIRA
ALTA e MAGRA Mass Anti-stress+Relax 1H Taguatinga 61 99230-2525
CARLOS MACHÃO -- Super sigiloso e discreto (61) 99642-9963

MASSAGEM RELAX

AS+TOPS DAS GALÁXIAS
AS 20 TODAS lindas bemestarmassagens.com.br Fones: 61 985621273/ 3340-8627
IZAURA LINDA 50 anos 100% liberal c/ mass Atld só coroas Hot/ Mot 24h 61 98222-9938
PRECISA-SE DE MASSAGISTAS c/ ou sem experiência. »timos ganhos 61 98323-6593

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego
6.2 Procura por Emprego
6.3 Ensino e Treinamento

6.1 **OFERTA DE EMPREGO**

NÍVEL BÁSICO

AUXILIAR de conserto máquina de lavar roupa Tr. 99178-3081

BARBEIRO PRECISA-SE c/Experiência 3356-3621/ 99828-9483

CASEIRO Que saiba tirar leite Tratar: 61 3367-0108

6.1 **NÍVEL BÁSICO**

MANICURE PRECISA-SE c/Experiência 3356-3621/ 99828-9483

ÓTIMOS GANHOS!!
MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper.99414-1086 zap

CONTRATA-SE
SERRALHEIRO, PIN-TOR de Parede e Auxilia. Somente c/ experiência comprovada em carteira. Tr. 61 98360-8268
TRABALHADOR p/ fazenda em Sobradinho. Exper. e referência. Enviar informações apenas Zap (61) 98220-0974

SOLUÇÃO PARABRISAS
CONTRATA Aux. p/ Instalação de Parabrisas. Ver vagas: www.solucaoparabrisas.com.br/vagas. Tag./ Vic. Pires. Enviar Currículo p/ Whats: (61) 99882-2256

NÍVEL MÉDIO

CONSTRUÇÃO CIVIL
ASSISTENTE FINANCEIRO c/ experiência comprovada. Enviar CV para: rhconstrutorarh@gmail.com

ATENDENTE c/ exper. em sistema Fórmula Certa. Ensino médio, boa comunicação, simpatia e proatividade. CV : Whatsapp (61) 99887-6161 ou taguaformularh@gmail.com

RESTAURANTE
CONTRATA

AUXILIAR DE SERVIÇOS Gerais. Para trabalhar no Lago Sul. Favor enviar Currículo: Whats (61) 99674-0505

CLÍNICA NA ASA NORTE
MASSAGISTA Precisa-se de 2 (duas) c/ ou s/ exp c/comissão e treinamento. 411N Comercial (61) 98214-4880 Elen

CONTRATA-SE
MOTORISTA FREE-LANCER Categoria D ou E. Possibilidade de contratação CLT. Atuação c/ pessoas em situação de rua. Desejável experiência. Diária: R\$ 150,00 (12h). Trab. em várias regiões administrativas. Enviar currículo setordetransportes.seas@gmail.com

VIDRAÇARIA BRASÍLIA
214 SUL CONTRATA
VIDRACEIRO COM EXPERIÊNCIA em vidro comum e temperado, habilitado. Horários Segunda a sexta 8:30 às 18h e sábados 8:30 às 13h. Enviar CV A/C Isabel Whats 98259-0077 vidracariabrasilia2009@gmail.com

RESTAURANTE
CONTRATA
AUXILIAR DE SERVIÇOS Gerais. Para trabalhar no Lago Sul. Favor enviar Currículo: Whats (61) 99674-0505

6.1 **NÍVEL MÉDIO**

CLÍNICA NA ASA NORTE
MASSAGISTA Precisa-se de 2 (duas) c/ ou s/ exp c/comissão e treinamento. 411N Comercial (61) 98214-4880 Elen

NÍVEL SUPERIOR

ESTAGIÁRIO(A) EM DIREITO
PRECISA-SE a partir 8 semestre até Bacharel. R\$2.000,00 + passagem. Escritório de Advocacia no Paranoá DF. (61) 99802-8400 valdetemiranda.adv@gmail.com

MAIS LASER
ÁGUAS CLARAS
CONSULTOR (A) DE vendas, Recepção, Esteticista, Biomédica e Fisioterapeuta. Contratação CLT + comissão + premiação. Enviar CV para: brasilianaquasclaras@maislaser.com.br

EDITAL DO LEILÃO – BENS IMÓVEIS. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - Lei 9.514/1997
A Credora CNP CONSÓRCIOS S/A - ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS, inscrita no CNPJ 92.751.213/0001-73, com sede Edifício Sede: Bernini One - Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 7º andar Cidade Monções, São Paulo/SP - CEP: 04571-900, na qualidade de atual detentora dos direitos creditórios decorrentes da Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário, torna público ao devedor fiduciante **JOAQUINA KARLA COSTA SILVA CAPUANO**, inscrito no CPF 046.432.376-27, os LEILÕES: 1º Leilão: 29/12/2025, às 11:00 (fechamento). Lance mínimo: R\$ 1.675.000,00 (um milhão, seiscentos e setenta e cinco mil reais). 2º Leilão: 13/01/2026, às 11:00 (fechamento). Lance mínimo: R\$ 840.330,00 (oitocentos e quarenta mil, trezentos e trinta reais). (ref. ao débito fiduciário atualizado, acrescido das demais cominações legais, conf. §2º do art. 27, da Lei 9.514/1997). DESCRIÇÃO DO BEM: Apartamento, Residencial, Ocupado, melhor descrito na matrícula nº 285699, 3º Registro Imobiliário do Distrito Federal. Avenida Araucárias, Lote 4530,4750,4790, Bloco D, Apartamento 2503, Vagas de Garagem N°s 3270, 3271 e 3272, Águas Claras, Brasília, DF, 71936-250, p/ venda do imóvel que constituído e discriminado no Edital, pelo maior lance, no site www.leiloei.com, através do leiloeiro FELIPE NUNES GOMES TEIXEIRA BIGNARDI – JUCESP 950. Interessados devem se cadastrar no site supra c/ 48h de antecedência do leilão. Os bens serão leiloados c/ se encontram, s/ garantia. O Leiloeiro, o credor fiduciário e a Leiloei.com não se responsabilizam p/ eventuais erros tipográficos que venham ocorrer neste Edital, sendo de inteira responsabilidade do arrematante verificar o estado de conservação dos bens e suas especificações. A descrição dos bens se sujeita a esclarecimentos no curso do leilão p/ eliminação de distorções, acaso verificadas. Informações adicionais serão prestadas pelo Leiloeiro Púb. Of., pelo e-mail contato@leiloei.com e tel.: (11) 3422-5998 e (11) 97616-1618. O presente Edital e os seus anexos encontram-se disponíveis na íntegra no site www.leiloei.com.

EDITAL DO LEILÃO – BENS IMÓVEIS. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - Lei 9.514/1997
A Credora CNP CONSÓRCIOS S/A - ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS, inscrita no CNPJ 92.751.213/0001-73, com sede Edifício Sede: Bernini One - Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 7º andar Cidade Monções, São Paulo/SP - CEP: 04571-900, na qualidade de atual detentora dos direitos creditórios decorrentes da Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário, torna público ao devedor fiduciante **ADAIL RIBEIRO DE CARVALHO**, inscrito no CPF 421.270.253-34, os LEILÕES: 1º Leilão: 29/12/2025, às 11:00 (fechamento). Lance mínimo: R\$ 1.137.000,00 (um milhão, cento e trinta e sete mil reais). 2º Leilão: 13/01/2026, às 11:00 (fechamento). Lance mínimo: R\$ 583.892,64 (quinhentos e oitenta e três mil, oitocentos e noventa e dois reais e sessenta e quatro centavos). (ref. ao débito fiduciário atualizado, acrescido das demais cominações legais, conf. §2º, do art. 27, da Lei 9.514/1997). DESCRIÇÃO DO BEM: Apartamento, Residencial, Ocupado, melhor descrito na matrícula nº 331924, 3º ofício do registro imobiliário do DF. Rua 25 Sul, Lotes 13 a 15, Apartamento 203, Vaga de Garagem n°s 90 e 91, Edifício LeCiel, Sul (Águas Claras), Brasília, DF, 71927-180, p/ venda do imóvel que constituído e discriminado no Edital, pelo maior lance, no site www.leiloei.com, através do leiloeiro FELIPE NUNES GOMES TEIXEIRA BIGNARDI – JUCESP 950. Interessados devem se cadastrar no site supra c/ 48h de antecedência do leilão. Os bens serão leiloados c/ se encontram, s/ garantia. O Leiloeiro, o credor fiduciário e a Leiloei.com não se responsabilizam p/ eventuais erros tipográficos que venham ocorrer neste Edital, sendo de inteira responsabilidade do arrematante verificar o estado de conservação dos bens e suas especificações. A descrição dos bens se sujeita a esclarecimentos no curso do leilão p/ eliminação de distorções, acaso verificadas. Informações adicionais serão prestadas pelo Leiloeiro Púb. Of., pelo e-mail contato@leiloei.com e tel.: (11) 3422-5998 e (11) 97616-1618. O presente Edital e os seus anexos encontram-se disponíveis na íntegra no site www.leiloei.com.

SECRETARIA EXECUTIVA

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90.036/2025 MME – UASG 320004

NUP: 48340.002896/2025-01. Pregão Eletrônico nº 90.036/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, de forma contínua, com fornecimento de materiais (peças e insumos), para **manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado**, serviços eventuais de remanejamentos e instalação de novos aparelhos, análise gravimétrica de material particulado dos dutos de ar insuflado, higienização de dutos de ar insuflado, análise da qualidade do ar interno e eventuais manutenções nos drenos de captação de água das condensadoras das fachadas leste e oeste, do Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, sede do Ministério de Minas e Energia, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.. Total de itens licitados: **02**. Edital: 11/12/2025 das 9h às 12 h e das 14h às 17h. Abertura das Propostas: 26/12/2025, às 10h00. Local: www.gov.br/compras.

Washington José de Oliveira
Pregoeiro/Agente de Contratação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

ANGELA MARIA DE CASTRO G. PENHA inscrita no CNPJ sob o nº 04.530.222/0001-77, RIZZO PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIA. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.999.982/0001-28, com sede na Av. Dr. Olinto Manso Pereira, Nº 831, Ed. Rizzo Plaza – Térreo, Setor Sul. NOTIFICAM os promitentes compradores abaixo relacionados a vir quitar os seus débitos em atraso, no endereço da primeira notificante, no prazo máximo de 30 dias, sob pena de rescisão dos respectivos contratos de compromisso de compra e venda firmada entre as partes, conforme preceitua o art. 32, da Lei n. 6.766/79. Brasília-DF, 10 de Dezembro de 2025.

JARDIM DOM BOSCO		
QUADRA	LOTE	DEVEDORES
05	44	JOSE ELIAS MENDES SANTOS e/ou JACILDA DINIZ ROCHA MENDES
07	67	RENAN ALVES DE SOUSA
18	43	REGINALDO SANTOS DE CARVALHO
04	01	VALDIR DOS SANTOS
17	03	ANTONIA AURINEIDE DA SILVA MATIAS

RIZZO IMOVEIS - LUZILIA PARQUE		
QUADRA	LOTE	DEVEDORES
26	20	KLEBER MATOS DE SOUZA ARAUJO e/ou ANGELICA SILVA DE ARAUJO MATOS
28	32	ANTONIA AURINEIDE DA SILVA MATIAS
29	34	EDIVAN SIMOES DA SILVA



CONTRATA CONSULTOR NA MODALIDADE CONTRATO INDIVIDUAL

PROJETO 914/BRZ/3051 EDITAL Nº 27/2025

Publicação de 1 perfil para contratação de profissional na área de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, cuja vaga está disponível na página da UNESCO, <https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>.

Os interessados deverão cadastrar o CV e submeter sua candidatura na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) do dia 11/12/2025 até o dia 15/12/2025.

Em atenção às disposições do decreto nº 5.151, de 22/07/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional.

Católica
Universidade Católica de Brasília

ABRE CHAMAMENTO PARA LOCAÇÃO DE ESPAÇOS COMERCIAIS

A Universidade Católica de Brasília lançou edital para a locação de espaços destinados a serviços de alimentação, conveniência e outras atividades nos campi de Taguatinga, Ceilândia e Asa Sul. As visitas podem ser agendadas de 9 a 12 de dezembro, das 9h às 16h, e as propostas devem ser enviadas até 19 de dezembro de 2025. Agendamento e mais informações pelos e-mails: rossana.choze@ucb.br, evandro.silva@ucb.br, sergio.francisco@ucb.br e infraestrutura@ucb.br. O processo contempla restaurantes, lanchonetes, cafeterias, vending machines, containers, food trucks e demais serviços permitidos. O critério principal de seleção será o maior valor mensal ofertado, seguido de avaliação técnica e experiência comprovada. Os campi têm fluxo estimado de até 12 mil pessoas por dia e contarão com condições especiais, como desconto de 50% no aluguel nos meses de menor movimento.



As informações de contato e detalhes completos estão no edital.

<http://ucb2.catolica.edu.br/porta/conheca/institucional/infraestrutura>

PUBLICIDADE LEGAL

Garanta a visibilidade que sua empresa precisa no jornal de maior circulação no Distrito Federal.

Balanços - Atas - Comunicados
Extravios - Convocações - Editais
Avisos - Regulamentos
Licitações - Leilões - Pregões

Impresso e digital com
certificação do ICP

ENTRE EM CONTATO:



(61) 98167-9999



(61) **3342-1000**

Escolha a opção 04

Horário de atendimento de segunda a sexta-feira de 9h às 18h
e aos sábados de 8h às 12h - ***domingos e feriados fechados***

**CORREIO
BRAZILIENSE**

www.CORREIO BRAZILIENSE.com.br

